

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

69

Out/Dez 2021



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

José Gomes da Costa

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa,
Bruno Ricardo Pena de Sousa,
Hailton José Fortes,
Haroldo Maia Júnior,
Lourival Nery dos Santos e
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Serviços, Comércio Varejista, Turismo

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues, Cícero Hérciles Lima Moreira, Dario Lourenço Marques, Gustavo Luna de Melo Jorge, Igor Rufino Campelo, José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes, Mário Paz Barreto Neto, Mikaelle Uchoa Cavalcante, Nicolas Andrade de Oliveira Silva, Vicente Aníbal Da Silva Neto e Victor Gabriel dos Santos Teixeira, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Mateus Pereira de Almeida

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai
José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1. Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste – Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária	8
3 Produção Industrial	18
4 Setor de Serviços	27
5 Varejo	29
6 Turismo	32
7 Mercado de Trabalho	35
8 Comércio Exterior	42
9 Finanças Públicas	49
10 Intermediação Financeira	56
11 Índices de Preços	61
12 Cesta Básica	65

1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

O Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou o ano de 2021 com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando avanço de 4,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando o volume de R\$ 8,7 trilhões.

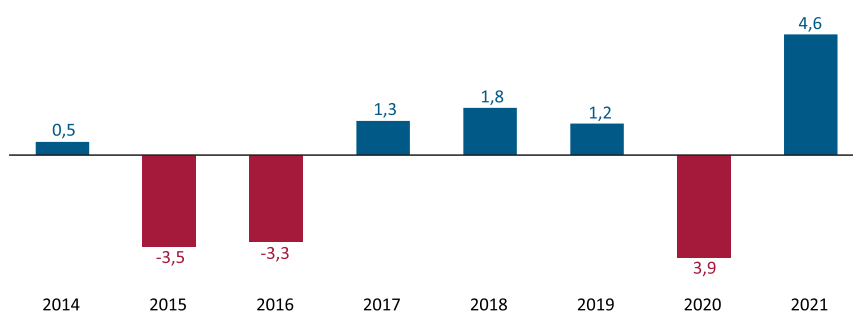
Ainda segundo o IBGE, esse crescimento do PIB recuperou as perdas observadas em 2020, quando a economia brasileira recuou 3,9% fundamentalmente em razão da pandemia. O PIB observado no último trimestre de 2021 ficou 0,5% acima do quarto trimestre de 2019, do período pré-pandemia, mas continua 2,8% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica na série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014.

O resultado positivo de 2021, em grande destaque, foi reflexo das medidas sanitárias menos restritivas, que repercutiu positivamente na elevação do nível de atividade econômica.

Após três anos de evolução positiva na atividade econômica, quando entre 2017 e 2019 registrou crescimento acumulado de 4,6%, os efeitos da pandemia de Covid-19 foram sentidos em quase todos os setores, que colocaram a atividade econômica em dificuldades, com repercussões na produção, no consumo e na renda em 2020.

Em 2021, observou-se uma inflexão na atividade econômica, fundamentada nas expectativas positivas de retomada econômica, sobretudo no 1º semestre de 2021, de maneira que a economia já demonstra tracionamento, sobretudo pelo avanço da vacinação da população.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Pela ótica da oferta, segundo o IBGE, o avanço da economia foi catalisado pelas altas nos serviços (4,7%) e na indústria (4,5%), que juntos representam 90% do PIB do país; mas por outro lado, a agropecuária recuou 0,2% no ano passado.

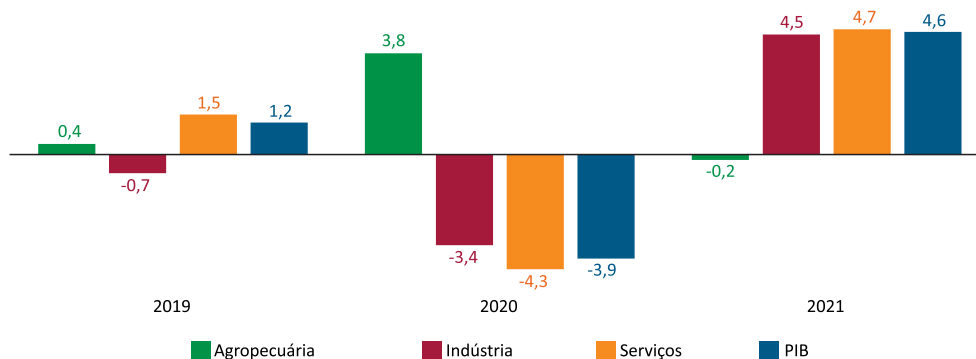
No setor de Serviços, todas as atividades apresentaram resultados positivos em 2021, com destaque para a atividade de informação e comunicação (12,3%), puxada principalmente por internet e desenvolvimento de sistemas. Outra atividade importante, a de transporte, armazenagem e correio, também anotou números positivos (11,4%) no ano de 2021.

A indústria foi impactada positivamente pelo avanço da construção, que avançou 9,7% em 2021, quando comparado ao ano imediatamente anterior. Ainda de acordo com o IBGE, as indústrias de transformação (4,5%), com maior peso no setor, cresceram, influenciadas, principalmente, pela alta nas atividades de fabricação de máquinas e equipamentos; metalurgia; fabricação de outros equipamentos de transporte; fabricação de produtos minerais não-metálicos; e indústria automotiva. As indústrias extrativas avançaram 3,0% devido à alta na extração de minério de ferro.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

A Agropecuária, único setor que recuou em 2021, foi afetada pela estiagem prolongada e geadas, e adicionalmente a elevada base de comparação de 2020 deste Setor, foram os fatores que acarretaram no número levemente negativo (-0,2%).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Oferta - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021

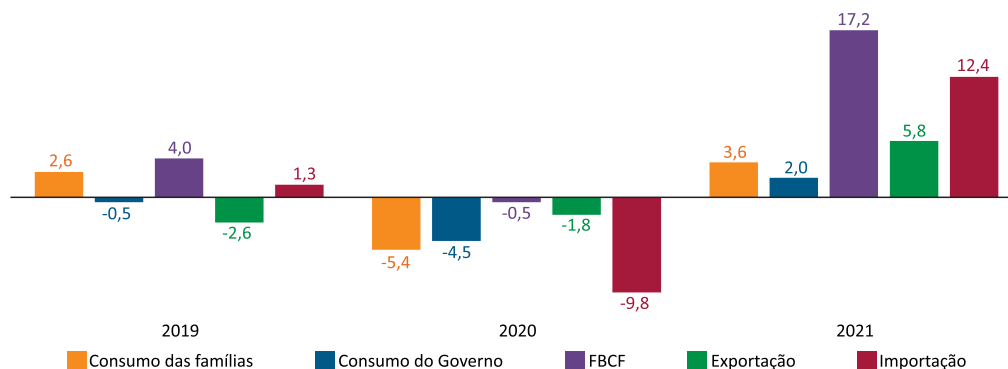


Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

No PIB pela ótica da demanda, segundo o IBGE, todos os componentes da demanda avançaram em 2021, contribuindo positivamente para o crescimento do PIB. O consumo das famílias avançou 3,6% e o do governo subiu 2,0%. No ano anterior, esses componentes haviam recuado 5,4% e 4,5%, respectivamente.

Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo), após apresentarem retração em 2020, em grande medida devido a baixa confiança dos empresários em função da crise sanitária, em 2021 o cenário se mostrou favorável, de forma que avançaram 17,2%, muito pela Construção, que no ano anterior teve uma queda, e também pela produção interna de Bens de Capital.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Demanda - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxy* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

Neste sentido, a economia do Nordeste, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, avançou 3,0% em 2021, quando comparado com o ano anterior. Os estados do Ceará e Pernambuco em 2021, com crescimento de 4,2% e 4,1%, respectivamente, entre os estados do Nordeste pesquisados pelo Bacen, foram os responsáveis, em grande medida, pela performance positiva no indicador regional.

Embora tenha apresentado crescimento, a economia nordestina não alcançou o nível pré-pandemia, em razão do comportamento desfavorável da indústria no primeiro semestre e do comércio no segundo semestre de 2021, conforme aponta o Relatório Regional do Banco Central. Em 2020, o IBCR-NE registrou queda de 3,5%.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2016 a 2021.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,1	-4,0	4,5
Nordeste	-4,8	0,6	1,6	0,3	-3,5	3,0
Bahia	-5,4	0,0	2,0	-0,3	-4,3	2,2
Ceará	-3,7	1,0	1,9	1,8	-4,0	4,2
Pernambuco	-2,8	0,6	2,1	1,5	-1,8	4,1
Sudeste	-3,8	0,9	1,3	1,6	-2,8	4,4
Espírito Santo	-7,3	0,9	2,8	-3,7	-5,5	6,2
Minas Gerais	-2,6	0,2	0,7	-0,2	-1,4	5,1

Fonte: IBGE e Bacen (2022). Elaboração: BNB/Etene(2022).

Nota: A construção do indicador regional (IBCR) se restringe ao valor adicionado, enquanto o indicador nacional (IBC-Br) considera o valor adicionado e incorpora os impostos.

A economia pernambucana, que foi líder na recuperação econômica no Nordeste de janeiro a novembro no indicador do Banco Central, encerrou o ano de 2021 com variação de 4,1%, especialmente em função do crescimento anual de 17,9% no volume de vendas do comércio varejista ampliado e avanço de 10,4% no volume de serviços.

A atividade econômica cearense, que terminou 2021 com a maior variação do índice de atividade do Banco Central, registrou avanço de 4,2%, fundamentalmente pelo crescimento anual de 13,2% do volume de serviços e elevação de 7,1% das vendas no comércio varejista ampliado. A indústria cearense também cresceu no ano passado, +3,7%, enquanto a atividade industrial em Pernambuco registrou leve recuo, -0,4%.

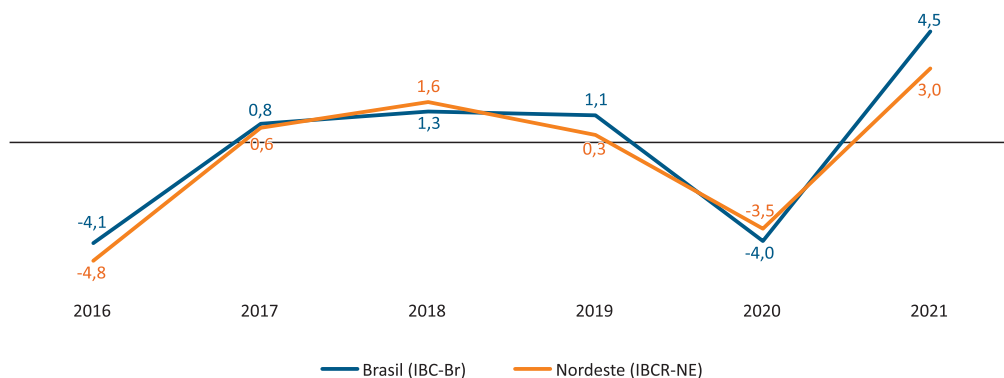
Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram indicadores positivos de atividade econômica no acumulado do ano de 2021, em 6,2% e 5,1%, respectivamente.

No Brasil, a dissipação dos efeitos da pandemia na economia, com o retorno das atividades empresariais, contribuiu para maior tracionamento econômico, da qual refletiu no indicador IBC-BR do Bacen, que cresceu 4,5% em 2021.

A atividade econômica do Nordeste em 2022 deve ser favorecida pela progressiva normalização dos serviços e pelos efeitos dos pagamentos do Auxílio Brasil, apesar do aperto das condições financeiras, conforme aponta o Banco Central.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - % em relação ao ano anterior - 2016 a 2021



Fonte: Bacen (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acesso em: 12 de abril de 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2022). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil> Acesso em: 12 de abril de 2022.

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Relativo ao levantamento da safra para 2021, realizado pelo IBGE, a produção nacional de grãos alcançou 253,2 milhões de toneladas, declínio de 0,3% (-878,6 mil de toneladas) frente à observada em 2020, de 254,0 milhões de toneladas (Tabela 1). Entre as principais causas da redução da produção da Safra de grãos em 2021 estão a falta de chuvas e também as geadas que ocorreram em algumas das principais unidades produtoras na Região Sul do País. Entre as culturas, o milho foi a *commodity* mais prejudicada, enquanto o cultivo de soja destacou-se com maior crescimento da produção.

Para a área colhida, no País, registrou-se aumento de 4,8% frente à área colhida em 2020. Considerando a proporção de área colhida, com 56,8% de participação, soja obteve também significativo avanço na área colhida, +5,2%, frente à safra passada.

Segundo o gerente da pesquisa do IBGE, Carlos Barradas, a redução da estimativa da produção de grãos em 2021 é fruto de uma sequência de fatores que se iniciaram ainda no ano passado, que houve falta e atraso das chuvas no período que precisava de umidade no solo para o início do plantio. Desta forma, com muitas lavouras dependentes do clima, houve drástica redução no rendimento médio, e por conseguinte, na produção.

Entre as Regiões, a produção de grãos obteve acréscimos no Sul (+5,2%), Norte (+11,8%) e Nordeste (+1,9%). O Sul deverá produzir 69,2 milhões de toneladas (26,5% do total do País), o Norte, 12,2 milhões (4,8%) e Nordeste, 23,0 milhões (9,1% do total). Enquanto isso, Centro-Oeste e Sudeste registraram quebra de safras de -4,3% e -4,6%, nesta ordem. A perda maior foi no Centro-Oeste, que reduziu em 5,2 milhões de toneladas de grãos.

Mesmo com quebra na safra Nacional, a Região Nordeste apresentou desempenho favorável, com incremento de 1,9% no total de grãos produzidos, alcançando 23,0 milhões de toneladas; desta forma, representou cerca de 9,1% da safra nacional de grãos de 2021 (vide Tabela 1).

Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (toneladas) - 2020 e 2021

País / Região / Estados	Safra 2020		Safra 2021		Var. (%) 2021/2020
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	10.989.311	4,3	12.283.311	4,9	11,8
Nordeste	22.587.556	8,9	23.027.828	9,1	1,9
Maranhão	5.421.321	23,5	5.727.585	24,9	5,6
Piauí	4.907.108	21,3	5.055.287	22,0	3,0
Ceará	784.142	3,4	564.881	2,5	-28,0
Rio Grande do Norte	58.257	0,3	27.985	0,1	-52,0
Paraíba	118.844	0,5	79.552	0,3	-33,1
Pernambuco	251.224	1,1	138.545	0,6	-44,9
Alagoas	99.577	0,4	130.991	0,6	31,5
Sergipe	883.838	3,8	798.620	3,5	-9,6
Bahia	10.063.245	43,7	10.504.382	45,6	4,4
Sudeste	25.732.891	10,2	24.549.877	9,7	-4,6
Sul	73.029.839	28,8	76.860.725	30,4	5,2
Centro-Oeste	121.744.873	48,1	116.484.097	46,0	-4,3
Brasil	254.084.470	100,3	253.205.838	100,0	-0,3

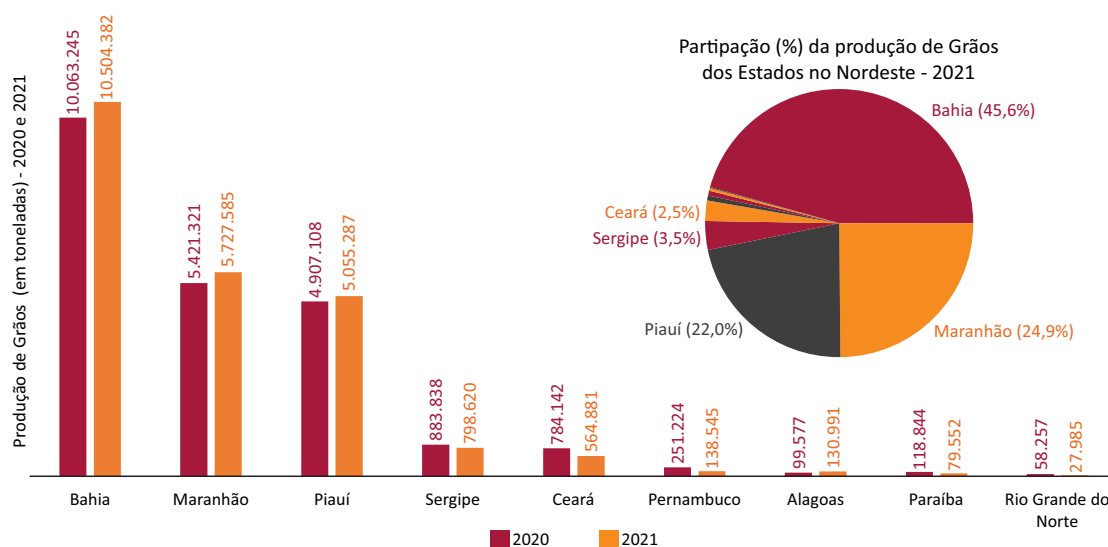
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Quanto aos estados da Região Nordeste, quatro apresentaram ganhos na produção de grãos em 2021, com maior visibilidade às variações em Alagoas (+31,5%), seguido por Maranhão (+5,6%), Bahia (+4,4%) e Piauí (+3,0%), cujos crescimentos são superiores à média regional (+1,9%). Já as estimativas de queda de Safra em 2021 foram para Rio Grande do Norte (-52,0%), Pernambuco (-44,9%), Paraíba (-33,1%), Ceará (-28,0%) e Sergipe (-9,6%).

Dentre os grandes produtores regionais de grãos, Bahia, Maranhão e Piauí aumentaram suas produções em 441,1 mil, 306,2 mil e 148,1 toneladas, respectivamente, em 2021. Nestes estados, a soja é o principal produto cultivado; na Bahia, a participação da soja chegou em 53,5% da produção total de grãos no Nordeste em 2021; No Maranhão, a participação regional chegou em 25,1% e no Piauí, foi de 21,3%. Segundo o IBGE, os aumentos na produção de soja na Bahia (+12,6%), no Piauí (+10,9%) e no Maranhão (+4,7%) foram reflexos do crescimento da área colhida e ganho de produtividade, impulsionados pelos preços da *commodity*.

Gráfico 1 – Estados do Nordeste: Participação (%) e Produção de grãos (toneladas) – 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacaram-se em 2021 as produções de soja (134,9 milhões de toneladas, com *Record* em sua produção), milho (87,7 milhões de toneladas) e arroz (11,5 milhões de toneladas). As três culturas representam 92,5% do total produzido de grãos no País, além de responderem por 87,5% da área colhida em 2021.

Quando comparada com as safras de 2020, no País, trigo (+26,9%), soja (+11,0%) e arroz (+5,2%) apresentaram incrementos em suas respectivas produções em 2021. As estimativas de declínio na produção ficaram para os cultivos de mamona (-19,5%), algodão (-17,5%), milho (-15,0%), sorgo (-12,3%), amendoim (-5,9%) e feijão (-3,9%).

Além da produção de grãos, no levantamento das safras do IBGE, cabem ainda destacar os crescimentos da produção da uva (+20,2%), batata (+12,1%), cacau (+10,6%), banana (+4,5%), fumo (+3,0%) e laranja (+1,7%). Por outro lado, café (-21,1%), castanha-de-caju (-20,2%), cana-de-açúcar (-10,1%), mandioca (-2,4%) e tomate (-1,8%) apresentaram declínios na safra de 2021.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste (Em toneladas) - 2020 e 2021

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE/BR Safra 2021
	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	
Cereais e oleaginosas ⁽¹⁾	254.084.470	253.205.838	-0,3	22.587.556	23.027.828	1,9	9,1
Algodão herbáceo	7.089.939	5.849.412	-17,5	1.651.597	1.428.577	-13,5	24,4
Amendoim	691.369	650.758	-5,9	12.479	11.649	-6,7	1,8
Arroz	11.046.184	11.620.292	5,2	333.440	351.616	5,5	3,0
Feijão	2.887.695	2.776.373	-3,9	663.703	502.539	-24,3	18,1
Mamona	36.626	29.480	-19,5	36.330	29.147	-19,8	98,9
Milho	103.235.064	87.787.120	-15,0	8.723.840	8.263.717	-5,3	9,4
Soja	121.522.363	134.933.704	11,0	11.581.628	12.767.795	10,2	9,5
Sorgo	2.748.747	2.409.724	-12,3	211.662	197.933	-6,5	8,2
Trigo	6.159.544	7.816.867	26,9	17.000	32.000	88,2	0,4
Banana	6.718.160	7.018.879	4,5	2.300.477	2.347.940	2,1	33,5
Batata - inglesa	3.679.979	4.126.611	12,1	200.144	387.000	93,4	9,4
Cacau	280.661	310.537	10,6	118.018	145.120	23,0	46,7
Café	3.724.967	2.940.503	-21,1	246.700	207.766	-15,8	7,1
Cana-de-açúcar	677.916.429	609.281.544	-10,1	52.217.415	53.802.854	3,0	8,8
Castanha-de-caju	138.763	110.669	-20,2	137.916	109.862	-20,3	99,3
Fumo	695.601	716.356	3,0	30.035	33.346	11,0	4,7
Laranja	15.745.940	16.019.990	1,7	1.157.501	1.170.301	1,1	7,3
Mandioca	18.955.430	18.496.182	-2,4	3.971.369	3.719.184	-6,4	20,1
Tomate	3.956.559	3.886.009	-1,8	496.721	476.882	-4,0	12,3
Uva	1.416.398	1.702.660	20,2	387.662	460.104	18,7	27,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

No Nordeste, na produção de grãos em 2021, destacaram-se no crescimento as seguintes culturas: trigo (+88,2%), soja (+10,2%) e arroz (+5,0%). Enquanto as culturas de feijão (-24,3%), mamona (-19,8%), algodão (-13,5%), amendoim (-6,7%), sorgo (-6,5%) e milho (-6,5%) apresentaram declínio de produção na safra de 2021.

Quanto aos demais produtos agrícolas não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, em 2021, batata (+93,4%), cacau (+23,0%), uva (+18,7%), banana (+4,7%), fumo (+11,0%), cana-de-açúcar (+3,0%), banana (2,1%) e laranja (+1,1%) apresentam crescimento em suas respectivas produções, frente ao ano anterior. Enquanto, castanha-de-caju (-20,3%), café (-15,8%), mandioca (-6,4%) e tomate (-4,0%) obtiveram quebra de safra em 2021.

O feijão, algodão e milho, importantes culturas do Nordeste, apresentaram quedas de safras em 2021. A quebra de safra do feijão (-24,3%) foi sobretudo em decorrência da falta de chuvas em importante áreas produtoras da Região. A escassez hídrica influenciou fortemente o rendimento médio, assim, condicionando os preços do feijão em níveis considerados elevados.

A redução da produção do algodão (-13,5%) está atribuída, em grande parte, à escassez de chuvas. Desta forma, alguns produtores diminuíram as áreas de plantio, com o objetivo de minimizar o risco climático. Além disso, há ainda a substituição do algodão pelo milho, que possui reduzido custo de produção, e no momento, tem maior viabilidade de comercialização.

Já o cultivo de milho, com redução da produção em 5,3% em 2021, teve parte das safras, em especial a 2ª safra, prejudicada devido à ocorrência de chuvas tardias que acabaram, como consequência, derrubando drasticamente a produtividade média, e resultando queda na produção na Região.

Já a produção de café (-15,8%), praticamente cultivada na Bahia, também apresentou redução. Fato condicionado à bionalidade negativa para a safra arábica em 2021, o que resultou em uma retração expressiva da produção de café total.

Quando se destacam as culturas por estados, no Nordeste, verificou-se que Bahia, além de ser o maior produtor de grãos (45,6%), produz na Região todo o cacau (100,0%) e trigo (100,0%) e, praticamente toda a produção de batata-inglesa (99,9%), café (99,9%) e mamona (99,5%). Também se destacam, na Bahia, as participações nas produções de algodão (88,8%), sorgo (71,8%), laranja (54,2%), soja (53,5%) e tomate (43,7%), em relação às produções regionais.

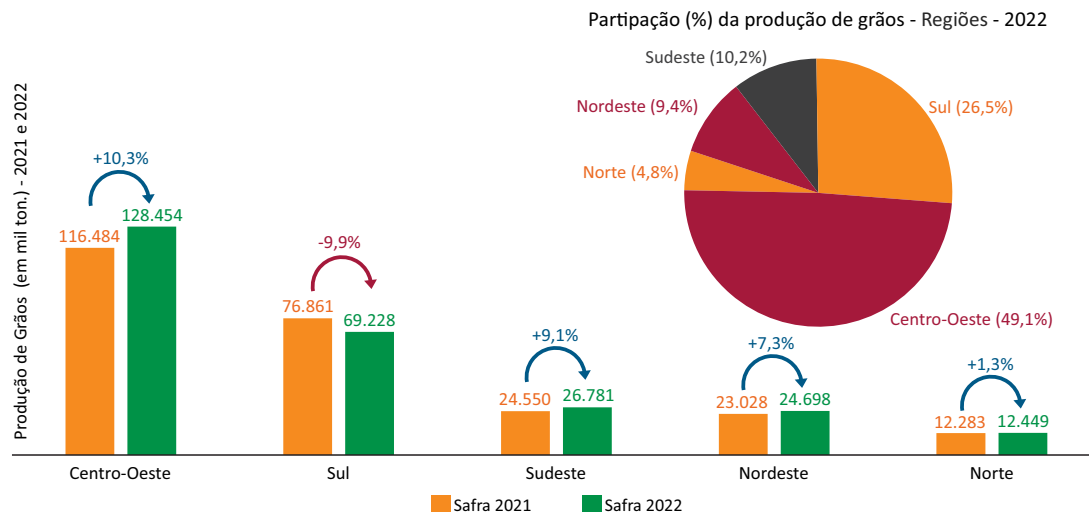
Quanto ao crescimento na produção agrícola na Bahia, batata (+93,5%), trigo (88,2%), uva (+35,1%), castanha-de-caju (+34,6%), cacau (+23,0%), fumo (+18,0%), soja (12,6%), cana-de-açúcar (+7,3%), banana (+3,4%), amendoim (+1,0%) e laranja (+0,2%) apresentaram incremento na safra 2021 em relação ao período anterior.

Perspectivas para a Safra de 2022

Com produção Record, a estimativa para a Safra de grãos do Nordeste deverá alcançar 24,7 milhões de toneladas de grãos, crescimento de 7,3% em relação à safra passada, conforme dados do Gráfico 2. O quadro de chuvas do fim do ano de 2021 correspondeu ao calendário agrícola, assim, o clima será grande aliado aos produtores regionais. Portanto, o plantio e a colheita deverão estar alinhados com o calendário agrícola, favorecendo às janelas de plantio de algumas lavouras, em especial nos cultivos de soja e milho.

No Nordeste, seis estados deverão apresentar ganhos na produção de grãos em 2022, com maior visibilidade na Paraíba (+91,2%), seguido por Alagoas (+32,3%), Piauí (+19,1%) e Rio Grande do Norte (+11,2%), crescimentos na produção de grãos superiores à média regional (+7,3%). Já as estimativas de queda de Safra em 2022 foram para Pernambuco (-14,3%), Ceará (-3,3%) e Sergipe (-0,8%), vide Gráfico 2.

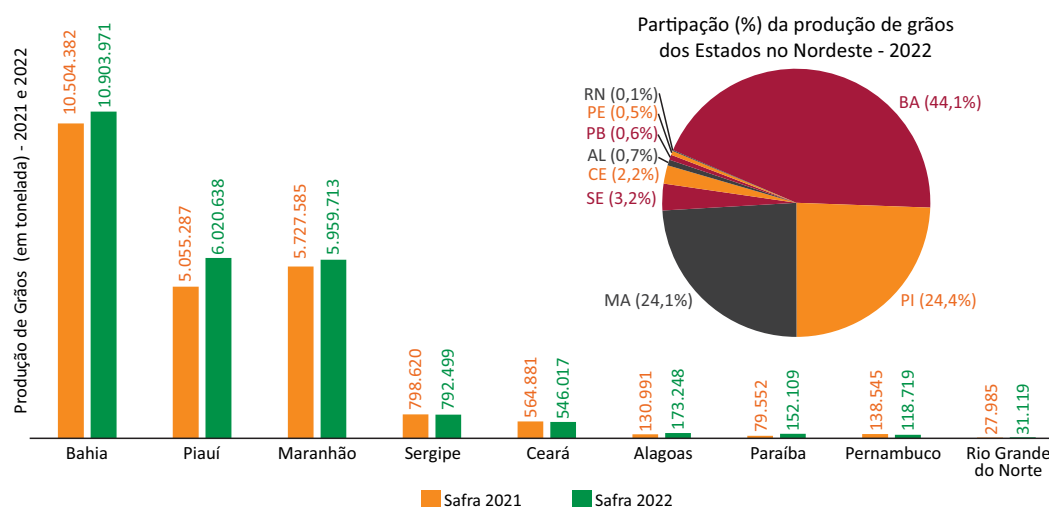
Gráfico 2 – Produção de grãos, em mil toneladas e variação (%) - Brasil e Regiões - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Dentre os grandes produtores regionais de grãos, na Safra 2022, Bahia (44,1%), Piauí (24,4%) e Maranhão (24,1%) deverão responder por cerca de 92,7% da produção regional. Quanto ao crescimento, os destaques ficaram para os incrementos no Piauí (+965,3 mil toneladas), Bahia (+399,5 mil toneladas) e Maranhão (+232,2 mil toneladas), (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Participação (%) e Produção de grãos (ton.) - Brasil e Nordeste - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Considerando os principais produtos agrícolas, a estimativa da Safra 2022 vem mantendo resultados bastante promissores. No Nordeste, deverão se destacar em crescimento as produções de feijão (+22,4%), mamona (+10,5%), trigo (+10,4%), milho (+9,3%) e café (+8,3%), conforme dados da Tabela 3.

No Nordeste, o crescimento da produção do feijão (+22,4%) deverá ser impulsionado pelo avanço do plantio na Paraíba (+110,0%), Piauí (+88,3%), Sergipe (+84,1%), Alagoas (+56,6%) e Bahia (+26,5%). O aumento do plantio de feijão será influenciado, sobretudo, devido à ocorrência das chuvas dentro do calendário agrícola, favorecendo ao plantio nas grandes regiões produtoras.

A Bahia, com estimativa de produção de 239,3 mil toneladas, cerca de 39,3% da produção de feijão regional, será o maior detentor da produção de feijão regional na Safra 2022. Na sequência, tem-se Piauí e Ceará com 16,5% e 16,2% da produção regional de feijão, respectivamente.

O crescimento da produção de milho regional, na safra de 2022, será promovido pela ampliação do plantio na Paraíba (+86,3%), Alagoas (+50,2%), no Piauí (+27,2%), Rio Grande do Norte (+15,7%) e Bahia (+6,0%). Os resultados foram impulsionados pelos preços da commodity, crescimento da área plantada e ganho de produtividade, que foram fatores decisivos no aumento da produção de milho, aliados às boas condições climáticas, em especial, nos perímetros produtivos localizados nos cerrados.

Na Região, na Safra 2022, cerca de 84,1% da produção de milho concentra-se no Piauí (30,2%), Bahia (29,3%) e Maranhão (24,6%), estados que fazem parte da fronteira agrícola MATOPIBA. Vale enfatizar que na Safra 2022, Piauí passa a ser o maior produtor de milho do Nordeste, com participação de 30,2%, quando sua participação na produção regional de milho foi de 26,0% na safra anterior.

Tabela 3 – Principais produtos das Safras, em toneladas – Brasil e Nordeste – 2021 e 2022

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR 2022
	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	253.205.838	261.610.623	3,3	23.027.828	24.698.033	7,3	9,4
Algodão herbáceo	5.849.412	6.335.065	8,3	1.428.577	1.531.412	7,2	24,2
Amendoim	650.758	664.327	2,1	11.649	12.081	3,7	1,8
Arroz	11.620.292	10.701.237	-7,9	351.616	354.985	1,0	3,3
Feijão	2.776.373	3.070.297	10,6	502.539	614.941	22,4	20,0
Mamona	29.480	32.333	9,7	29.147	32.216	10,5	99,6
Milho	87.787.120	108.735.533	23,9	8.263.717	9.034.091	9,3	8,3
Soja	134.933.704	123.015.134	-8,8	12.767.795	13.481.053	5,6	11,0

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR 2022
	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	
Sorgo	2.409.724	2.784.342	15,5	197.933	199.171	0,6	7,2
Trigo	7.816.867	7.238.559	-7,4	32.000	35.334	10,4	0,5
Banana	7.018.879	7.040.219	0,3	2.347.940	2.416.152	2,9	34,3
Batata - inglesa	4.126.611	3.686.720	-10,7	387.000	354.240	-8,5	9,6
Cacau	310.537	286.722	-7,7	145.120	126.518	-12,8	44,1
Café	2.940.503	3.333.866	13,4	207.766	224.926	8,3	6,7
Cana-de-açúcar	609.281.544	734.626.175	20,6	53.802.854	52.973.478	-1,5	7,2
Castanha-de-caju	110.669	115.910	4,7	109.862	115.054	4,7	99,3
Fumo	716.356	699.641	-2,3	33.346	30.550	-8,4	4,4
Laranja	16.019.990	16.615.751	3,7	1.170.301	1.165.973	-0,4	7,0
Mandioca	18.496.182	18.006.013	-2,7	3.719.184	3.816.935	2,6	21,2
Tomate	3.886.009	3.598.480	-7,4	476.882	399.087	-16,3	11,1
Uva	1.702.660	1.633.182	-4,1	460.104	463.049	0,6	28,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

2.2 Pecuária

Mesmo ponderando os efeitos adversos da pandemia no cenário econômico atual, para o acumulado de 2021, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizam recuperação em seus volumes tanto no País, quanto no Nordeste, sendo neste mais propagada essa melhoria. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3.

No País (+7,3%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre os anos de 2021 e 2020, em grande medida, por ser uma alternativa de carne substituta à bovina (Tabela 1). Quanto aos preços das carnes suínas, o cenário desenhado pelo aumento da oferta de carne suína no mercado interno corroborou a aplacar a elevação dos preços.

Para o Nordeste (+30,8%), houve grande aumento no quantitativo de suínos abatidos; além da carne suína ter sofrido desvalorização no mercado interno ao longo de 2021, os preços relativos das demais proteínas aumentaram, assim, aumentando a competitividade da carne suína. Neste período, entre os maiores produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta como maior produtor (peso regional de 38,9%) como também em crescimento, +48,1% frente a 2020. Em seguida, Ceará como segundo maior produtor (peso regional de 34,7%), registrou aumento do quantitativo de carcaças de suínos abatidos em +23,4%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Em 2021, o total de frangos abatidos no País correspondeu a 6,1 milhões de toneladas, crescimento de 2,8%, comparando ao ano anterior. Como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção da carne de frango, aliado à boa liquidez do mercado doméstico, parte considerável desse crescimento foi direcionado ao consumo interno.

Para a Região Nordeste, o cenário apresentou-se bastante promissor no abate de frangos. Quando comparado ao ano de 2020, houve alta de 7,2% no quantitativo do peso das carcaças, chegando a 238,4 mil toneladas. Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, participando com 56,7% do total do abate de frango na Região, além de apresentar aumento de seu volume em 6,2%, frente ao mesmo período do ano anterior. Ceará (+15,6%), Piauí (+15,4%) e Pernambuco (+8,0%) também apresentaram crescimento do abate de frango.

Quanto aos preços do frango, devido ao repasse nos custos de produção nas granjas, ante o aumento dos custos com a energia elétrica, os preços da carne de frango tendem a se aquecer enquanto durar a

escassez hídrica, e também ficam condicionados a fatores externos, como a demanda internacional pelo produto, que por ora, está em níveis elevados (Cepea/Esalq).

Já o quantitativo de animais abatidos de bovinos no País (-7,8%) apresentou retração, quando comparado ao ano de 2020. Esta redução foi fortemente induzida pelas restrições às exportações, por conta da notificação sanitária em alguns dos principais destinos.

Na Região Nordeste, que representa 8,2% do quantitativo de bovinos abatidos no País, se manteve praticamente estável, com acréscimo de 0,6%, em comparação ao mesmo período de 2020. Os estados da Bahia (41,0%) e Maranhão (25,6%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região, em 2021; no entanto, apresentaram recuos no quantitativo de animais abatidos na ordem de -3,2% e -1,0%, respectivamente, quando comparado ao ano anterior.

Para as cotações da carne bovina, no mercado interno, os preços atingiram os patamares mais elevados da série histórica do Cepea/Esalq. Mesmo com o arrefecimento da demanda doméstica, diante dos substitutos diretos à proteína bovina, os valores da arroba foram impulsionados pela retração na oferta de boi para abate, quando boa parte dos pecuaristas seguraram os animais nos pastos. No cenário internacional, a expectativa é de alta, com o aquecimento das exportações de carne bovina *in natura*; mesmo com suspensões temporárias para China, devido às questões sanitárias, a demanda internacional continua aquecida.

Quanto à produção de leite no País, verificou-se redução da aquisição tanto para o cru (-2,2%) quanto para o industrializado (-2,2%), frente ao ano de 2020. A produção de leite cru e industrializado foi de aproximadamente 25,1 e 25,0 bilhões de litros, respectivamente.

No Nordeste, que representa 7,2% da produção nacional, foram captados cerca de 1,7 bilhão de litros de leite em 2021. As variações foram positivas tanto na produção do leite cru (+4,7%) quanto no beneficiado (+4,7%).

Nos Estados da Região, Sergipe (+15,7%) se destaca com crescimento do volume de leite cru produzido, e chega com participação de 17,1% da produção regional, em 2021. Neste período, Bahia aumentou sua produção de leite cru em 4,7%, e permanece como maior produtor de leite, com 33,1% da produção regional. Na sequência, Pernambuco (+4,4%), Ceará (+2,9%) e Alagoas (+8,3%) também ampliaram a produção de leite cru, contribuindo para o agregado da Região. As demais unidades produtoras seguiram tendência de queda na aquisição de leite cru.

Quanto aos preços, segundo Cepea/Esalq, as expectativas para os preços do leite são de desvalorização para os próximos meses, levando em consideração o aumento de pastagens para a alimentação animal, com o retorno das primeiras chuvas no início de 2022 e melhora das forragens; assim, espera-se aumento da oferta do leite. Arelado ao aumento da oferta do leite, em contrapartida, há tendência de redução do consumo interno por lácteos, e desta forma, elevando os estoques e pressionando as cotações dos derivados de leite. Esses cenários, de aumento da oferta e redução do consumo, podem sustentar a desvalorização do leite no campo para os próximos seis meses.

A produção de ovos de galinha no País ficou praticamente estável no acumulado de 2021, crescimento de 0,2%, frente ao ano anterior. Este resultado deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final.

Para o Nordeste, em 2021, apontou aumento na produção de 7,0% frente a 2020, chegando a 665,7 milhões de dúzias de ovos (16,7% da produção do País). Embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda por ovos de galinha segue aquecida. Esse fato é devido ao preço acessível do ovo frente a outras proteínas, que diante do aumento dos preços das carnes, principalmente a carne bovina, cresceu a demanda de ovos no mercado regional.

Bahia (+26,6%) e Rio Grande do Norte (+12,3%) apresentaram significativos crescimentos na produção de ovos de galinha, em relação ao ano de 2020. Ceará (34,6%) e Pernambuco (33,7%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, produzindo cerca de 230,0 e 224,2 milhões de dúzias de ovos, respectivamente.

Diante dos cenários, os impactos gerados pela pandemia do novo Coronavírus provocou um comportamento desigual na produção da pecuária nacional e regional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores apresentaram as maiores variações negativas, no caso, a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis, apresentaram consideráveis variações positivas, como as carnes de frango e suína e produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador, que acompanhou as sucessivas altas da taxa de desemprego registradas durante a segunda onda da pandemia; assim, necessitou adquirir itens de menor valor para adequar à sua cesta de alimentos básicos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil – Acumulado 1º ao 4º trimestre de 2020 e 2021

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	2020			2021			Variação (%) 2021 / 2020	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	29.887.036	2.242.782	7,5	27.543.284	2.255.957	8,2	-7,8	0,6
Suínos	49.356.207	427.687	0,9	52.966.861	559.556	1,1	7,3	30,8
Frangos	6.006.415.270	222.357.436	3,7	6.176.281.079	238.417.005	3,9	2,8	7,2
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	7.824.888	570.043	7,3	7.408.322	590.629	8,0	-5,3	3,6
Suínos	4.482.048	33.418	0,7	4.890.652	44.483	0,9	9,1	33,1
Frangos	6.006.415	222.357	3,7	6.176.281	238.417	3,9	2,8	7,2
Leite (Mil litros)								
Adquirido	25.641.262	1.718.042	6,7	25.079.338	1.799.167	7,2	-2,2	4,7
Industrializado	25.612.384	1.716.909	6,7	25.041.221	1.797.854	7,2	-2,2	4,7
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	3.967.138	621.889	15,7	3.976.053	665.701	16,7	0,2	7,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

2.3 Balança Comercial do Agronegócio

O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro apresentou superavit de US\$ 105,0 bilhões em 2021, resultado de exportações no valor de US\$ 120,6 bilhões (42,9% do total das vendas externas) e de importações de US\$ 15,5 bilhões (7,1% do total das aquisições externas), segundo dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (Agrostat Brasil) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a partir dos dados da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Comparativamente a 2020, as exportações do agronegócio cresceram 19,7% e as importações 19,0% (Tabela 1). Esse resultado foi influenciado pelo aumento no preço das *commodities* no mercado internacional.

Os produtos do Complexo soja (grãos, farelo e óleo de soja) participaram com 39,8% (US\$ 47.988,7 milhões) das exportações do agronegócio brasileiro em 2021, seguido de Carnes (16,5%, US\$ 19.858,7 milhões) e dos Produtos florestais (11,6%, US\$ 13.936,4 milhões). Juntos, contribuíram com 67,9% do total exportado pelo agronegócio brasileiro em 2021.

Relativamente ao ano anterior, cresceram as vendas dos produtos do Complexo Soja (+36,2%), de Carnes (+15,7%) e de Produtos Florestais (+22,1%).

Já as principais aquisições brasileiras foram nos segmentos de Cereais, farinhas e preparações (25,1%, US\$ 3.902,9 milhões), Produtos florestais (10,4%, US\$ 1.610,0 milhões) e Produtos oleaginosos (exclui soja) (9,1%, US\$ 1.414,7 milhões). Frente a 2020, cresceram as aquisições de Cereais, farinhas e preparações (+32,4%), Produtos florestais (+31,6%) e Produtos oleaginosos (exclui soja) (+41,3%).

Já as exportações do agronegócio nordestino somaram US\$ 9.913,1 milhões (46,7% do total das vendas regionais), registrando incremento de 26,4%, em 2021 frente o ano passado. As importações, US\$ 2.343,3 milhões (9,3% das aquisições totais) aumentaram 7,7%, nesse período. A balança comercial do agronegócio foi, portanto, superavitária em US\$ 7.569,7 milhões, enquanto os demais setores registraram saldo deficitário de US\$ 11.522,7 milhões. A Região contribuiu com 8,2% do total das exportações e absorveu 15,1% do total das aquisições dos produtos do agronegócio brasileiro.

Tabela 1 – Exportação, importação e saldo do agronegócio –2021//2020 – em US\$ milhões

UF/NE/BR	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. % no total das Exportações do Estado/NE/BR	Var. % 2021/2020	Valor	Part. % no total das Exportações do Estado/NE/BR	Var. % 2021/2020	
Maranhão	2.155,9	49,3	33,4	54,7	1,3	-43,3	2.101,2
Piauí	841,6	98,1	45,9	22,3	4,3	55,7	819,4
Ceará	594,2	21,7	24,9	488,4	12,6	13,9	105,8
Rio Grande do Norte	281,4	54,7	30,1	85,2	25,5	2,6	196,1
Paraíba	65,6	44,7	24,4	149,0	23,5	14,7	- 83,5
Pernambuco	505,1	23,9	20,2	654,5	9,9	6,5	- 149,4
Alagoas	422,1	94,9	5,1	108,5	14,0	-30,1	313,6
Sergipe	45,2	49,0	39,9	18,0	10,5	-45,4	27,2
Bahia	5.002,0	50,3	23,4	762,7	9,5	23,1	4.239,3
Nordeste	9.913,1	46,7	26,4	2.343,3	9,3	7,7	7.569,7
Brasil	120.521,40	42,9	19,7	15.528,50	7,1	19,0	104.993,0

Fonte Elaboração BNB/Etene, através do sistema AgroStat a partir dos dados da Secex/ME.

Os principais produtos da pauta exportadora do agronegócio nordestino, Produtos do Complexo Soja, Produtos Florestais e Fibras e Produtos Têxteis concentraram 69,0% do total exportado pelo setor, em 2021.

As exportações de produtos do Complexo Soja responderam por 43,9% do total, ou seja, US\$ 4.350,9 milhões de receita e embarque de 9,58 milhões de toneladas. Comparativamente ao ano anterior, a receita aumentou 46,5% e a quantidade embarcada, 10,9%. Soja em grãos (87,5% do complexo) é o principal produto do complexo, seguido de Farelo de Soja (11,7%) e Óleo de soja (0,8%). A Bahia foi responsável por 55,9% das vendas nordestinas do complexo, seguida do Maranhão (28,7%) e Piauí (15,4%).

As vendas de Produtos florestais (notadamente celulose) totalizaram US\$ 1.621,1 milhões (16,4% do setor), com incremento no valor exportado de 5,9%, no período em análise. Bahia (63,5%) e Maranhão (36,2%) dominaram as exportações dos produtos na Região.

Por fim, as vendas de Fibras e produtos têxteis somaram US\$ 870,6 milhões (8,8% do agronegócio nordestino) revelando crescimento de 16,9%, no período em foco. O principal produto do segmento, Algodão não cardado nem penteado (90,6% do segmento), registrou crescimento de 18,2% no valor, mantendo praticamente a mesma quantidade embarcada (436,1 mil toneladas), nesse período. Bahia (79,2%), Maranhão (9,7%) e Ceará (5,8%) são os principais estados exportadores do segmento.

Pelo lado das importações, em 2021, os destaques foram Cereais, farinhas e preparações (47,3%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (13,9%) e Cacau e seus produtos (8,9%), totalizando 70,1% das aquisições. Comparativamente a 2020, todos os segmentos apresentaram crescimento: Cereais, farinhas e preparações (+11,5%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (+38,3%) e Cacau e seus produtos (30,8%).

Apenas Pernambuco (-US\$ 149,4 milhões) e Paraíba (-US\$ 83,5 milhões) apresentaram saldo negativo na balança do agronegócio estadual.

Bahia (50,5%), Maranhão (21,7%), Piauí (8,5%) e Ceará (6,0%) responderam, em conjunto, por 86,7% das vendas do agronegócio regional. Por outro lado, Bahia (32,5%), Pernambuco (27,9%), Ceará (20,8%) e Paraíba (6,4%) absorveram 87,7% das aquisições do setor.

Os principais produtos exportados e importados do agronegócio no ano de 2021 estão discriminados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Principais setores exportadores e importadores do agronegócio – Em % - 2021

UF/NE/BR	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Complexo soja (57,8%), Produtos Florestais (27,2%), Cereais, farinhas e preparações (7,5%)	Cereais, farinhas e preparações (48,2%), Complexo sucroalcooleiro (28,3%), Produtos florestais (7,7%)
Piauí	Complexo soja (79,6%), Cereais, farinhas e preparações (6,7%), Demais produtos de origem vegetal (5,8%)	Cereais, farinhas e preparações (77,5%), Couros, produtos de couro e peleteria (9,7%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (5,7%)
Ceará	Frutas (inclui nozes e castanhas) (30,0%), Pescados (18,6%), Couros, produtos de couro e peleteria (15,7%),	Cereais, farinhas e preparações (57,4%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (24,4%), Produtos florestais (4,8%)
Rio G. do Norte	Frutas (inclui nozes e castanhas) (59,5%), Pescados (16,1%), Fibras e produtos têxteis (10,8%)	Cereais, farinhas e preparações (69,5%), Produtos florestais (7,6%), Fibras e produtos têxteis (5,4%)
Paraíba	Complexo sucroalcooleiro (43,6%), Sucos (25,7%), Pescados (13,5%)	Cereais, farinhas e preparações (79,0%), Pescados (4,4%), Carnes (4,2%)
Pernambuco	Frutas (inclui nozes e castanhas) (49,0%), Complexo sucroalcooleiro (41,3%), Sucos (3,4%)	Cereais, farinhas e preparações (51,5%), Complexo sucroalcooleiro (8,8%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (7,5%)
Alagoas	Complexo sucroalcooleiro (98,9%), Fumo e seus produtos (0,5%), Sucos (0,2%)	Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (29,1%), Pescados (18,3%), Frutas (inclui nozes e castanhas) (16,9%)
Sergipe	Sucos (71,9%), Complexo sucroalcooleiro (10,6%), Demais produtos de origem vegetal (7,8%)	Cereais, farinhas e preparações (72,7%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (10,5%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (5,6%)
Bahia	Complexo soja (48,7%), Produtos florestais (20,6%), Fibras e produtos têxteis (13,8%)	Cereais, farinhas e preparações (33,1%), Cacau e seus produtos (26,1%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (18,0%)
Nordeste	Complexo soja (43,9%), Produtos Florestais (16,4%), Fibras e produtos têxteis (8,8%)	Cereais, farinhas e preparações (47,3%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (13,9%), Cacau e seus produtos (8,9%)
Brasil	Complexo soja (39,8%), Carnes (16,5%), Produtos Florestais (11,6%)	Cereais, farinhas e preparações (25,1%), Produtos Florestais (10,4%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (9,1%)

Fonte Elaboração BNB/Etene, através do sistema AgroStat a partir dos dados da Secex/ME.

Referências

IBGE. Indicadores IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: setembro 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2021_dez.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados, jul.-set. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2021_4tri.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

3 Produção Industrial

3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial apresentou avanço (2,9%) em dezembro de 2021, frente ao mês anterior. Esta foi a primeira variação positiva, após a taxa nula de novembro (0,0%), que havia interrompido cinco meses seguidos de queda, período em que acumulou perda de 3,3%. Com o resultado de dezembro, a produção do setor ficou 0,9% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), e 17,7% abaixo do nível recorde registrado em maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a)

Em relação a iguais períodos de 2020, a atividade da indústria recuou no mês de dezembro (-5,0%), bem como no quarto trimestre de 2021 (-5,8%), se configurando no segundo trimestre negativo do ano de 2021 (Tabela 1). Os resultados positivos observados no primeiro semestre, contudo, garantiram o avanço do setor na taxa de fechamento do ano (3,9%).

Tabela 1 – Taxa de crescimento industrial por grandes categorias econômicas - Brasil – Trimestral e Anual, 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

Grandes categorias econômicas	2020					2021				
	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Bens de capital	-2,3	-38,0	-10,0	14,7	-9,6	21,1	77,5	27,2	6,4	28,0
Bens intermediários	-0,1	-12,5	3,3	4,9	-1,0	4,5	17,7	-1,8	-4,4	3,2
Bens consumo duráveis	-6,5	-64,8	-8,2	1,3	-19,8	-0,4	127,6	-17,4	-22,3	1,9
Bens consumo semiduráveis e não duráveis	-3,2	-16,8	-3,1	-1,2	-3,0	1,0	10,9	-3,0	-8,1	-0,6
Indústria em geral	-1,7	-19,3	-0,4	3,4	-4,5	4,3	22,7	-1,1	-5,8	3,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021a, 2021b e 2021c)

No acumulado de 2021 (3,9%), houve resultado positivo em quase todas as 4 grandes categorias econômicas (Tabela 1), com exceção de bens de consumo semi e não duráveis (-0,6%). Todas as categorias, contudo, tiveram melhor desempenho no primeiro semestre do ano, favorecidas pela deprimida base de comparação, em especial, o segundo trimestre de 2020. Bens de capital (+28,0%) foi a única categoria que ficou acima da média nacional (3,9%). Também avançaram 18 dos 26 ramos, 50 dos 79 grupos e 62,4% dos 805 produtos pesquisados.

Quanto ao desempenho das seções e atividades em 2021, houve elevação tanto na indústria extrativa (1,1%) quanto na de transformação (4,3%). Nesta, dentre as 25 atividades pesquisadas, 8 apontaram redução, dentre elas (Tabela 2): produtos alimentícios (-8,2%), e coque e derivados do petróleo (-0,8%). Dentre os registros positivos se encontram máquinas e equipamentos (24,1%), veículos automotores, reboques e carrocerias (20,0%), metalurgia (15,4%), e produtos de minerais não-metálicos (13,9%).

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – acumulado 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	2020	2021
Indústria geral	-4,5	3,9
Indústrias extrativas	-3,4	1,1
Indústrias de transformação	-4,6	4,3
Fabr. de máquinas e equipamentos	-4,2	24,1
Fabr. de veículos automotores, reboques e carrocerias	-27,9	20,0
Impressão e reprodução de gravações	-38,8	18,1
Fabr. outros equip. transporte, exceto veículos automotores	-29,1	15,6
Metalurgia	-7,2	15,4

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Seções e atividades	2020	2021
Fabr. de produtos de minerais não-metálicos	-2,6	13,9
Fabricação de produtos de madeira	-0,4	12,1
Fabr. coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	4,4	-0,8
Fabr. equips de informática, eletrônicos e ópticos	-1,3	-1,8
Manutenção, reparação, instalação de máqs. e equips.	-16,1	-2,1
Fabricação de móveis	-3,8	-2,6
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,1	-3,1
Fabr. sabões, detergentes, cosméticos, perfumaria e higiene	2,7	-5,3
Fabricação de produtos alimentícios	4,2	-8,2

Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2021d).

A Tabela 2 aponta que referida taxa positiva no resultado acumulado do ano (3,9%, em 2021) se deve, em grande medida, à reduzida base de comparação (-4,5%, em 2020), período mais intenso das medidas restritivas contra a Covid-19. Adicionalmente, o avanço de 2021 não foi suficiente para recuperar as perdas do ano anterior. Segundo análise do IEDI (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2022), apesar do crescimento de 3,9% no ano, a indústria permanece em trajetória decrescente e um conjunto de fatores freia o desempenho do setor. A demanda doméstica está sob efeito negativo do período de inflação mais elevada, que reduz a renda das famílias. A alta de juros encarece o crédito e o País continua com cerca de 12 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. Há alguma recuperação, mas a massa salarial não avança. Tudo isso afeta a decisão de consumo das famílias e de investimento pelas empresas, estando na base do que afeta a economia e a produção industrial.

Esta percepção é reforçada pelos resultados da pesquisa “Indicadores Industriais”. Publicada mensalmente pela CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2022a), busca avaliar o desempenho industrial, especificamente da indústria de transformação, de maneira mais ampla, pesquisando importantes variáveis de análise, tais como: faturamento real das empresas industriais, horas trabalhadas na produção, emprego, massa salarial real, rendimento médio real e utilização da capacidade instalada (UCI).

Tabela 3 – Taxa de crescimento de indicadores selecionados da indústria de transformação (%) – Brasil – 2021

Indicadores industriais	2021
Faturamento real ¹	3,8
Horas trabalhadas na produção	9,4
Emprego	4,1
Massa salarial real ²	0,7
Rendimento médio real ²	-3,2
UCI (Média anual)	81,0

(1) Deflator: IPA/OG-FGV

(2) Deflator: INPC-IBGE

Fonte: Elaborada pelo BNB / Etene, com dados da CNI (2022a).

A pesquisa apontou que o emprego (4,1%), as horas trabalhadas na produção (9,4%), o faturamento (3,8%) e a utilização da capacidade instalada (média mensal da UCI foi de 81,0%) encerraram 2021 em crescimento na comparação com 2020. No entanto, parte importante da alta de 2021 se deve à comparação com um ano de desempenho excessivamente fraco. Apesar do avanço verificado na comparação anual, observou-se desaceleração no ritmo de crescimento do emprego, tendência de queda do faturamento e da utilização da capacidade instalada no segundo semestre de 2021. Entre os pontos que influenciaram o recuo no segundo semestre, estão a persistência da pandemia de Covid-19 e o desarranjo das cadeias de suprimentos, que contribuíram para a manutenção do contexto de incerteza e altos custos na indústria de transformação. Já a massa salarial real (0,7%) e sobretudo o rendimento médio real (-3,2%), pressionados pela inflação, seguiram em queda na maior parte de 2021.

Complementarmente, a “Sondagem Industrial”, outra pesquisa mensal da CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021b), identificou que os principais problemas apontados pela indústria,

relativos ao quarto trimestre do ano, refletiram ainda as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021b), a falta ou alto custo da matéria prima. Citado por 60,6% dos participantes, este é o sexto trimestre consecutivo em que esse problema é o mais citado pelos empresários industriais, embora venha reduzindo participação. Na segunda posição apareceu a elevada carga tributária com 33,2% de citações. Em seguida, ganhou força a demanda interna insuficiente (23,1%), em parte explicada pela taxa de juros elevada que recebeu 14,2% das assinalações. Embora na posição do sexto principal problema, a preocupação com a elevação da taxa de juros recebeu o maior percentual assinalado para essa questão desde o terceiro trimestre de 2019. Esta percepção por parte dos empresários está vinculada aos sete reajustes consecutivos na taxa Selic, depois de seis anos sem elevação.

Quanto aos índices de expectativa, todos apresentaram pequenos aumentos no mês de janeiro, indicando maior otimismo dos empresários para o início de 2022 e continuam acima da linha de 50 pontos, o que, conforme a metodologia da pesquisa, indica expectativa de crescimento nos próximos seis meses: demanda (55,4 pontos), exportação (55,1 pontos), compras de matérias-primas (54,1 pontos) e número de empregados (51,6 pontos). Ressalte-se, contudo, que o otimismo atual é menor do que em janeiro de 2021.

O índice de intenção de investimento, em janeiro de 2022 (57,9 pontos), indicou continuidade da intenção de investir e permanece acima da média histórica de 50,8 pontos. No entanto, recuou 0,5 ponto em relação ao mês anterior e é menor do que o de janeiro de 2021 (59,9 pontos).

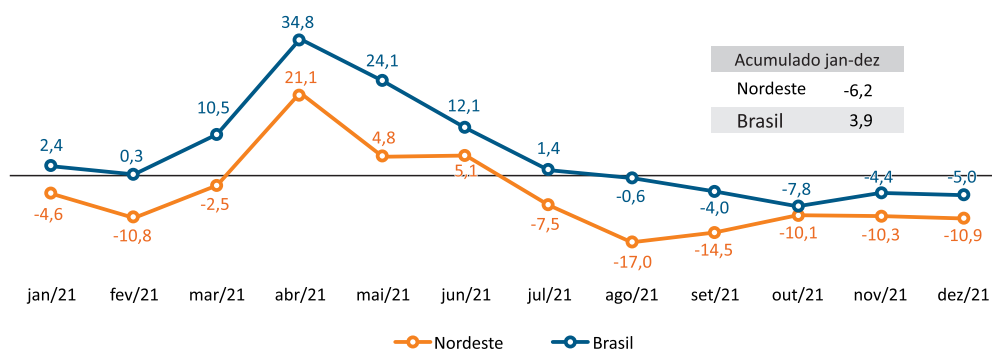
3.2 Atividade Industrial Nordeste

No Nordeste, o nível de atividade industrial no mês de dezembro, em relação ao mês anterior, foi de crescimento (1,0%). No entanto, quando as comparações são interanuais, são observadas retrações em praticamente todas as bases confrontadas: -10,9%, frente a dezembro de 2020; -10,4%, no quarto trimestre de 2021, e -6,2% no fechamento do ano de 2021.

Nesse patamar, a indústria regional se encontra aquém do nível pré-pandemia, tendo produzido 13,5% a menos do que o realizado em fevereiro de 2020.

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a evolução da produção industrial regional, ao longo do ano. O Gráfico 1 mostra que o Nordeste esteve aquém do desempenho nacional em todos os meses de 2021. No resultado acumulado, de janeiro a dezembro, a indústria da Região apresentou retração (-6,2%), na contramão da média do País que cresceu +3,9%.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) – Nordeste e Brasil – janeiro a dezembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



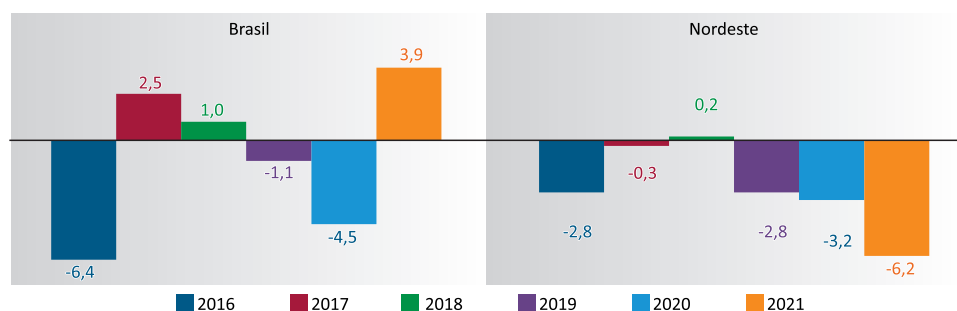
Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Observa-se, pelo Gráfico 1, que a atividade industrial do Nordeste recuou pelo sexto mês seguido (-10,9%, em dezembro de 2021), registrando um segundo semestre negativo, na comparação com iguais meses do ano anterior. De forma semelhante, a média da indústria nacional apresentou retração mensal consecutiva desde agosto de 2021 (-0,6%), contudo, observou desempenho superior ao resultado regional durante todo o ano.

Uma das explicações para um segundo semestre de taxas negativas, em contraposição ao primeiro semestre que assinalou melhores resultados, está relacionada à base de comparação. Ou seja, houve forte retração no primeiro semestre de 2020 (pior momento da crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19), mas taxas positivas no segundo semestre daquele ano. Diante dessa base (2020), o desempenho de 2021 mostrou-se relativamente melhor no primeiro semestre e pior no segundo, estampando, na verdade, baixo dinamismo e limitada capacidade de recuperação da indústria no período.

Complementando a avaliação dos resultados do período, o Gráfico 2 apresenta uma comparação dos desempenhos da indústria em diferentes anos (acumulado de janeiro a dezembro, de 2016 a 2021). No caso do Nordeste, se observa que os três anos mais recentes foram de aceleração das perdas industriais, -2,8%, -3,2% e -6,2%, entre 2019 e 2021, respectivamente. Adicionalmente, verifica-se que, durante os 6 anos mais recentes, essa taxa mostrou resultado positivo apenas uma vez, em 2018 (0,2%). Isto se configura, de fato, em um período prolongado de perdas. De forma agravante, o atual resultado regional (-6,2%), ficou na contramão do desempenho nacional que registrou crescimento de +3,9%, frente a 2020, quando os efeitos da pandemia sobre a produção industrial se mostraram severos (-4,5%, no Brasil e -3,2%, no Nordeste).

Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – acumulado janeiro a dezembro dos anos de 2016 a 2021 (Base: igual período do ano anterior)



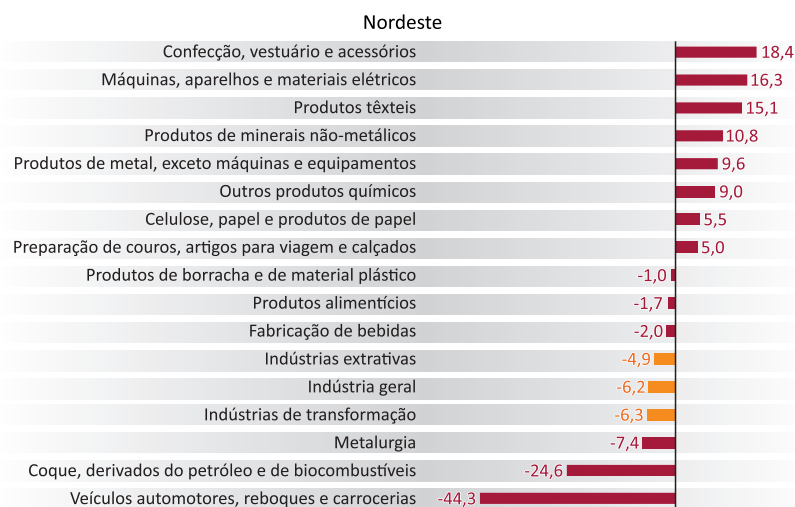
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

No caso do Nordeste, as dificuldades foram agravadas por adversidades enfrentadas em setores específicos e de peso na estrutura produtiva local (Gráfico 3), como o encerramento de atividades no segmento de veículos automotores (-44,3%) e paralizações no setor de derivados do petróleo (-24,6%), onde houve queda na produção de óleos combustíveis, óleo diesel, naftas para petroquímicas, parafina e querosene (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022e).

Além das citadas retrações, a indústria de transformação regional que fechou negativamente o ano (-6,3%), registrou recuo em outras 4 atividades (Gráfico 3): metalurgia (-7,4%), bebidas (-2,0%), alimentos (-1,7%) e produtos de borracha e plástico (-1,0%). Porém, dentre suas 14 atividades, 8 tiveram avanço, com destaque para confecção e acessórios (18,4%), máquinas e materiais elétricos (16,3%), produtos têxteis (15,1%), e minerais não-metálicos (10,8%). A indústria extrativa, contudo, também assinalou redução (-4,9%).

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a pesquisa “Sondagem Industrial”, da CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021c), identificou que houve redução no número de empregados no setor industrial, na passagem de novembro para dezembro. Tal recuo é apontado a partir de seu índice, que ficou em 47,4 pontos, portanto abaixo da linha divisória dos 50 pontos. Este resultado refletiu a utilização da capacidade instalada (UCI) que diminuiu 4 pontos percentuais (p.p.) de 74%, em novembro, para 70%, em dezembro de 2021. Ainda assim, neste patamar, a indústria regional supera o nível da capacidade utilizada antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado janeiro a dezembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Quanto aos índices de expectativa para os próximos seis meses, captados em janeiro de 2022, dois registraram aumento (CNI, 2021c): expectativa de demanda (de 54,3 para 55,5), e expectativa de exportação (de 52,5 para 52,9). Os outros dois registraram redução: compra de matérias-primas (de 52,5 para 51,0), e número de empregados (de 48,7 para 48,1). De qualquer modo, observa-se que a expectativa de emprego foi o único, dentre estes índices, que expressou pessimismo, já que ficou abaixo da linha divisória dos 50 pontos. Nos demais, a percepção do empresário regional é de otimismo, ainda que moderado (próximo a linha dos 50 pontos). Já o índice de “intenção de investimento” diminuiu de 59,6 para 57,8 pontos, voltando a ficar abaixo do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020 (58,5 pontos).

Por sua vez, na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2021, os índices que medem a percepção quanto às condições financeiras das empresas industriais continuam, em geral, expressando insatisfação por parte dos empresários da Região: lucro operacional (de 47,0 para 45,2 pontos), situação financeira (de 50,1 para 50,7) e dificuldade de acesso ao crédito (se manteve em 40,0 pontos).

Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

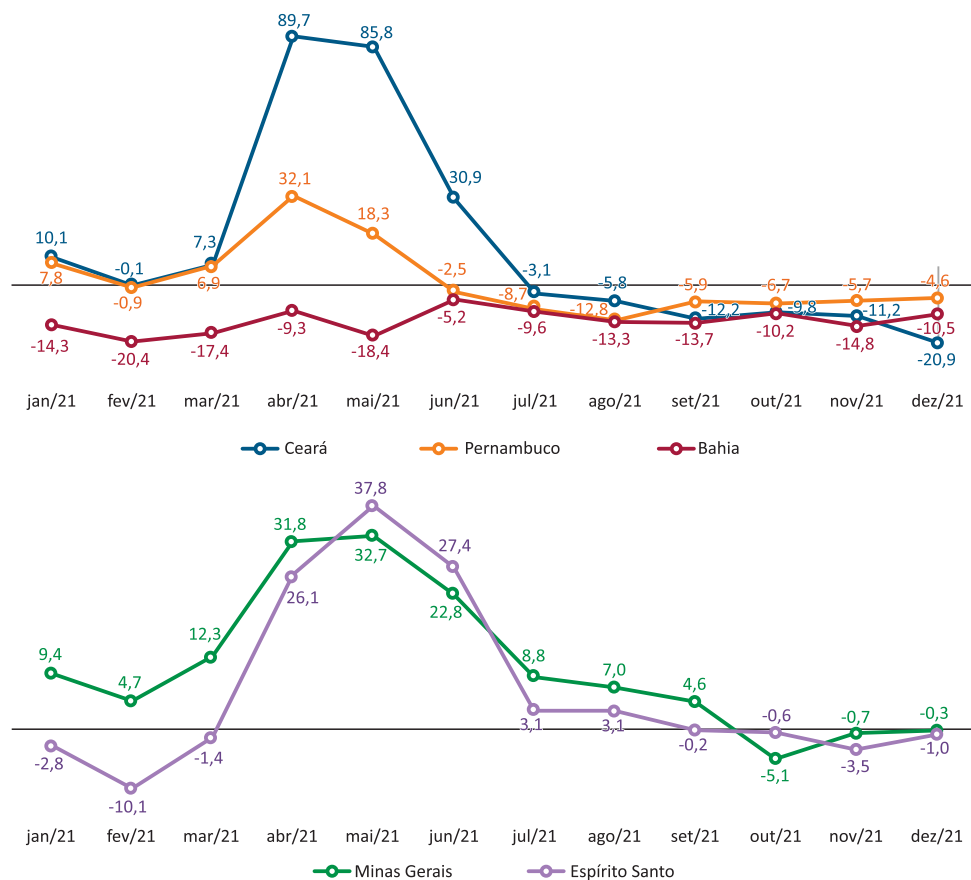
O resultado industrial do ano 2021 foi positivo para a média nacional (+3,9%) e para 9 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE. Dentre eles, estão 3 Estados, dentre os 5 que participam da área de atuação do BNB e que são divulgados pela Pesquisa: Minas Gerais (9,8%), Espírito Santo (4,7%) e Ceará (3,7%). Pernambuco (-0,2%) e Bahia (-12,9%) apresentaram recuo.

Com o intuito de acompanhar como estes evoluíram ao longo do ano, o Gráfico 4 mostra o desempenho mensal dos Estados em questão, frente a iguais meses do ano anterior. Neste, é possível observar que o segundo semestre de 2021 foi de taxas negativas, em todos os meses, para os três Estados do Nordeste contemplados na pesquisa.

Cabe salientar que além dos efeitos econômicos da pandemia que persistiram em 2021, a Região Nordeste passou por dificuldades em setores específicos que agravaram seu desempenho. Estes se deram mais intensamente no Estado da Bahia que registrou a maior retração do País (-12,9%). Conforme a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (2022), houve efeito direto da saída de uma montadora de veículos, em janeiro de 2021, que repercutiu no ano inteiro (-94,9% na produção de veículos automotores), e de paradas para manutenção e outros problemas operacionais na Refinaria de Mataripe (-18,1% no setor de Refino), com queda na produção de óleos combustíveis, óleo diesel, naftas para petroquímicas, parafina e querosene. Estes resultados (Gráfico 5) conduziram a uma redução expressiva na indústria de transformação baiana (-14,0%), também afetada pela metalurgia (-16,9%), bebidas (-7,6%) e alimentos (-2,4%). Por outro lado, houve crescimento na indústria extrativa (7,3%).

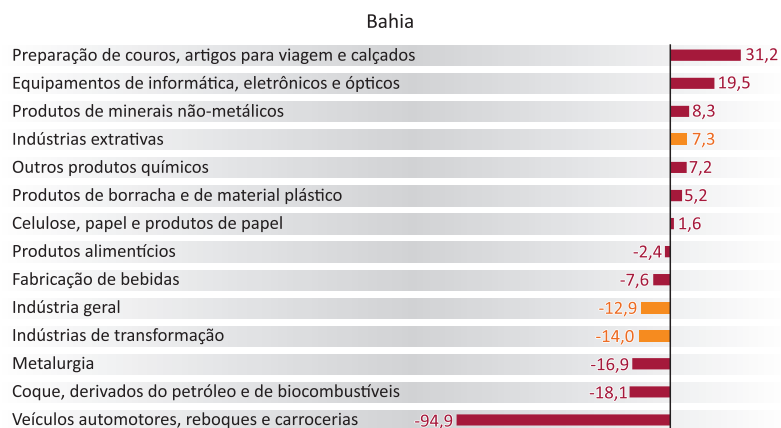
BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Mensal da Produção Industrial – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a dezembro de 2021 (Base: igual mês do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – acumulado de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

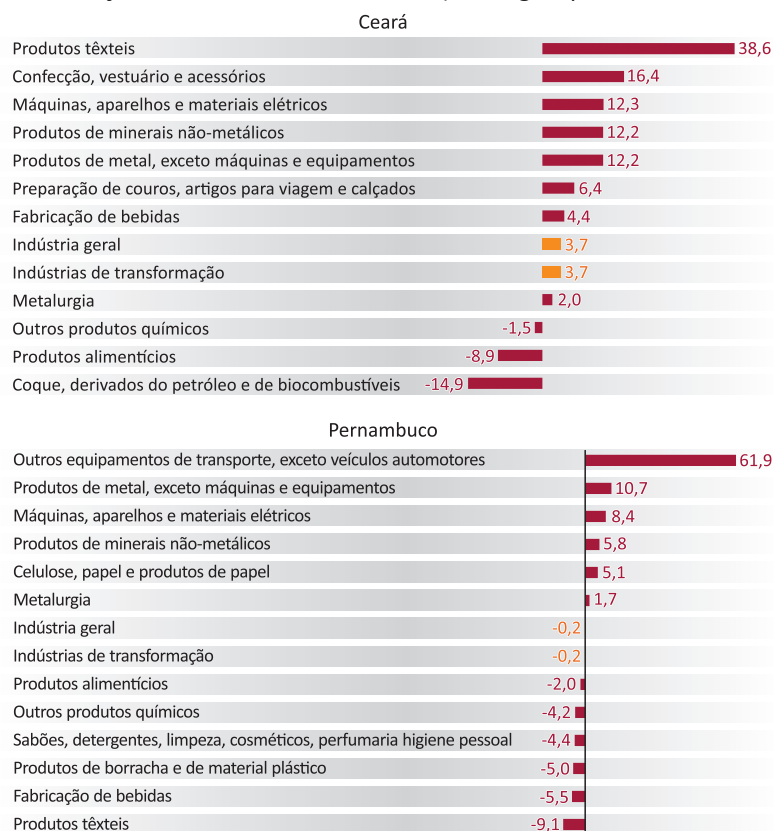
Pernambuco vem observando recuo mensal desde junho de 2021 (-2,5%) e fechou o ano com taxa acumulada de -0,2% (Gráfico 6). Repercutindo apenas a indústria de transformação (-0,2%), mostrou desempenho positivo em 6 das 12 atividades, com destaque para outros equipamentos de transporte (61,9%); produtos de metal (10,7%), e máquinas e aparelhos elétricos (8,4%). Dentre os recuos estão produtos têxteis (-9,1%), bebidas (-5,5%), Sabões, limpeza e cosméticos (-4,4%) e outros produtos químicos (-4,2%). A FIEPE (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2022) avalia que,

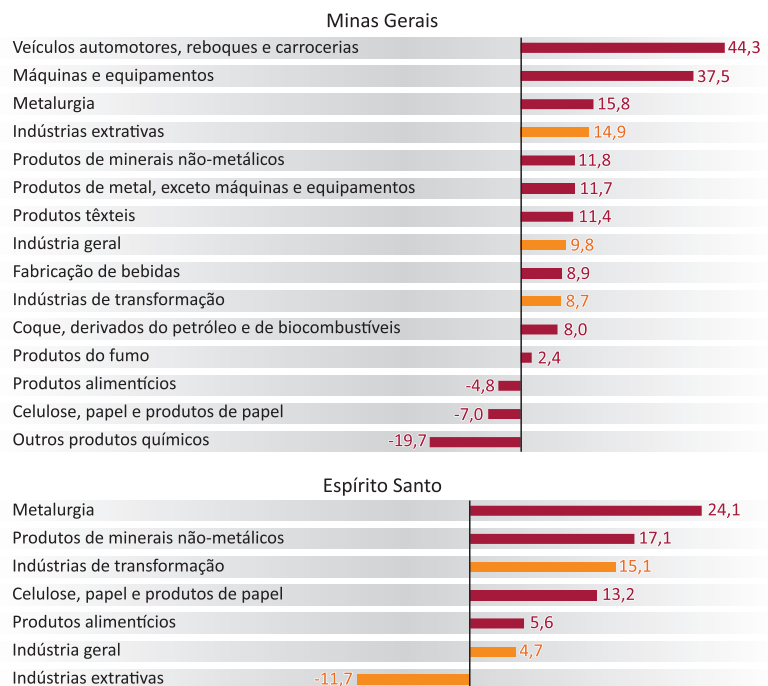
na indústria local, ainda repercutem os efeitos econômicos da pandemia, como escassez e alto custo de matéria-prima, além do elevado preço da energia, taxa de câmbio e carga tributária.

O Ceará, que também reflete apenas a indústria de transformação (3,7%), foi o único Estado do Nordeste, dentre os contemplados pela pesquisa, com resultado positivo. Ressalva-se, contudo, que veio acentuando as perdas na evolução trimestral do ano, saindo de +62,2% no 2º trimestre, para -7,3%, no 3º, e -13,8% no 4º trimestre. Dentre suas 11 atividades, apresentou retração em apenas 3 (Gráfico 6): coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-14,9%); alimentos (-8,9%), e outros produtos químicos (-1,5%). Positivamente se destacaram: têxteis (38,6%), confecção e vestuário (16,4%), máquinas e aparelhos elétricos (12,3%); produtos de metal (12,2%), produtos de minerais não-metálicos (12,2%), e couro e calçados (6,4%).

Minas Gerais (9,8%) teve o segundo melhor desempenho do País, com crescimento tanto na indústria extrativa (14,9%), quanto na de transformação (8,7%). Conforme aponta o Gráfico 6, se destacou em veículos automotores (44,3%) e máquinas e equipamentos (37,5%), mas registrou perdas na indústria de alimentos (-4,8%), celulose e papel (-7,0%) e outros produtos químicos (-19,7%). Espírito Santo (4,7%) apresentou taxa negativa apenas na indústria extrativa (-11,7%) e crescimento em todas as atividades pesquisadas da indústria de transformação (15,1%).

Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados na área de atuação do BNB – acumulado 2021 (Base: igual período do ano anterior)





Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Emprego e faturamento crescem em 2021, mas desaceleração marca o segundo semestre. **Indicadores Industriais**. CNI, Ano 29, Número 12, Dezembro de 2021. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/c4/88/c4881877-b6e6-45de-bb15-ca27e77811ac/indicadoresindustriais_dezembro2021.pdf. Acesso em: 12.04.2022a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Preocupação com insumos segue elevada entre industriais. **Sondagem Industrial**. CNI, Ano 24, Número 12, dezembro de 2021. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/61/9f/619fa66c-c1f1-4686-a904-5569b7224ed1/sondagemindustrial_dezembro2021_v1.pdf. Acesso em: 12.04.2022b.

_____. **Sondagem Industrial. Série Recente Dezembro/2021**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 12.04.2021c.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). Bahia registra queda no ranking da produção industrial. **FIEB Notícias**, 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/noticias/bahia-registra-queda-no-ranking-da-producao-industrial/>. Acesso em: 12.04.2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FIEPE). Produção industrial e Pernambuco caiu em dezembro, revelam os dados do IBGE. **FIEPE Notícias**, 15 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://fiepe.org.br/producao-industrial-de-pernambuco-caiu-em-dezembro-revelam-os-dados-do-ibge/>. Acesso em: 12.04.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Dez. 2021. IBGE, fevereiro de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2021_dez.pdf. Acesso em: 01.04.2022a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Dez. 2021. IBGE, fevereiro de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_dez.pdf. Acesso em: 01.04.2022b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 3651** - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3651>. Acesso em: 01.04.2022c.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. Tabela 3653** - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 07.04.2022d.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Dez. 2021. IBGE, fevereiro de 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_dez.pdf. Acesso em: 07.04.2022e.

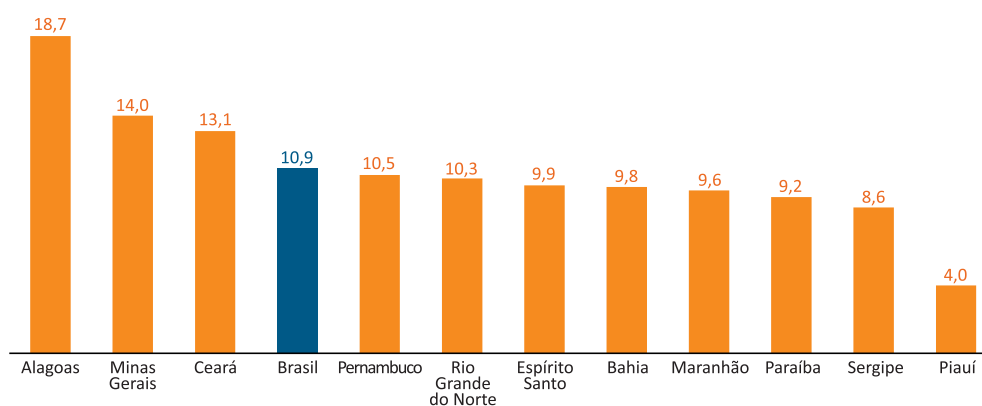
INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Por que analistas falam em risco de estagnação depois de indústria crescer 3,9% em 2021, após dois anos em queda. **IEDI na Imprensa**, 02/02/2022. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2022/iedi_na_imprensa_20220202_por_que_analistas_falam_em_risco_de_estagnacao_depois_de_industria_crescer_39_em_2021_apos_dois_anos_em_queda.html. Acesso em: 07.04.2022.

4 Setor de Serviços

De acordo com a divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviço nacional cresceu 10,9% no acumulado do ano de 2021, conforme pode ser visto no Gráfico 1 abaixo. Ademais, o ano de 2021 foi considerado um período de retomada de crescimento para o setor de Serviços, dado que em 2020 o índice de volume da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) registrou uma retração de 7,8%.

Na análise do comparativo de dezembro de 2021 com relação ao mesmo período de 2020, verificou-se uma expansão de 10,9%, sendo na mesma intensidade do crescimento no acumulado de 2021, enquanto na análise referente à série dessazonalizada, na qual compara-se dezembro de 2021 a novembro do mesmo ano, houve um aumento de 2,6%, evidenciando um final de ano com a manutenção da recuperação dos impactos negativos causados no setor de serviços em decorrência da pandemia da Covid-19.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de Serviços - Brasil e Estados selecionados - Acumulado do ano de 2021.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Com base nos grupos de atividades para o Brasil, apresentados na Tabela 1 abaixo, pode-se verificar que todos apresentaram desempenho positivo no acumulado do ano de 2021, com destaques para Serviços prestados às famílias (18,2%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (15,2%), seguidos de Serviços de informação e comunicação (9,5%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (7,4%) e Outros serviços (5,0%). Pode-se inferir que o crescimento generalizado desses serviços decorre principalmente da diminuição das restrições sanitárias decorrentes do avanço do processo de vacinação em todo o País, iniciado no primeiro trimestre de 2021, o que permitiu um aumento da circulação de pessoas com mais intensidade durante o segundo semestre de 2021, e a reabertura das atividades que mais sofreram com a pandemia em 2020, como bares, restaurantes, hospedagens e transporte de passageiros.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de Serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado do ano de 2021.

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	18,2	11,0	40,1	49,8	11,4	23,9
Serviços de alojamento e alimentação	20,1	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	8,2	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	9,5	11,7	3,3	0,3	3,5	2,4
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	9,4	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-0,2	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	24,8	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	10,1	-	-	-	-	-

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,4	8,4	9,9	5,9	15,7	9,1
Serviços técnico-profissionais	12,4	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	5,4	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	15,2	22,8	10,4	10,4	20,9	12,8
Transporte terrestre	14,7	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	14,7	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	37,5	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	12,0	-	-	-	-	-
Outros serviços	5,0	3,2	1,9	-8,8	23,7	4,6
Total	10,9	13,1	10,5	9,8	14,0	9,9

* O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Em relação às subatividades do País, verifica-se expansões em todas elas, com exceção de Telecomunicações (-0,2%). Os maiores destaques foram verificados em Transporte aéreo (37,5%) e Serviços de alojamento e alimentação (20,1%), refletindo as subatividades que são mais relacionadas ao turismo e lazer, bem como Serviços de Tecnologia da Informação (24,8%), subatividade que é fortemente relacionada a atividades remotas, prática que se intensificou a partir do início da pandemia, em 2020.

No que concerne aos onze Estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentados no Gráfico 1, pode-se observar que todos evidenciaram expansões. O Estado de Alagoas apresentou o melhor desempenho, quando comparado aos demais, com um crescimento de 18,7%, seguido de Minas Gerais (14,0%) e Ceará (13,1%), que registraram crescimento acima do Brasil. Cresceram abaixo da média nacional: Pernambuco (+10,5%), Rio Grande do Norte (10,3%), Espírito Santo (9,9%), Bahia (9,8%), Maranhão (9,6%), Paraíba (9,2%) e Sergipe (8,6%), e Piauí (4,0%) que obteve um desempenho bem aquém aos demais.

O IBGE analisa os grupos de atividades do setor de serviços para cinco Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, onde todos os grupos registraram crescimento, com exceção de Outros Serviços, na Bahia (-8,8%). O maior destaque positivo foi verificado no grupo Serviços prestados às famílias, no qual o Estado da Bahia obteve expansão de 49,8%, seguido de Pernambuco (40,1%), Espírito Santo (23,9%), Minas Gerais (11,4%) e Ceará (11,0%).

O Ceará foi o destaque positivo em Serviços de informação e comunicação, com elevação de 11,7%, resultado bem acima de Minas Gerais (3,5%), Pernambuco (3,3%), Espírito Santo (2,4%) e Bahia (0,3%).

O Estado de Minas Gerais foi destaque em Serviços profissionais, administrativos e complementares, no qual apresentou uma alta de 15,7%, seguido dos Estados de Pernambuco (9,9%), Espírito Santo (9,1%), Ceará (8,4%) e Bahia (5,9%). No grupo Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, o crescimento foi liderado pelo Estado do Ceará (22,8%), seguido de Minas Gerais (20,9%), Espírito Santo (12,8%), Pernambuco (10,4%) e Bahia (10,4%).

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Fortaleza – Unifor. Catherine dos Santos Rodrigues, Jaylla Maria Saldanha da Silva e Vicente Aníbal da Silva Neto, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe/Unifor.

5 Varejo

O comércio varejista restrito nacional registrou um aumento de 1,4% no acumulado do ano de 2021 (Tabela 1). Contudo, quando comparado o mês de dezembro de 2021 com o mês imediatamente anterior, verificou-se retração de 1,9%. Para a comparação interanual do mês de dezembro, o setor apresentou queda de 2,9%.

O varejo ampliado nacional, que inclui o varejo restrito adicionado da comercialização de veículos e materiais de construção, apresentou um crescimento de 4,5% no acumulado do ano de 2021 (Tabela 1). Na comparação do mês de dezembro de 2021 frente a novembro do mesmo ano, observou-se um leve crescimento de 0,3%. Em direção oposta, na comparação interanual do mês de dezembro, o comércio ampliado registrou retração de 2,7%.

Tabela 1 – Indicadores de Volume do Comércio Varejista, segundo Brasil e Unidades da Federação – Variação (%).

Brasil e Estados	Índices	Dez 21/Nov 21 (*)	Dez 21/Dez 20	Acumulado em 2021
Brasil	Varejo Restrito	-1,9	-2,9	1,4
	Varejo Ampliado	0,3	-2,7	4,5
Maranhão	Varejo Restrito	-1,7	-5,4	-1,8
	Varejo Ampliado	-0,3	-6,0	2,3
Piauí	Varejo Restrito	1,1	-3,4	10,0
	Varejo Ampliado	-0,8	-5,7	12,6
Ceará	Varejo Restrito	-1,6	-8,8	-3,3
	Varejo Ampliado	-1,9	-1,4	7,2
Rio Grande do Norte	Varejo Restrito	1,7	-5,1	-0,8
	Varejo Ampliado	4,1	-2,4	2,5
Paraíba	Varejo Restrito	-0,5	-9,3	-4,0
	Varejo Ampliado	-1,6	-11,2	2,0
Pernambuco	Varejo Restrito	-5,1	-11,5	1,3
	Varejo Ampliado	-1,9	7,5	17,9
Alagoas	Varejo Restrito	-2,2	-8,0	-1,0
	Varejo Ampliado	-3,6	-7,6	4,4
Sergipe	Varejo Restrito	-0,4	-11,2	-3,8
	Varejo Ampliado	-3,5	-8,5	6,1
Bahia	Varejo Restrito	-1,8	-12,7	-0,6
	Varejo Ampliado	-2,3	-4,8	7,3
Minas Gerais	Varejo Restrito	-1,8	-0,4	3,1
	Varejo Ampliado	-1,6	0,5	5,4
Espírito Santo	Varejo Restrito	0,8	3,7	6,8
	Varejo Ampliado	3,4	9,4	13,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

* Com ajuste sazonal.

Em relação aos grupos de atividades que fazem parte da pesquisa, de acordo com a Tabela 2, observa-se que 6 dos 10 grupos tiveram resultados positivos em nível nacional, são eles: Combustíveis e lubrificante (+0,3%); Tecidos, vestuário e calçados (+13,7%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+9,8%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+12,7%); Veículos, motocicletas, partes e peças (+14,9%) e Material de construção (+4,4%). Observa-se que o ano de 2021 foi de retomada do crescimento econômico decorrente principalmente da redução das restrições sanitárias a

partir do avanço da vacinação, beneficiando atividades que sofreram fortes impactos negativos em 2020, devido a um isolamento social mais intenso, como o comércio de vestuários e calçados e a vendas de veículos, isto é, a demanda que se encontrava reprimida no ano de 2020 foi realizada em grande parte no ano de 2021. Já as vendas de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos continuaram apresentando crescimento como consequência do aumento do consumo de remédios dentro do segundo ano da pandemia de Covid-19.

Analisando os estados da área de atuação do Banco do Nordeste no qual a PMC divulga os grupos de atividades, no grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou-se crescimento apenas em Espírito Santo (+1,3%); por outro lado, verificou-se fortes quedas em Pernambuco (-10,7%), Bahia (-9,5%) e Ceará (-6,9%). Contudo, no grupo de Tecidos, vestuário e calçados, os estados do Espírito Santo (+25,4%) e Bahia (+24,2%) registraram fortes expansões. Já no grupo Outros artigos de uso pessoal e doméstico, destacam-se positivamente Pernambuco (+28,8%) e Minas Gerais (+20,7%), enquanto no grupo de Veículos, motocicletas, partes e peças, os maiores avanços foram registrados em Pernambuco (+70,4%) e Bahia (+43,6%), segundo a Tabela 2.

Tabela 2 – Variação (%) do volume de vendas do Comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado do ano de 2021.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	1,4	-3,3	1,3	-0,6	3,1	6,8
Combustíveis e lubrificantes	0,3	8,7	5,3	-1,6	-0,7	14,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,6	-6,9	-10,7	-9,5	-0,1	1,3
<i>Hipermercados e supermercados</i>	-2,4	-5,6	-12,6	-9,5	-0,4	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	13,7	0,5	15,0	24,2	5,9	25,4
Móveis e eletrodomésticos	-7,0	-9,4	-23,0	-7,0	-12,4	-7,2
<i>Móveis</i>	-1,9	-8,1	-12,5	-9,3	23,7	-15,9
<i>Eletrodomésticos</i>	-9,2	-11,0	-26,2	-5,7	-20,4	-4,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,8	4,0	28,8	13,0	20,7	16,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,8	-25,1	10,3	-21,8	-5,2	-10,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,0	0,3	0,6	5,2	-9,3	54,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,7	-5,0	11,7	11,0	15,5	26,7
Comércio varejista ampliado	4,5	7,2	17,9	7,3	5,4	13,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	14,9	29,6	70,4	43,6	16,8	25,2
Material de construção	4,4	23,2	0,4	-11,1	3,3	5,6

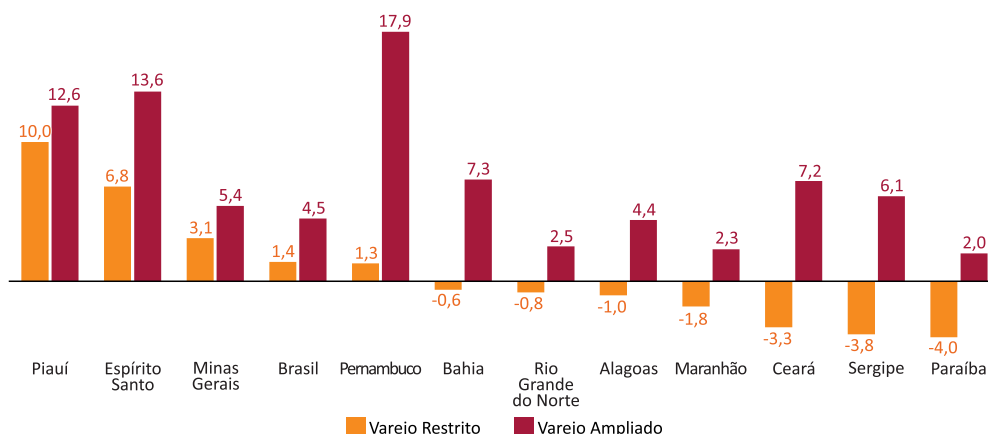
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Seguindo para o comportamento do varejo restrito nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), quatro estados apresentaram crescimento no acumulado do ano de 2021: Piauí (+10,0%); Espírito Santo (+6,8%); Minas Gerais (+3,1%) e Pernambuco (+1,3%). Em contrapartida, apresentaram decréscimo no acumulado do ano de 2021: Bahia (-0,6%), Rio Grande do Norte (-0,8%), Alagoas (-1,0%), Maranhão (-1,8%), Ceará (-3,3%), Sergipe (-3,8%), Paraíba (-4,0%).

Em relação ao varejo ampliado, todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram expansões no índice do acumulado do ano de 2021, onde os maiores destaques positivos foram registrados em: Pernambuco (+17,9%), Espírito Santo (+13,6%) e Piauí (+12,6%), conforme o Gráfico 1.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados – Acumulado do ano de 2021.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Segundo o relatório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) referente a PMC do ano de 2021, a crise sanitária, em 2020 ditou predominantemente o ritmo das vendas. No ano de 2021, o comportamento das vendas foi motivado pela deterioração das condições de consumo, em um ano em que o PIB do Brasil avançou 4,5%, após ter retraído 3,9%, no ano anterior. O desemprego elevado e as taxas de juros em aceleração certamente contribuíram para o resultado de 2021, contudo, a aceleração dos preços foi o principal fator responsável pela frustração dos varejistas ao longo do ano.

Ainda de acordo com o relatório, a inflação manifestou seu impacto sobre as vendas de duas formas. Ao reduzir o poder de compra do consumidor, esfriou a demanda por produtos ao longo do ano. Além disso, pressionados pelos preços no atacado, os varejistas se viram diante da incapacidade de reter os reajustes recebidos dos atacadistas e repassar, parcialmente, a alta de custos na aquisição de mercadorias aos consumidores finais.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Inflação alta impediu aceleração das vendas em 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Comércio - Dez. 2021. IBGE, dezembro de 2021. Disponível em: [https:// biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2021_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2021_dez.pdf). Acesso em: 12.04.2022.

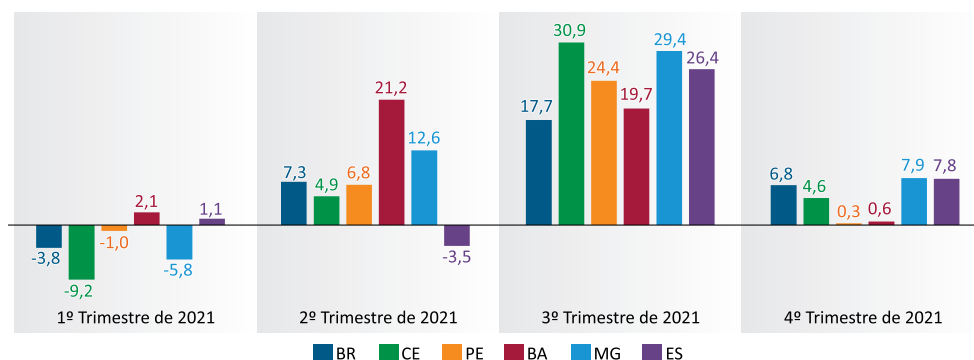
6 Turismo

Em decorrência das políticas de combate a pandemia do novo Coronavírus, o setor de turismo foi um dos mais impactados dentre os setores da economia. O segmento sofreu com uma forte retração de -36,7%, no ano de 2020, maior queda desde 2017, quando o Índice de Atividades Turísticas (IATUR), elaborado e divulgado pelo IBGE, registrou um declínio de -6,5%.

No ano de 2021, por outro lado, o indicador apresentou um crescimento expressivo de 22,2%, na comparação com o ano imediatamente anterior. Entretanto, o setor ainda se encontra 9,7% abaixo do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020). Como pode ser observado no Gráfico 1, nos últimos três trimestres do ano, verificou-se taxas positivas de crescimento para o setor, o que pode ser atribuído ao afrouxamento das restrições de isolamento social, o que contribuiu para o bom desempenho do setor no segundo semestre do ano.

O IATUR disponibiliza informações para cinco dos onze estados pertencentes a área de atuação do Banco do Nordeste. Todos registraram desempenhos positivos para o 4º trimestre do ano, sendo destaque os estados de Minas Gerais (+7,9%) e Espírito Santo (+7,8%), com crescimento acima da média nacional (+6,8%). Os estados do Ceará (+4,6%), Bahia (+0,6%) e Pernambuco (+0,3%) também apresentaram crescimento no período.

Gráfico 1 – Variação trimestral do Índice de Volume do IATUR*.



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

* Comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

Ainda em relação ao resultado nacional do setor, observa-se que na comparação de dezembro com o mês imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais, o índice apresentou crescimento de 4,6% (Tabela 1), sendo a segunda taxa positiva consecutiva. Dentre os Estados nordestinos, Pernambuco (+1,6%) e Bahia (+0,6%) apresentaram crescimento positivo em dezembro. Apenas o Estado do Ceará registrou queda mensal de 3,2%. O setor de turismo no Ceará, ademais, foi um dos mais impactados na comparação com os demais Estados, encerrando o ano de 2021 em 17,8% abaixo do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). Além do Ceará, o Estado de Pernambuco também se encontra com o setor de turismo 5,2% abaixo dos níveis pré-pandemia. Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, por outro lado, recuperaram as perdas do setor verificadas em 2020.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Estados Selecionados – Variação (%).

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ
Brasil	-0,2	4,6	4,6	25,6	26,1	31,6	20,6	21,1	22,2	7,5	13,9	22,2
Ceará	2,8	2,0	-3,2	32,7	29,5	22,3	17,8	19,2	19,5	4,1	11,7	19,5
Pernambuco	-1,4	1,3	1,6	42,4	24,8	27,8	45,2	42,7	41,1	28,4	34,0	41,1
Bahia	-2,2	1,3	0,6	57,4	45,8	34,3	49,9	49,4	47,5	31,1	39,5	47,5
Minas Gerais	1,7	2,9	3,4	37,1	48,4	49,7	27,5	29,6	31,7	12,5	21,1	31,7
Espírito Santo	3,0	-0,8	4,3	28,5	29,3	35,8	26,8	27,0	28,0	13,8	20,1	28,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

* Com ajuste sazonal.

Entretanto, todos os estados da área de atuação do BNB encerraram o ano de 2021 com crescimento acima da média nacional (+22,2%), quando comparado com o ano anterior, com exceção do Ceará (+19,5%). Principalmente nos estados do Nordeste, é perceptível o quão importante é o segmento para as economias locais. Os estados da Bahia e Pernambuco tiveram os maiores crescimentos em 2021, quando comparado com os demais estados da pesquisa, respectivamente, cresceram 47,5% e 41,1% no acumulado do ano de 2021.

Observando a quantidade de passageiros em circulação nos aeroportos, é possível verificar o impacto que as restrições de isolamento social apresentaram na movimentação em todo o País e nas grandes regiões no decorrer do ano de 2021, servindo, também, como variável *proxy* para entender as dificuldades das atividades turísticas para retomarem aos patamares pré-pandemia. Na Tabela 2, é apresentada a quantidade de desembarques de passageiros por natureza, “doméstica”, quando o voo tem pouso e decolagem realizadas no Brasil e sejam operadas por empresas brasileiras, e “internacionais”, caso o contrário.

Tabela 2 – Quantidade de desembarques de passageiros por natureza em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2020 e 2021⁽¹⁾.

Brasil e Regiões	Doméstica			Internacional		
	2020	2021	Var. (%)	2020	2021	Var. (%)
Nordeste	9.190.471	13.760.627	49,7% ▲	211.643	85.703	-59,5% ▼
Norte	2.905.137	4.043.349	39,2% ▲	34.109	9.169	-73,1% ▼
Centro-oeste	5.706.622	7.858.356	37,7% ▲	88.936	40.096	-54,9% ▼
Sudeste	18.106.579	24.828.944	37,1% ▲	2.363.586	1.814.433	-23,2% ▼
Sul	9.342.363	12.093.436	29,4% ▲	743.360	291.075	-60,8% ▼
Brasil	45.251.172	62.584.712	38,3% ▲	3.443.654	2.242.497	-34,9% ▼

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Notas (1): Acumulado do ano de janeiro a dezembro.

Em todo o País, os voos de natureza doméstica registraram forte crescimento de 38,3% no acumulado do ano finalizado em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa é a maior taxa registrada na série histórica desde 2010, onde os voos domésticos cresceram 26,2%. O Nordeste foi a região com o maior crescimento de desembarques domésticos, com 49,7% de passageiros em comparação com igual período. A região Sul apresentou a menor taxa de crescimento em comparação com as demais (+29,4%), contudo, o número de desembarques na região equivale a 39,7% do total nacional, ficando atrás apenas das regiões Sudeste (39,6%) e Nordeste (22,9%).

O desembarque internacional, por outro lado, apresentou sucessivos declínios ao longo de 2021, registrando queda de 34,9% no acumulado do ano. As regiões mais impactadas foram o Norte (-73,1%), Sul (-60,8%) e Nordeste (-59,5%). Em grande medida, o desempenho negativo nos voos de natureza internacional é atribuído a restrições de isolamento social que alguns países ainda vêm adotando.

Todos os estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentaram crescimento no número de desembarques de passageiros em voos domésticos em 2021. Como pode ser visto na Tabela 4, ficaram acima da média regional os estados de Alagoas (+67,4%), Pernambuco (+59,8%), Rio Grande do Norte (+58,6%) e Bahia (+55,9%).

Tabela 3 – Quantidade de desembarques de passageiros por natureza em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Acumulado de 2020 e 2021.

Estados / Região	Doméstica			Internacional		
	2020	2021	Var. (%)	2020	2021	Var. (%)
Nordeste	9.190.471	13.760.627	49,73% ▲	211.643	85.703	-59,51% ▼
Alagoas	565.042	945.907	67,40% ▲	2.521	1704	-32,41% ▼
Bahia	2.459.352	3.834.660	55,92% ▲	66.331	21.659	-67,35% ▼
Ceará	1.646.615	2.177.335	32,23% ▲	65.812	32.870	-50,05% ▼
Maranhão	481.512	637.969	32,49% ▲	32	-	-
Paraíba	417.223	550.364	31,91% ▲	230	-	-
Pernambuco	2.452.265	3.920.691	59,88% ▲	64.016	25.583	-60,04% ▼
Piauí	298.892	405.387	35,63% ▲	-	-	-
Rio Grande do Norte	569.803	904.104	58,67% ▲	12.701	3.887	-69,40% ▼
Sergipe	299.767	384.210	28,17% ▲	-	-	-
Minas Gerais	2.598.262	3.708.639	42,74% ▲	58.853	34.654	-41,12% ▼
Espírito Santo	720.725	960.218	33,23% ▲	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Todos os Estados que registraram voos de natureza internacional em 2021 registraram forte queda, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os estados que apresentaram as maiores retrações no ano foram: Rio Grande do Norte (-69,4%), Bahia (-67,3%) e Pernambuco (-60,0%), todos com resultados piores que Nordeste (-59,51%). O Ceará foi o estado que apresentou a maior quantidade de desembarques de passageiros de voos internacionais no ano, com cerca de 32,8 mil passageiros; junto com Pernambuco e Bahia, registraram 93,5% dos desembarques internacionais na Região Nordeste. Os estados de Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe e Espírito Santo não apresentaram informações de desembarques de passageiros no ano de 2021.

Referências

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil> Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

ANAC-AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Base de Dados Estatísticos do Transporte Aéreo**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Fortaleza – Unifor. Catherine dos Santos Rodrigues e Vicente Aníbal Da Silva Neto, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe/Unifor.

7 Mercado de Trabalho

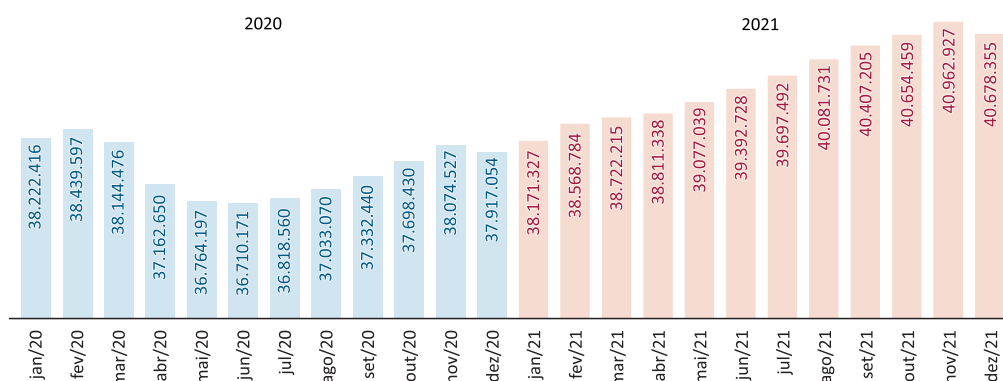
7.1 Mercado de trabalho formal no Brasil

De acordo com dados do Ministério da Economia, os indicadores do mercado de trabalho no território nacional vêm mostrando que sua recuperação está se consolidando em consonância com o avanço da vacinação contra Covid-19, nos resultados de janeiro a dezembro de 2021.

O nível de emprego celetista no Brasil seguiu tendência de expansão a partir do segundo semestre de 2020, como mostra o Gráfico 1. Apenas em dezembro de 2020, o estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, regrediu em dezembro de 2020, atingindo estoque de 37,9 milhões de empregos. O fato é explicado devido ao aumento dos casos de Covid-19, e, conseqüentemente, na tentativa de conter a contaminação do vírus em períodos festivos de fim de ano, houve o endurecimento às restrições de isolamento social.

A partir de janeiro de 2021, o estoque de emprego no Brasil contabilizou sucessivos ganhos, chegando a contabilizar 40,6 milhões de empregos no País, em dezembro de 2021, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1. Desta forma, o nível de emprego expandiu-se 7,2% em relação ao ano de 2020.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do Estoque de emprego¹ - janeiro/2020 a dezembro/2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões em 2.761.301 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a dezembro de 2021. Resultado superior ao obtido do mesmo período de 2020, quando o saldo foi negativo em -193.446 vagas de emprego, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No País, todos os cinco os grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no acumulado de janeiro a dezembro de 2021, de acordo com dados da Tabela 1.

Serviços (+1.234.657 empregos) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho em 2021. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nas Atividades Administrativas e Serviços Complementares (+321.015) e Saúde humana e Serviços sociais (+176.261).

No mesmo período, a Indústria nacional também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 476.271 novos postos de trabalho. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, em que a Indústria de transformação (+439.781) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho, com destaque na geração de emprego na Confecção de artigos do vestuário (+53.116), Fabricação de produtos alimentícios (+41.775) e Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+39.873).

Comércio apresentou expansão de +659.211 novos empregos no País, em 2021. O segmento Comércio Varejista registrou maior saldo, incremento de 449.496 postos de trabalho. Na sequência, tem-se a

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

ampliação do nível de emprego do Comércio Atacadista (+136.597) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+73.118).

O setor da Construção aumentou o nível de emprego em 245.656 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a dezembro de 2021. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade de Serviços especializados para a Construção (+105.214) e Construção de edifícios (+103.361) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2021. A subatividade Obras de infraestrutura (+37.081) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego em 145.512 novas vagas, no acumulado de janeiro a dezembro de 2021. No período em análise, o cultivo de soja (+22.449), cana-de-açúcar (+9.406), uva (+4.895), café (+4.517) e criação de bovinos (+29.913) foram as atividades agropecuárias que mais geraram novos empregos. Na produção florestal (+13.011), a Produção de Florestas Plantadas (+7.723) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de empregos no setor.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica – Acumulado de janeiro a dezembro de 2020 e 2021

Grupamento de Atividades Econômicas	Acumulado do janeiro a dezembro de 2020				Acumulado do janeiro a dezembro de 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	880.483	843.924	36.559	2,44	1.171.231	1.025.719	145.512	9,48
Comércio	3.678.571	3.744.766	-66.195	-0,74	4.944.378	4.285.167	659.211	7,38
Construção	1.617.221	1.519.845	97.376	4,96	2.034.899	1.789.243	245.656	11,91
Indústria	2.641.224	2.590.104	51.120	0,69	3.371.810	2.895.539	476.271	6,39
Serviços	6.809.344	7.121.648	-312.304	-1,71	9.363.259	8.128.602	1.234.657	6,88
Não identificado		2	-2			6	-6	
Brasil	15.626.843	15.820.289	-193.446	-0,51	20.885.577	18.124.276	2.761.301	7,28

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, no acumulado de janeiro a dezembro de 2021, Sudeste (+1.359.285) e Sul (+483.751) foram as regiões que ressaltaram com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho, que vem se afirmando nos últimos meses de 2021. Na sequência, Sul (+482.189), Centro-Oeste (+268.350) e Norte (+158.529) também incrementaram no nível de emprego, apresentando também restabelecimento do mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo de emprego - Acumulado de janeiro a dezembro de 2020 e 2021

Brasil e Regiões	Acumulado do janeiro a dezembro de 2020				Acumulado do janeiro a dezembro de 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Norte	722.299	671.837	50.462	2,93	976.525	817.996	158.529	8,95
Nordeste	2.054.886	2.075.689	-20.803	-0,34	2.778.756	2.295.005	483.751	7,86
Sudeste	8.163.599	8.417.996	-254.397	-1,28	10.869.657	9.510.372	1.359.285	6,94
Sul	3.280.585	3.257.409	23.176	0,32	4.338.770	3.856.581	482.189	6,74
Centro-Oeste	1.403.784	1.396.434	7.350	0,23	1.903.086	1.634.736	268.350	8,33
Não identificado	1.690	924	766	3,6	18.783	9.586	9.197	41,69
Brasil	15.626.843	15.820.289	-193.446	-0,51	20.885.577	18.124.276	2.761.301	7,28

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Portanto, para o primeiro semestre de 2022, numa perspectiva de cenário otimista, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, do avanço da completa imunização (1ª, 2ª, 3ª e doses de reforço) da população brasileira e, conseqüentemente, da redução dos novos casos de Covid-19.

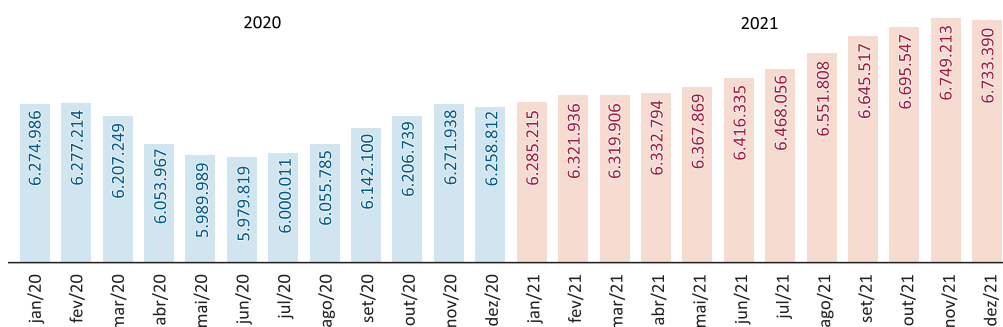
7.2. Mercado de trabalho formal no Nordeste

No Gráficos 2, tem-se a trajetória do saldo de empregos dos meses de 2020 e 2021. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região, consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos nos meses subsequentes. No entanto, em dezembro de 2020, verifica-se quebra dessa tendência de crescimento no nível de emprego, quando o saldo pontuou negativamente na Região, com redução de -15.823 postos de trabalho.

A partir de janeiro de 2021, os dados revelam recuperação e manutenção do ritmo do número de contratações na Região nos onze primeiros meses de 2021, segundo os registros do Ministério da Economia.

Desta forma, mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na economia, 2021 pontuou saldo positivo, de acordo com dados do Gráfico 2. Neste período, a Região aumentou o nível de emprego em 483.751 novos postos de trabalho. Este quadro de ampliação do estoque de emprego em 2021 é bastante animador, se comparado ao mesmo período de 2020, em que o saldo de emprego foi negativo em -20.803 postos de trabalho.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do Saldo de Emprego - Janeiro de 2020 a dezembro de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados da Gráfico 3, verifica-se que o resultado do emprego no acumulado de janeiro a dezembro de 2021 deriva da combinação do retorno mais intensivo das atividades dos setores de Serviços e de Comércio, embora todos os setores das atividades econômicas tenham contribuído positivamente no agregado da Região.

Neste período, todos os agrupamentos das atividades econômicas ampliaram o nível de emprego na Região. Serviços foi a atividade econômica que mais gerou novos postos, com formação de 204.994 vagas de trabalho e crescimento no nível de emprego de 6,8% em relação a 2020. Entre as subatividades, Saúde Humana (+32.177) e Apoio administrativo (+27.677) foram os que se destacaram. Nos Estados, Bahia (+54.847), Pernambuco (+41.844) e Ceará (+38.673) lideram na formação empregos em Serviços.

Comércio formou 125.346 novos postos, em 2021, apresentando crescimento de 7,8% no estoque de empregos. O ranking na geração de empregos foi para Bahia (+34.047), Pernambuco (+22.778) e Ceará (+19.806). Com a reabertura do Comércio, com foco no marketing digital e atendimento personalizado, ocorreu ampliação das vendas *on line*. Desta forma, na Região, o impacto positivo recaiu sobre todas as subclasses do setor, com maior visibilidade no Comércio Varejista (+93.977).

Na Indústria (+70.868), todas as subatividades econômicas responderam positivamente no agregado regional no acumulado de 2021. Mas, as Indústrias de Transformação tiveram papel decisivo na recuperação de empregos do setor em 2021. Entre as subatividades da Indústria de Transformação,

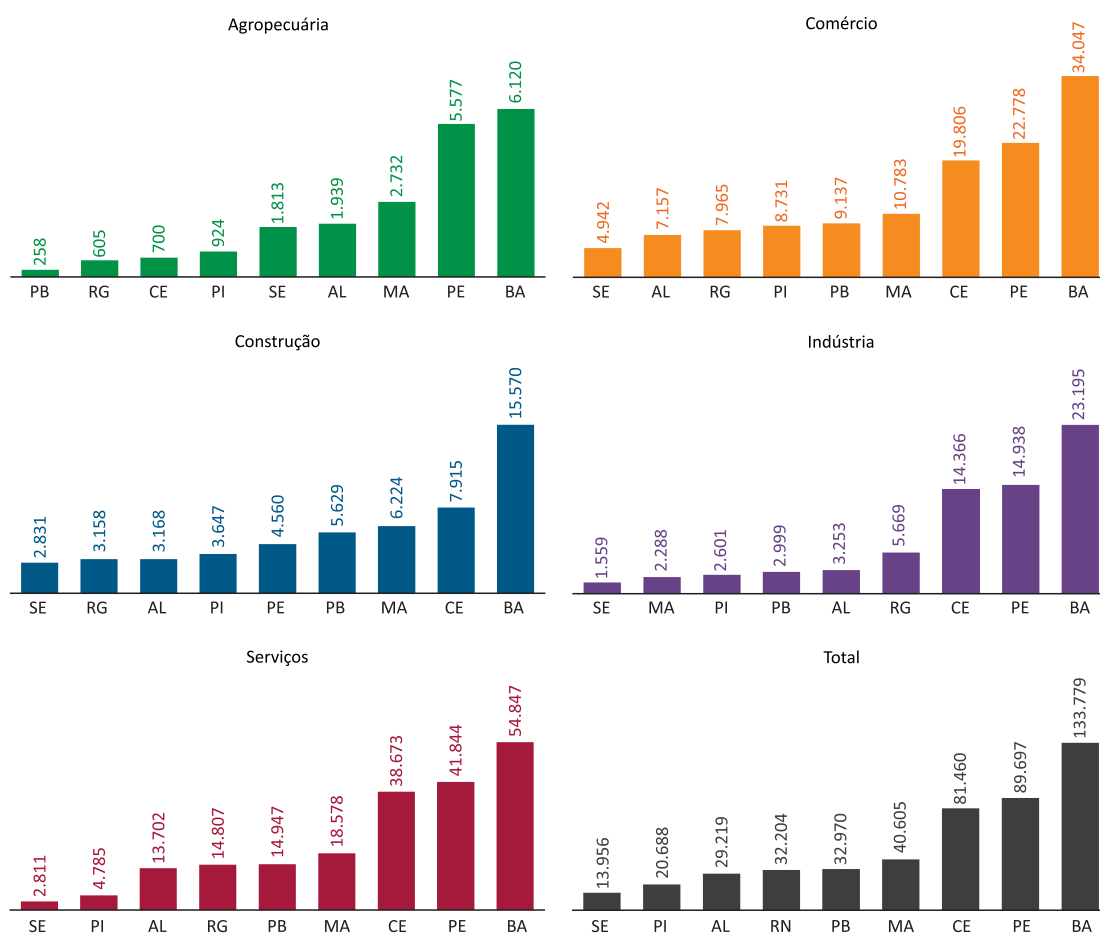
BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Fabricação de Calçados (+12.607) e Confeção de Artigos do Vestuários e Acessórios (+8.798) despontaram na ampliação do nível de empregos. Para os Estados, Bahia (+23.195), Pernambuco (+14.938) e Ceará (+14.366) sobressaíram na formação de novos postos de trabalho.

Construção registrou saldo de 52.702 vagas e maior crescimento do estoque na Região, de 13,1%. O setor foi impulsionado com investimentos na Construção de Edifícios, com formação a mais de 32.245 empregos formais na Região no acumulado de 2021, variação de 17,3% frente ao ano anterior. Os agrupamentos de Serviços Especializados (+11.945) e Obras de Infraestrutura (+8.512) também contribuíram com a formação de novos postos de trabalho no agregado regional.

A Agropecuária (+20.668) no Nordeste apresentou saldo de emprego positivo no acumulado de 2021, com forte atuação do setor agrícola. Na Pecuária (+2.831), registrou maior saldo de emprego na criação de bovinos (+1.754) e aves (+770). Nas atividades Agrícolas (+17.837), Resultado impulsionado pela Produção Lavouras Temporárias (+7.311, maior peso da cana-de-açúcar, +3.350) e Lavouras Permanentes (+6.070, sendo +3.246 do cultivo de uva). Entre os Estados, Bahia (+6.120) se destaca nos cultivos de manga (+960) e Criação de Bovinos (+879). Em Pernambuco (+5.577), cultivo de uva (+2.556) e cana-de-açúcar (+1.389) foram os maiores em saldo de emprego. No Maranhão (+2.732), Produção florestal (+816) e Soja (+759) responderam por boa parte dos novos empregos.

Gráfico 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade – Acumulado de janeiro a dezembro de 2020 e 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

7.3. Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

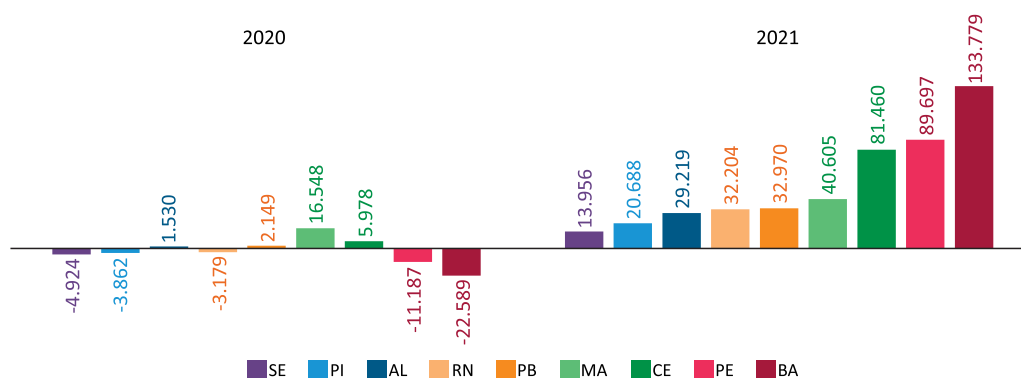
BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Mesmo no cenário adverso frente aos efeitos da segunda onda da pandemia no mercado de trabalho, todos os estados do Nordeste apresentam tendência de recuperação na formação de novos postos de trabalho com carteira assinada, em 2021.

Segundo o Ministério da Economia, Bahia (+133.779) despontou com maior saldo de empregos com registro em carteira, seguido por Pernambuco (+89.697), Ceará (+81.460) e Maranhão (+40.605). Os demais estados também registraram saldo de emprego positivo, em 2021, conforme dados do Gráfico 4.

Vale salientar que somente Alagoas, Maranhão, Paraíba e Ceará e registraram saldo positivo de empregos tanto no ano de 2020 quanto em 2021. Quanto à variação do estoque de empregos, Alagoas (+8,4%), Maranhão (+8,2%) e Paraíba (+8,1%) pontuaram com os maiores crescimentos, na variação entre os anos de 2020 e 2021.

Gráfico 4 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego - janeiro a dezembro de 2020 e 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados do Caged, todos os setores da atividade econômica ampliaram o nível de emprego nas Unidades Federativas da Região, entre janeiro a dezembro 2021.

Na Bahia, a geração de emprego foi fomentada por Serviços (+54.847) e Comércio (+34.047), em 2021. Embora, Serviços e Comércio contribuíssem com os maiores saldos de empregos em 2021, a Agropecuária registrou maior variação do estoque de emprego, com crescimento de 13,71%, frente ao ano de 2020.

Ceará teve Serviços (+38.673) como a atividade que mais formou novos postos de trabalho. Em 2021, os serviços Administrativos (+11.233) e de Saúde Humana (+7.158) foram as atividades que mais impulsionaram o setor de Serviços.

No Maranhão, Serviços (+18.578) foi o setor que mais gerou novos empregos em 2021, embora, Construção tenha registrado maior crescimento no nível de emprego, com variação de 14,95% frente ao ano de 2020, impulsionado pelas Obras de Infraestrutura (+17,9%).

Paraíba e Rio Grande do Norte tiveram como maior propulsor na geração de novos postos de trabalho o setor de Serviços, com formação de 14.947 e 14.807 novos postos de trabalho, respectivamente. A atividade de serviços administrativos foi o que mais impactou, sendo +10.913 novos empregos na Paraíba, e +6.947 no Rio Grande do Norte.

Em Alagoas, Serviços (+13.702) e Comércio (+7.157) foram as atividades que mais criaram novos postos de trabalho. No entanto, o estoque de emprego da Agropecuária foi o que mais cresceu, com variação de 18,9%, frente ao estoque de 2020.

Em Sergipe, Comércio (+4.942) foi a atividade que mais gerou novos empregos, com ênfase no Comércio varejista (+3.417). Em seguida, Construção (+2.831), estimulada por Construção de edifícios (+2.479), que obteve maior saldo de empregos, em 2021.

No Piauí, Comércio (+8.731) se destacou puxado pela formação de novos empregos no Comércio varejista (+6.787). Na sequência, a geração de empregos em Serviços (+4.785) foi impulsionada pelas atividades Administrativas (+1.209), em 2021.

A expectativa para o primeiro semestre de 2022 é que o movimento de reordenamento do emprego se intensifique na medida que avança a vacinação paralelamente a uma base produtiva mais robusta com o avanço das atividades econômicas, assim, devendo ampliar a geração de emprego em todo o território da Região.

Tabela 5 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - Acumulado de janeiro a dezembro de 2020 e 2021

Estados	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Maranhão	2.732	10.783	6.224	2.288	18.578
Piauí	924	8.731	3.647	2.601	4.785
Ceará	700	19.806	7.915	14.366	38.673
Rio Grande do Norte	605	7.965	3.158	5.669	14.807
Paraíba	258	9.137	5.629	2.999	14.947
Pernambuco	5.577	22.778	4.560	14.938	41.844
Alagoas	1.939	7.157	3.168	3.253	13.702
Sergipe	1.813	4.942	2.831	1.559	2.811
Bahia	6.120	34.047	15.570	23.195	54.847

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

7.4 Mercado de trabalho formal nas Capitais e Municípios do interior do Nordeste

Entre os municípios do Nordeste, 1.474 apresentaram saldo positivo na geração de emprego, isto, considerando apenas as localidades com mais de 30 mil habitantes.

Em relação ao saldo de empregos nas Capitais, observou-se formação de novos empregos em todas as capitais da Região, no acumulado dos doze meses de 2021. O total de saldo de empregos gerados pelas capitais do Nordeste foi de 178.448 novos postos de trabalho. Do saldo das capitais do Nordeste, destacam-se os resultados em Fortaleza - CE (+36.412), Salvador - BA (+31.914), Recife - PE (+29.473) e São Luís - MA (+21.688), conforme dados da Tabela 6.

Por sua vez, nos municípios que estão localizados no interior dos estados do Nordeste, foram gerados 296.130 novos postos de trabalho. Vale enfatizar que há uma tendência de maior crescimento de formação de novos postos de trabalho nos municípios do interior, cuja participação foi de 62,4% do saldo de emprego total do Nordeste.

Verificou-se, ainda, que na Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Sergipe a geração de novos empregos foi maior no agregado dos municípios do interior do que nas capitais, vide Tabela 6.

Tabela 6 – Capitais e Interior do Nordeste: Saldo de emprego por atividade econômica – Acumulado de janeiro a dezembro de 2021

CAPITAIS							
UF	Município	Saldo Total	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
MA	São Luís	21.688	28	2.871	4.437	770	13.582
PI	Teresina	10.170	131	4.155	2.001	1.321	2.562
CE	Fortaleza	36.412	-36	7.865	3.470	3.498	21.615
RN	Natal	12.054	24	3.090	476	1.397	7.067
PB	João Pessoa	15.369	49	4.083	3.510	539	7.188
PE	Recife	29.473	236	6.310	2.207	2.291	18.429
AL	Maceió	15.096	419	1.830	2.234	3.719	6.894
SE	Aracaju	6.272	24	74	1.682	2.077	2.415
BA	Salvador	31.914	93	1.632	3.214	6.560	20.415
Total das Capitais		178.448	968	31.910	23.231	22.172	100.167

INTERIOR							
UF	Município	Saldos	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
MA	Interior	18.917	2.704	7.912	1.787	1.518	4.996
PI	Interior	10.518	793	4.576	1.646	1.280	2.223
CE	Interior	45.048	736	11.941	4.445	10.868	17.058
RN	Interior	20.150	581	4.875	2.682	4.272	7.740
PB	Interior	17.601	209	5.054	2.119	2.460	7.759
PE	Interior	60.224	5.341	16.468	2.353	12.647	23.415
AL	Interior	14.123	1.520	5.327	934	-466	6.808
SE	Interior	7.684	1.789	4.868	1.149	-518	396
BA	Interior	101.865	6.027	32.415	12.356	16.635	34.432
Total dos municípios do Interior		296.130	19.700	93.436	29.471	48.696	104.827

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Entre os municípios que mais geraram emprego no interior dos Estados, destacam-se: Feira de Santana-BA (+7.860), Campina Grande-PB (+7.535), Vitória da Conquista-BA (+6.929), Petrolina-PE (+6.800), Juazeiro do Norte-CE (+5.793), Mossoró-RN (+5.788), Juazeiro-BA (+5.425), Olinda-PE (+5.272), Caruaru-PE (+5.246) e Lauro de Freitas-BA (+5.137), nesta ordem.

Tabela 7 – 50 primeiros municípios do interior do Nordeste: Saldo de emprego - Acumulado de janeiro a dezembro de 2021

Ordem	UF	Município	Saldos	Var. (%)	Ordem	UF	Município	Saldos	Var. (%)
1º	BA	Feira de Santana	7.860	7,1	26º	MA	Acailândia	2.447	19,8
2º	PB	Campina Grande	7.535	8,3	27º	CE	Maracanaú	2.296	4,1
3º	BA	Vitória da Conquista	6.929	11,3	28º	BA	Santo Estevão	2.162	36,7
4º	PE	Petrolina	6.800	10,7	29º	BA	Ilheus	2.154	8,6
5º	CE	Juazeiro do Norte	5.793	13,4	30º	BA	Mata de São João	2.142	20,0
6º	RN	Mossoró	5.788	11,0	31º	BA	Itabuna	2.104	5,8
7º	BA	Juazeiro	5.425	16,1	32º	MA	Balsas	2.040	12,5
8º	PE	Olinda	5.272	8,3	33º	CE	Itapipoca	1.911	21,6
9º	PE	Caruaru	5.246	8,2	34º	PE	Igarassu	1.807	10,4
10º	BA	Lauro de Freitas	5.137	4,9	35º	PE	Goiana	1.795	8,7
11º	BA	Porto Seguro	4.832	19,2	36º	BA	Eunápolis	1.783	10,0
12º	PE	Jaboatão dos Guararapes	4.780	5,4	37º	BA	Teixeira de Freitas	1.647	8,3
13º	CE	Caucaia	3.477	10,3	38º	CE	Aquiraz	1.620	11,3
14º	BA	Simões Filho	3.450	10,8	39º	PI	Parnaíba	1.556	8,7
15º	AL	Arapiraca	3.401	10,3	40º	BA	Jequié	1.540	7,7
16º	PE	Ipojuca	3.395	14,0	41º	BA	Brumado	1.493	12,3
17º	PE	Paulista	3.327	11,4	42º	PB	Cabedelo	1.392	9,9
18º	BA	Luís Eduardo Magalhães	3.198	13,5	43º	BA	Itapetinga	1.367	10,9
19º	RN	Parnamirim	3.095	8,0	44º	BA	Alagoinhas	1.344	5,2
20º	PE	Cabo de Santo Agostinho	3.024	8,8	45º	BA	Itaberaba	1.340	20,1
21º	PE	Garanhuns	3.020	17,5	46º	CE	Brejo Santo	1.330	30,6
22º	BA	Santo Antonio de Jesus	3.000	15,6	47º	CE	Quixeramobim	1.295	15,6
23º	CE	Eusebio	2.985	8,3	48º	PE	Vicência	1.292	72,3
24º	BA	Barreiras	2.757	10,0	49º	SE	Capela	1.263	39,4
25º	MA	Imperatriz	2.645	5,4	50º	AL	Rio Largo	1.243	14,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

8 Comércio Exterior

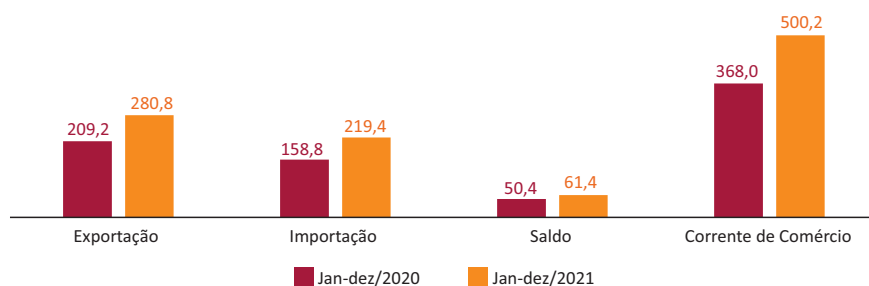
8.1 Balança comercial do Brasil

O arrefecimento da pandemia com o avanço da vacinação vem propiciando a retomada do comércio internacional. A balança comercial brasileira apresentou superávit recorde no valor de US\$ 61.406,5 milhões em 2021, valor 21,9% superior ao saldo apresentado em 2020 (US\$ 50.393,4 milhões), segundo dados divulgados pela Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia (Gráfico 1).

A corrente de comércio do País, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 500.222,6 milhões, no ano, contra US\$ 367.967,1 milhões, no ano anterior, acréscimo de 35,9%.

Esses resultados foram decorrentes tanto do aumento das exportações quanto das importações. As exportações, US\$ 280.814,6 milhões, cresceram 34,2%, em 2021 frente a 2020. Nesse período, os preços médios das mercadorias exportadas por tonelada subiram 28,3%, enquanto a quantidade embarcada subiu apenas 3,5%. Já as importações, US\$ 219.408,0 milhões, aumentaram 38,2%. Os preços subiram 14,2% em média e a quantidade importada cresceu 21,8% no período.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-dez/2021/2020 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em todos os setores de atividades econômicas em 2021, ante 2020 (Tabela 1). As vendas dos produtos do setor Agropecuário, responsáveis por 19,6% do total das exportações, registraram crescimento de 22,1% (+US\$ 9.986,2 milhões), devido, principalmente, ao aumento das exportações de Soja (+35,3%, +US\$ 10.074,6 milhões).

A Indústria Extrativa, com 28,5% de participação nas exportações totais do País, registrou significativo crescimento nas vendas de 63,2% (+US\$ 30.994,7 milhões). Esse resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de 73,2% nas vendas externas de Minério de ferro e seus concentrados (+US\$ 18.880,2 milhões) e 56,1% nas vendas de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (+US\$ 10.995,1 milhões).

As vendas de produtos da Indústria de Transformação representaram 51,3% da pauta exportadora, com crescimento de 26,3% (+US\$ 30.054,2 milhões), no período em análise. Os destaques foram as vendas de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+101,3%, +US\$ 3.253,2 milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+43,6%, +US\$ 2.203,9 milhões) e Farelos de soja e outros alimentos para animais (+24,7%, +US\$ 1.566,8 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-dez/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-dez/2021		jan-dez/2020		Variação %
	Valor	Part (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	55.140,7	19,6	45.154,6	21,6	22,1
Indústria Extrativa	80.046,5	28,5	49.051,8	23,4	63,2
Indústria de Transformação	144.126,8	51,3	114.072,6	54,5	26,3
Outros Produtos	1.500,6	0,5	901,3	0,4	66,5
TOTAL	280.814,6	100,0	209.180,2	100,0	34,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 46,6% do total das vendas externas, em 2021: China (31,3% do total: Minério de ferro e seus concentrados - 32,8%; Soja - 31,0%; Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus - 16,2%; etc), Estados Unidos (11,1%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço - 14,5%; Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus - 9,9%; Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes - 5,0%; etc) e Argentina (4,2%: Veículos automóveis de passageiros - 10,8%; Partes e acessórios dos veículos automotivos - 9,6%; Minério de ferro e seus concentrados - 5,5%; etc). Relativamente a 2020, cresceram as exportações para a China (+29,7%, +US\$ 20.119,8 milhões), Estados Unidos (+45,1%, +US\$ 9.674,2 milhões) e Argentina (+39,9%, +US\$ 3.389,7 milhões).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela aumento nas aquisições de todas as categorias, com destaque para Bens Intermediários e Combustíveis e lubrificantes, no período em foco.

As importações de Bens Intermediários, 66,0% do total, cresceram 45,7% (+US\$ 45.434,4 milhões). Nessa categoria, cresceram, principalmente, as aquisições de Insumos industriais elaborados (+54,0%, +US\$ 31.342,1 milhões), Peças para equipamentos de transporte (+37,6%, +US\$ 5.556,3 milhões) e Peças e acessórios para bens de capital (+29,9%, +US\$ 5.948,4 milhões). Os principais produtos adquiridos foram adubos e fertilizantes, vacinas e naftas para petroquímica.

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-dez /2021/2020 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-dez/2021		jan-dez/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	24.367,9	11,1	24.174,1	15,2	0,8
Bens intermediários	144.850,5	66,0	99.416,2	62,6	45,7
Bens de consumo	24.016,5	10,9	21.201,2	13,4	13,3
Combustíveis e lubrificantes	26.093,2	11,9	13.934,5	8,8	87,3
Bens não especificados anteriormente	79,9	0,0	60,8	0,0	31,5
TOTAL	219.408,0	100,0	158.786,8	100,0	38,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

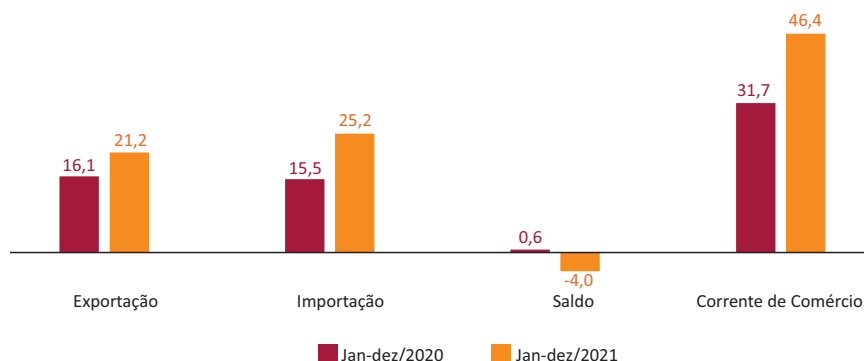
Já as aquisições de Combustíveis e lubrificantes subiram 87,3% (+US\$ 12.158,7 milhões), no período comparativo, com destaque para Óleo diesel (27,1%), Óleos brutos de petróleo (15,3%), Gás natural liquefeito (13,6%), Energia elétrica (11,0%) e Hulha betuminosa, não aglomerada (10,0%) que representaram 77,0% do total das compras da categoria.

Os principais países de origem das importações brasileiras, em 2021, foram: China (21,7%), Estados Unidos (18,0%) e Alemanha (5,4%). Comparativamente a 2020, todos registraram crescimento: China (37,0%, +US\$ 12.872,5 milhões), Estados Unidos (41,3%, +US\$ 11.509,5 milhões) e Alemanha (27,5%, +US\$ 2.579,8 milhões).

8.2 Balança comercial do Nordeste

Na Região Nordeste, tanto as exportações quanto as importações cresceram em 2021 comparativamente ao ano anterior. As exportações nordestinas totalizaram US\$ 21.226,3 milhões no ano, aumento de 31,4% relativamente a 2020. As importações somaram US\$ 25.179,2 milhões, incremento de 62,1%, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou deficit de US\$ 3.952,9 milhões (contrastando com o superavit de US\$ 615,0 milhões registrado em 2020), enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 46.405,5 milhões (aumento de 46,5%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-dez /2021/2020 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que todas as categorias registraram crescimento nas vendas, no acumulado de 2021, em comparação a igual período de 2020.

As exportações do setor Agropecuário, 27,7% do total, cresceram 36,3% (+US\$ 1.565,4 milhões), devido, principalmente, ao incremento de 50,3% (+US\$ 1.273,7 milhões) nas vendas de Soja, principal produto de exportação da Região (17,9% da pauta).

As vendas de produtos da Indústria de Transformação, 64,7% da pauta, cresceram 25,0% (+US\$ 2.743,9 milhões). Os destaques foram as vendas de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+69,7%, US\$ 666,8 milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+15,4%, +US\$ 262,5 milhões) e Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+13,3%, +US\$ 138,4 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor subiram 103,3% (+US\$ 759,2 milhões) no período em análise, respondendo por 7,0% das vendas externas totais. Os destaques foram nas vendas de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+99,2%, +US\$ 374,7 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (+365,4%, +US\$ 230,1 milhões) e Minérios de níquel e seus concentrados (+205,1%, +US\$ 159,5 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-dez /2021/2020- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-dez/2021		jan-dez/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	5.879,3	27,7	4.313,9	26,7	36,3
Indústria Extrativa	1.494,2	7,0	735,0	4,6	103,3
Indústria de Transformação	13.732,0	64,7	10.988,1	68,0	25,0
Outros Produtos	120,8	0,6	112,2	0,7	7,7
TOTAL	21.226,3	100,0	16.149,1	100,0	31,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 44,9% das vendas externas da Região, em 2021: China (20,2%: Soja – 57,4%, Celulose – 19,7%, Minérios de cobre e seus concentrados – 6,1%, etc); Estados Unidos (16,7% do total: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço - 29,1%; Geradores elétricos giratórios e suas partes - 9,1%; Celulose - 6,4%, etc.); e Cingapura (8,0%: Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) - 99,5%; Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos congelados, refrigerados ou frescos, secos, salgados, em salmoura ou preparados comestíveis - 0,1%; Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas - 0,1%, etc).

Comparativamente a 2020, cresceram as vendas para a China (+15,5%, +US\$ 575,2 milhões), Estados Unidos (+45,7%, +US\$ 1.109,4 milhões) e Cingapura (+11,7%, +US\$ 177,6 milhões).

Do lado das importações nordestinas segundo as grandes categorias econômicas (Tabela 4), o crescimento de 62,1%, em 2021 relativamente a 2020, foi devido, principalmente, às aquisições de Bens intermediários (58,3% do total) e de Combustíveis e lubrificantes (31,8%) que cresceram 51,0% (+US\$ 4.956,8 milhões) e 165,1% (+US\$ 4.982,5 milhões), respectivamente.

Dentre os Bens Intermediários, as maiores aquisições foram em Insumos industriais elaborados; Peças e acessórios para bens de capital e Peças para equipamentos de transporte. No confronto 2021 frente a 2020, registraram crescimento de 70,7%, (+US\$ 3.876,2 milhões), 39,2%, (US\$ 431,6 milhões) e 25,0% (US\$ 304,9 milhões), respectivamente.

Já as importações mais significativas de Combustíveis e lubrificantes, em 2021, foram em Óleo diesel (US\$ 3.829,0 milhões), Gás natural liquefeito (US\$ 1.029,3 milhões), Outras gasolinas, exceto para aviação (US\$ 849,5 milhões) e Hulha betuminosa, não aglomerada (US\$ 719,3 milhões). Comparativamente 2020, registraram os seguintes acréscimos: Óleo diesel (+235,2%), Gás natural liquefeito (+664,1%), Outras gasolinas, exceto para aviação (+51,6%) e Hulha betuminosa, não aglomerada (+152,8%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-dez /2021/2020- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-dez/2021		Jan-dez/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.389,5	5,5	1.651,6	10,6	-15,9
Bens intermediários	14.675,8	58,3	9.719,0	62,6	51,0
Bens de consumo	1.113,6	4,4	1.139,2	7,3	-2,2
Combustíveis e lubrificantes	8.000,0	31,8	3.017,5	19,4	165,1
Bens não especificados anteriormente	0,4	0,0	6,7	0,0	-94,6
TOTAL	25.179,2	100,0	15.534,1	100,0	62,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

As importações de Bens de Capital retrocederam 15,9%, no período, devido, principalmente, à queda de 60,3% (-US\$ 371,1 milhões) nas aquisições de Equipamentos de transporte industrial. As aquisições de Bens de consumo registraram ligeiro acréscimo de 6,5%, nesse período comparativo. As importações de Bens de consumo duráveis aumentaram 23,6% (+US\$ 51,0 milhões) enquanto as compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis caíram 8,3% (-US\$ 76,6 milhões).

Os principais países de origem das importações nordestinas, no período em foco, foram: Estados Unidos (31,3%), China (15,0%) e Argentina (5,4%) que responderam 51,7% do total. Comparativamente a 2020, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+79,9%, +US\$ 3.501,1 milhões) e da China (+58,0%, +US\$ 1.386,0 milhões) enquanto as da Argentina recuaram 5,4% (-US\$ 77,1 milhões).

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Todos os estados do Nordeste registraram crescimento nas exportações e nas importações em 2021 frente ao ano passado (Tabela 5). Entretanto, somente os estados do Maranhão (US\$ 191,7 milhões), Piauí

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

(US\$ 336,3 milhões), Rio Grande do Norte (US\$ 181,1 milhões) e Bahia (US\$ 1.891,1 milhões) apresentaram saldo positivo na balança comercial no ano.

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-dez/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part.(%)	Var. % Jan-dez/2021/ Jan-dez/2020	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-dez/2021/ Jan-dez/2020	
Maranhão	4.374,1	20,6	29,8	4.182,4	16,6	111,6	191,7
Piauí	857,7	4,0	46,9	521,4	2,1	74,0	336,3
Ceará	2.739,1	12,9	47,8	3.870,4	15,4	60,4	-1.131,3
R G do Norte	514,9	2,4	51,1	333,7	1,3	85,0	181,1
Paraíba	146,6	0,7	17,1	634,6	2,5	25,8	-487,9
Pernambuco	2.112,3	10,0	33,8	6.638,1	26,4	51,8	-4.525,8
Alagoas	444,7	2,1	6,3	772,9	3,1	16,1	-328,2
Sergipe	92,3	0,4	134,9	172,2	0,7	14,5	-80,0
Bahia	9.944,6	46,9	26,9	8.053,5	32,0	62,0	1.891,1
Nordeste	21.226,3	100,0	31,4	25.179,2	100,0	62,1	-3.952,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 4.374,1 milhões, em 2021, registrando crescimento de 29,8% (+US\$ 1.003,0 milhões), relativamente a 2020, devido, principalmente, ao aumento das vendas de Soja (+57,1%, +US\$ 447,9 milhões), Minérios de ferro e seus concentrados (+67,9%, +US\$ 253,0 milhões) e Alumina (+13,3%, +US\$ 138,4 milhões). As importações, no valor de US\$ 4.182,4 milhões, cresceram 111,6% (+US\$ 2.205,5 milhões). As aquisições de Combustíveis e Lubrificantes, que representaram 72,4% do total das compras externas do Estado, cresceram 155,1% (+US\$ 1.840,5 milhões), no período.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 857,7 milhões, aumento de 46,9% (+US\$ 273,7 milhões), no período em foco. Os destaques foram as vendas externas de Soja (+61,8%, +US\$ 251,4 milhões) e Mel natural (+99,5%, +US\$ 21,0 milhões). As importações somaram US\$ 521,4 milhões, alta de 74,0% (+US\$ 221,7 milhões), no período, reflexo do aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+110,2%, +US\$ 251,5 milhões), como Geradores elétricos giratórios e suas partes (49,6% da pauta importadora do Estado).

O Estado do Ceará registrou, em 2021, exportações no valor de US\$ 2.739,1 milhões, aumento de 47,8%, ante 2020. As vendas dos Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço, 57,9% da pauta cearense, cresceram 70,4% (+US\$ 655,5 milhões), no período. As importações somaram US\$ 3.870,4 milhões, registrando crescimento de 60,4%. As aquisições de Bens Intermediários (52,1% do total) e Combustíveis e Lubrificantes (39,4%) registraram os maiores incrementos, 34,5% (+US\$ 516,7 milhões) e 161,6% (+US\$ 942,3 milhões), respectivamente, no período em foco.

As exportações do Estado do Rio Grande do Norte totalizaram US\$ 514,9 milhões, incremento de 51,1% (+US\$ 174,1 milhões), em 2021 frente a 2020, motivada pela venda de Óleos combustíveis de petróleo (Fuel oil) (+195,26%, +US\$ 121,4 milhões). As importações, US\$ 333,7 milhões, cresceram 85,0% (+US\$ 153,3 milhões), devido ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+117,9%, +US\$ 159,7 milhões), 88,4% do total.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 146,6 milhões e as importações alcançaram US\$634,6 milhões, em 2021. Comparativamente a 2020, as vendas externas aumentaram em 17,1%, impulsionadas pelas vendas de Calçados (+11,2%, +5,9 milhões), Sucos de frutas ou de vegetais (+48,4%, +5,5 milhões) e Açúcares e melaços (+88,2%, +5,0 milhões), no período em foco. As importações aumentaram de 25,8%, devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+36,4%, +US\$ 127,8 milhões) que responderam por 75,5% da pauta do Estado.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 2.112,3 milhões, registrando incremento de 33,8%, com destaque para o incremento nas vendas Veículos automóveis de passageiros (+101,1%, +US\$ 140,7 milhões), Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas; policarbonatos, resinas alquídicas e outros poliésteres; em formas primárias (+87,3%, +US\$ 120,3 milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+22,8%, +US\$ 102,2 milhões) e Frutas frescas ou secas (+30,2%, +US\$ 57,2 milhões). As importações, US\$ 6.638,1 milhões, cresceram 51,8% motivada pelo aumento nas aquisições de todas as categorias econômicas: Combustíveis e Lubrificantes (+112,9%, +US\$ 1.088,7 milhões), Bens Intermediários (+42,0%, +US\$ 1.070,4 milhões), Bens de Capital (+16,1%, +US\$ 60,0 milhões) e Bens de Consumo (+9,8%, +US\$ 47,2 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 444,7 milhões, no período em análise, registrando acréscimo de 6,3%. As vendas do principal produto da pauta de exportação do Estado, com 92,1% de participação, Açúcares e melaços, cresceram 8,9% (+US\$ 33,6 milhões). Já as importações somaram US\$ 772,9 milhões, com acréscimo de 16,1%. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (65,8% da pauta), Bens de Consumo (23,8%) e Bens de Capital (10,3%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 30,6% (+US\$ 119,5 milhões) e de Bens de Capital 52,3% (+US\$ 27,6 milhões), as de Bens de Consumo e Combustíveis e Lubrificantes caíram 17,5% (-US\$ 38,6 milhões) e 56,8% (-US\$ 0,3 milhão), respectivamente.

Sergipe exportou US\$ 92,3 milhões, valor 134,9% superior ao total registrado em 2020. Esse resultado decorreu, principalmente, da venda pontual de Gás natural, liquefeito, no mês de outubro, no valor de US\$ 33,6 milhões. Vale ressaltar, também, o aumento de 39,8% (+US\$ 9,3 milhões) nas exportações de Sucos de frutas (Sucos de laranja). As importações totalizaram US\$ 172,2 milhões, valor 14,5% superior ao registrado em 2020. Cresceram as compras de Bens Intermediários (+31,4%, +US\$ 33,0 milhões) e Bens de Capital (+43,5%, +US\$ 7,3 milhões) enquanto retrocederam as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-99,9%, -US\$ 16,1 milhões) e Bens de Consumo (-20,0%, -US\$ 2,5 milhões).

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 9.944,6 milhões, aumento de 26,9% (+US\$ 2.106,4 milhões). Os maiores incrementos foram nas vendas de Soja (+44,5%, +US\$ 590,3 milhões) e nos produtos do setor mineral: Cobre (+50,6%, +US\$ 140,9 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (+364,9%, +US\$ 229,7 milhões) e Minérios de níquel e seus concentrados (+205,1%, +US\$ 159,5 milhões). Já as importações atingiram US\$ 8.053,5 milhões, com aumento de 62,0% (+US\$ 3.082,3 milhões), no período, devido aos acréscimos nas compras de Bens Intermediários (+60,6%, +US\$ 2.279,3 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+543,4%, +US\$ 1.106,8 milhões) que representaram 75,0% e 16,3%, respectivamente, da pauta importadora do Estado, em 2021.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no acumulado até setembro de 2021, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %– Jan-dez/2021

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (28,2%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (26,9%), Minério de ferro e seus concentrados (14,3%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (68,8%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (19,2%), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (3,6%)
Piauí	Soja (76,8%), Milho não moído, exceto milho doce (6,6%), Outras gorduras e óleos animais ou vegetais, processados, ceras, misturas ou preparações não alimentícias (5,8%)	Geradores elétricos giratórios e suas partes (49,6%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos (19,3%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, folheados ou chapeados, ou revestidos (6,1%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (57,9%), Calçados (8,2%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (6,6%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (22,5%), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,1%), Trigo e centeio, não moídos (7,0%)

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (35,7%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (32,2%), Tecidos de algodão, telas (5,9%)	Trigo e centeio, não moídos (17,4%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (16,9%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (13,8%)
Paraíba	Calçados (39,9%), Álcoois, fenóis, fenóis-álcoois, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (12,2%), Sucos de frutas ou de vegetais (11,5%)	Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (15,3%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus
Pernambuco	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (26,1%), Veículos automotivos de passageiros (13,2%), Poliacetais, outros poliésteres e resinas epóxicas; policarbonatos, resinas alquídicas e outros poliésteres; em formas primárias (12,2%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (17,6%), Propano e butano liquefeito (13,3%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (12,0%)
Alagoas	Açúcares e melações (92,1%), Materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (2,1%), Álcoois, fenóis, fenóis-álcoois, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (1,8%)	Outros hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (13,6%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (12,9%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (4,8%)
Sergipe	Gás natural, liquefeito ou não (36,4%), Sucos de frutas ou de vegetais (35,3%), Calçados (5,5%)	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (29,1%), Trigo e centeio, não moídos (7,6%), Fios têxteis (5,8%)
Bahia	Soja (19,3%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (12,1%), Celulose (10,2%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (29,2%), Gás natural, liquefeito ou não (11,9%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (5,8%)
Nordeste	Soja (17,9%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (9,3%), Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (7,7%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (29,0%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (6,1%), Gás natural, liquefeito ou não (4,1%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-dez/2021

Estados	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	Canadá (22,8%), China (21,9%), Estados Unidos (10,8%)	Estados Unidos (39,9%), Índia (14,1%), Emirados Árabes Unidos (7,3%)
Piauí	China (51,7%), Espanha (7,6%), Estados Unidos (6,7%)	China (46,1%), Espanha (30,0%), Rússia (9,8%)
Ceará	Estados Unidos (53,2%), México (13,4%), Canadá (3,2%)	Estados Unidos (27,2%), China (24,2%), Colômbia (9,6%)
Rio Grande do Norte	Cingapura (30,1%), Países Baixos (Holanda) (16,2%), Estados Unidos (14,8%)	China (40,6%), Argentina (22,5%), Estados Unidos (11,1%)
Paraíba	Estados Unidos (17,6%), Países Baixos (Holanda) (9,1%), França (8,6%)	Estados Unidos (35,5%), China (18,1%), Argentina (10,9%)
Pernambuco	Cingapura (22,8%), Argentina (19,0%), Estados Unidos (8,5%)	Estados Unidos (31,4%), China (9,8%), Argentina (9,1%)
Alagoas	Canadá (25,7%), Estados Unidos (20,5%), Argélia (13,3%)	China (41,3%), Estados Unidos (16,8%), Rússia (5,7%)
Sergipe	França (22,3%), Países Baixos (Holanda) (21,3%), Jamaica (14,5%)	China (15,6%), Estados Unidos (14,3%), Rússia (11,7%)
Bahia	China (28,3%), Estados Unidos (11,8%), Cingapura (10,6%)	Estados Unidos (33,0%), China (14,8%), Espanha (8,6%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2022).

9 Finanças Públicas

9.1 Introdução

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. No final do capítulo, apresenta-se o nível de endividamento dos estados da Região Nordeste e das outras regiões do País. O Nível de Endividamento, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é importante para os entes da Federação, já que seus limites impõem restrições à realização de operações de crédito (o limite de endividamento dos entes federados, é que $GRE < 2$). O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 16,7% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 42,9% do total das transferências. Com isso, a soma das transferências constitucionais e ICMS, da Região Nordeste, representam 23,2% do total do País.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 2021 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	Total (3 = 1 + 2)	Participação (%)	1/3 (%)	1/2 - %
Alagoas	6.950	5.345	12.295	1,4	56,5	130,0
Bahia	19.888	31.186	51.074	5,9	38,9	63,8
Ceará	12.919	16.239	29.158	3,4	44,3	79,6
Maranhão	12.044	9.975	22.019	2,5	54,7	120,7
Paraíba	8.372	7.521	15.893	1,8	52,7	111,3
Pernambuco	12.517	21.644	34.161	3,9	36,6	57,8
Piauí	7.434	5.705	13.139	1,5	56,6	130,3
Rio Grande do Norte	6.988	6.869	13.857	1,6	50,4	101,7
Sergipe	5.814	4.275	10.089	1,2	57,6	136,0
Nordeste	92.926	108.759	201.685	23,2	46,1	85,4
Espírito Santo	3.649	15.328	18.977	2,2	19,2	23,8
Minas Gerais	19.814	67.812	87.626	10,1	22,6	29,2
Brasil	216.364	652.329	868.693	100,0	24,9	33,2

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase metade (46,1%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 24,9%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados de Pernambuco e Bahia têm a relação abaixo de 40,0%, 36,6% e 38,9%, respectivamente. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 57,6%, seguida pelo Piauí (56,6%) e Alagoas (56,5%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 52,0%. Se extrairmos do total do Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco, a relação entre as transferências constitucionais e ICMS, passa a ser 119,9%, mostrando que para os Estados mais pobres da Região, as transferências são recursos mais importantes que a arrecadação do ICMS.

9.2 Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 100,4 bilhões no ano de 2021, ante R\$ 74,4 bilhões em 2020, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +24,6%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto também aconteceu com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos estados da federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 2020 e 2021 - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Alagoas	3.138	4.319	1.968	2.630	373	496
Bahia	6.948	9.251	7.957	10.637	671	892
Ceará	5.411	7.163	4.308	5.756	745	991
Maranhão	5.357	7.180	3.640	4.864	466	620
Paraíba	3.542	4.733	2.722	3.639	298	397
Pernambuco	5.117	6.821	4.187	5.696	417	625
Piauí	3.222	4.366	2.304	3.068	466	620
Rio Grande do Norte	3.101	4.118	2.147	2.870	268	357
Sergipe	3.073	4.083	1.296	1.732	268	357
Nordeste	38.909	52.034	30.529	40.892	3.973	5.353
Espírito Santo	1.169	1.582	1.592	2.067	179	198
Minas Gerais	3.344	4.602	11.375	15.212	447	595
Brasil	74.422	100.424	86.655	115.940	8.666	11.594

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a dezembro de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 52,0 bilhões em 2021, em contraste com R\$ 38,9 bilhões, representando um ganho real de +23,5% em comparação com igual período de 2020. A Região recebeu 51,8% do total dos recursos desse Fundo até 2021. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2021, em comparação com 2020. Os valores obtidos em 2021 são: Bahia (R\$ 9,3 bilhões), Ceará (R\$ 7,2 bilhões), Maranhão (R\$ 7,2 bilhões) e Pernambuco (R\$ 6,8 bilhões) que obtiveram 58,5% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 4,7 bilhões), Piauí (R\$ 4,4 bilhões), Alagoas (R\$ 4,3 bilhões), Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 4,1 bilhões, cada), com 41,5% do total.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

O FPM no País somou R\$ 115,9 bilhões em 2021, em comparação com R\$ 86,7 bilhões em 2020 (Tabela 2). O ganho real foi de +23,5%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 40,9 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 30,5 bilhões em 2020, significando ganho real de +23,7%, em comparação com 2020 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparada com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,3% do total dos recursos do FPM em 2021. Todas as Unidades Federativas da Região registraram ganho real no volume de recursos do FPM no ano de 2021, em comparação com semelhante período de 2020. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 10,6 bilhões), Ceará (R\$ 5,8 bilhões), Pernambuco (R\$ 5,7 bilhões) e Maranhão (R\$ 4,9 bilhões) foram beneficiados com 65,9% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 3,6 bilhões), Piauí (R\$ 3,1 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,9 bilhões), Alagoas (R\$ 2,6 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,7 bilhão), com 34,1% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 11,6 bilhões em 2021, ante R\$ 8,7 bilhões no ano anterior, representando ganho de 23,5% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 5,4 bilhões, com ganho real de +24,4%, comparado com 2020, quando foram alocados R\$ 4,0 bilhões. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar a recuperação das perdas sofridas pela capital de Pernambuco no ano passado, que sofreu uma redução real de -17,0%, comparado com 2019. A preços médios de 2021, as perdas em 2020 foram de R\$ 75,4 milhões. Em 2021, os ganhos foram R\$ 207,1 milhões. A capital recebeu R\$ 625 milhões, + 38,2% do que tinha recebido em 2020, após a retirada da inflação. A perda real de Recife (-17,0%), no ano de 2020, foi em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*. Neste ano, recuperou as perdas, em função de que a capital, recuperou o coeficiente de participação, que tinha em 2019, em função da nova renda *per capita*, vigente em 2021.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2021. Fortaleza (R\$ 991 milhões), Salvador (R\$ 892 milhões), São Luís e Teresina (R\$ 620 milhões, cada) e Recife (R\$ 625 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 496 milhões), João Pessoa (R\$ 397 milhões), Natal e Aracaju (R\$ 357 milhões, cada), com 30,0% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2021.

A Tabela 3, apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais em 2022, com base no decreto nº 10.961, de 11/02/2022. As previsões para 2022, com um aumento de 7,97% (FPE) e 9,46% (FPM), com relação aos valores reais de 2021.

Tabela 3 – FPE e FPM, Previsões 2022 - R\$ Milhões – Estados da Área de Atuação do BNB e Brasil

Estado/Região	FPE e FPM - R\$ Milhões
Alagoas	6.701
Bahia	21.648
Ceará	14.049
Maranhão	13.086
Paraíba	9.099
Pernambuco	13.500
Piauí	8.079
Rio Grande do Norte	7.593
Sergipe	6.309
Nordeste	100.065
Espírito Santo	3.973
Minas Gerais	21.629
Brasil	235.337

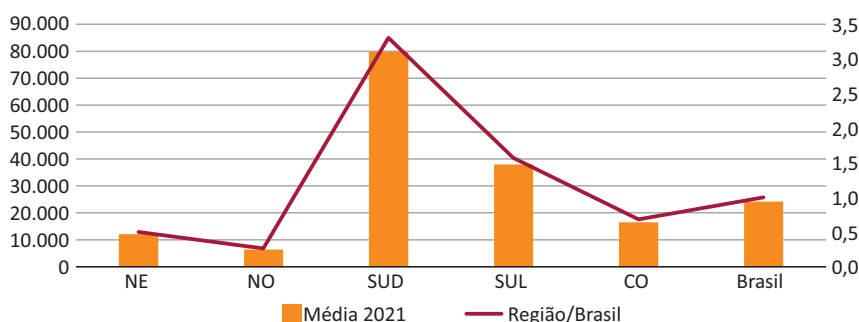
Fonte: BNB/Etene, (1) com dados do decreto nº 10.961 (11/02/2022).

9.3 Arrecadação de ICMS

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 474,4 bilhões em 2021, até setembro de 2021, ante R\$ 368,2 bilhões no mesmo período de 2020, significando um ganho real de +19,8%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2021, precisamente 48,6%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,6%), Centro-Oeste (10,4%) e Norte (6,7%).

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil – R\$ Milhões – 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada Estado da Região Sudeste (R\$ 57.620), arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 17.572), e 6,6 vezes mais que a média de cada estado nordestino. A média de arrecadação de cada estado nordestino (R\$ 8.733), é apenas 0,5 da média nacional, e na Região Norte (R\$ 4.576) é apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 78,6 bilhões de janeiro a setembro de 2021, em contraste com R\$ 62,1 bilhões em iguais meses de 2020, representando crescimento real de +17,7% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+21,5%), Sudeste (+20,5%), Sul (+19,8%) e Norte (+17,4%), também obtiveram ganhos reais, apresentando um cenário de robusta recuperação das finanças públicas, como já se havia constatado na área das transferências constitucionais, ver Tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2020 e 2021 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2020		2021		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	4.369	0,8	5.345	0,8	22,3	13,0
Bahia	24.979	4,8	31.186	4,8	24,8	15,3
Ceará	13.229	2,5	16.239	2,5	22,8	13,3
Maranhão	8.170	1,6	9.975	1,5	22,1	12,7
Paraíba	6.108	1,2	7.521	1,2	23,1	13,7
Pernambuco	17.673	3,4	21.644	3,3	22,5	13,1
Piauí	4.730	0,9	5.705	0,9	20,6	11,4
Rio Grande do Norte	5.832	1,1	6.869	1,1	17,8	8,8
Sergipe	3.526	0,7	4.275	0,7	21,2	11,9
Nordeste	88.616	17,0	108.759	16,7	22,7	13,32
Norte	35.946	6,9	44.426	6,8	23,6	14,1
Sudeste	253.340	48,7	319.252	48,9	26,0	16,4

Estado/Região/País	2020		2021		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Espírito Santo	12.002	2,3	15.328	2,3	27,7	17,9
Minas Gerais	52.461	10,1	67.812	10,4	29,3	19,4
Sul	91.634	17,6	113.905	17,5	24,3	14,8
Centro-Oeste	50.524	9,7	65.987	10,1	30,6	20,6
Brasil	520.060	100,0	652.329	100,0	25,4	15,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise. As maiores variações se encontram em Minas Gerais (+19,4%), Espírito Santo (+17,9%), Bahia (+15,3%), Paraíba (+13,7%) e Ceará (+13,3%). Os menores desempenhos são dos estados do Rio Grande do Norte (+8,8%) e Piauí (+11,4%).

O crescimento real da arrecadação do ICMS nordestino (+13,3%), fundamenta-se principalmente nas variações acima da média regional nos setores primário (+43,7%), petróleo (+24,2%) e dívida ativa e outros (+16,7%), que participam com 24,2% da arrecadação total e 43,8% do impacto total da variação. O setor terciário, que participa com 42,6% da arrecadação total, cresceu bem menos, +7,7%.

No setor secundário, o destaque negativo é a perda de arrecadação no Rio Grande do Norte (-11,7%), que tem participação relativa no total da arrecadação do Estado, de 11,6%. Os destaques positivos vêm das variações em Minas Gerais (+30,4% e participação na arrecadação de 28,9%) e Espírito Santo (+32,8% e participação de 31,8%).

No setor terciário, nenhum Estado teve variação real acima da média regional (+13,3%). As maiores variações são de Alagoas e Sergipe (+12,8%, cada). A participação em cada Estado é em torno de 42,4% na arrecadação. O Espírito Santo teve variação real negativa (-3,4% e participação de 36,7% na arrecadação). O Estado foi um dos principais crescimentos na área de atuação do Banco, em função das variações do setor secundário, já comentado, e do setor petróleo (+50,5% e participação na arrecadação de 18,5%), que compensaram a redução do setor terciário.

No setor petróleo, os destaques positivos são a arrecadação do Espírito Santo (+50,5% e participação na arrecadação de 18,5%), Alagoas (+36,9% e participação de 7,8%) e Paraíba (+32,8% e participação de 22,0%). Sergipe é o Estado com menor variação (+4,3% e participação de 10,5%).

Em energia, três Estados tiveram crescimento abaixo de 3,0%: Rio Grande do Norte (+0,2% e participação de 11,5%), Minas Gerais (+2,4% e participação de 11,8%) e Paraíba (2,7% e participação de 11,9%). O destaque positivo é a Bahia (+17,9% e participação de 11,6%).

Cabe destacar, apesar de sua baixa participação na arrecadação total (1,3%), o crescimento do setor primário (+43,7%). Ele tem mais importância no Piauí (8,3%), Rio Grande do Norte (3,7%) e Sergipe (6,4%). Os crescimentos foram, respectivamente: +22,0%, +173,9% e +20,1%.

O crescimento em Minas Gerais e Espírito Santo, apoia-se nos setores secundário e petróleo, (+30,4% e +24,4%) e (+32,8% e 50,5%), respectivamente. Estes dois setores representam 47,9% do total da arrecadação, em Minas, e 50,4% no Espírito Santo. Em Alagoas, os dois setores que surpreenderam em termos de impactos foram o secundário (+3,1p.p.) e o terciário (+5,4p.p.). Eles representam 64,9% da variação total da arrecadação do Estado. O Rio Grande do Norte tem a variação de sua arrecadação apoiada nos setores primário (+173,9%) e petróleo (+15,6%), que juntos geraram um impacto de +9,0 p.p., que compensou um pouco a queda do setor secundário (-11,7%) e impacto de -1,8 p.p..

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses de abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. Este cenário de recuperação robusta fica patente com a variação observada em 2021, como comentado acima.

9.4 Grau de Endividamento (GRE) dos Estados e Capitais do Nordeste e outras Regiões

O Nível de Endividamento, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é importante para os entes da Federação, já que seus limites impõem restrições a realização de operações de crédito (o limite de endividamento dos estes federados, é que $GRE < 2$). O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/Etene tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “GRE - Grau de Endividamento”. O GRE corresponde à Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de uma determinada Unidade Federativa (Estado, Região ou País). Quanto menor o GRE, melhor para as finanças públicas. Cabe atentar que nos períodos em análise, em que o GRE é igual a zero é porque suas dívidas consolidadas líquidas (DCL) são negativas. Isto acontece quando o Município possui mais recursos que dívida.

Em todo o País, o endividamento das capitais é muito menor que o dos estados. Se todos os municípios possuem uma gestão similar à das capitais, pode-se atribuir que o maior endividamento é do governo estadual, sobretudo pelos investimentos de maior porte, a exemplo de infraestrutura e saúde.

O ano de 2021, comparado com 2020, apresenta um cenário de endividamento mais favorável aos entes da Federação. O Grau de Endividamento (GRE) dos Estados caiu -23,4%, comparado com o índice de 2020. No Nordeste, a redução foi de -22,3%. O índice da Região é apenas 40,4% do índice nacional, ver Tabela 5.

Tabela 5 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2020 e 2021

Estado/Região/País	ESTADO				CAPITAL			
	2020	2021	Part. % ¹	Var. %	2020	2021	Part. % ¹	Var. %
Alagoas	0,58	0,38	43,4	-34,3	0,02	0,00	-	-
Bahia	0,57	0,38	43,5	-33,1	0,05	0,08	42,6	69,4
Ceará	0,54	0,44	50,7	-18,5	0,25	0,27	139,7	11,6
Maranhão	0,34	0,37	41,9	7,1	0,17	0,04	18,8	-78,9
Paraíba	0,11	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
Pernambuco	0,48	0,36	41,3	-24,8	0,30	0,22	110,8	-27,2
Piauí	0,37	0,47	53,7	26,2	0,18	0,12	59,7	-35,1
Rio Grande do Norte	0,37	0,35	39,5	-6,0	0,14	0,32	163,6	125,0
Sergipe	0,39	0,29	33,6	-24,0	0,08	0,11	53,6	27,4
Nordeste	0,45	0,35	40,4	-22,3	0,11	0,10	52,4	-8,7
Norte	0,18	0,08	9,2	-54,9	0,16	0,15	77,1	-8,0
Sudeste	1,91	1,45	166,1	-24,1	0,46	0,28	143,6	-38,4
Espirito Santo	0,09	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
Minas Gerais	1,88	1,69	193,8	-10,1	0,18	0,10	50,5	-44,5
Sul	1,17	0,95	108,1	-19,0	0,01	0,00	-	-
Centro-Oeste	0,39	0,19	21,3	-51,9	0,29	0,17	88,6	-40,9
Brasil	1,14	0,87	100,0	-23,4	0,31	0,20	100,0	-36,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Nota: GRE = DCL (Dívida Consolidada Líquida)/RCL (Receita Corrente Líquida). 1. Participação com relação ao índice nacional, em 2021.

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), respondem por 84,9% da DCL (despesa consolidada líquida) do País, que é R\$ 767 bilhões, e 47,4% da RCL (receita corrente líquida) do País. Estes, também estão melhorando seus índices de endividamento (GRE), que saiu de 2,04 (2020), para 1,57, em 2021. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, o GRE da Região é apenas 0,35 em 2021.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -22,3%, em função da redução de sua DCL (variação real de -17,6%) e a variação de sua RCL (variação real de +6,0%). O Nordeste detém 8,5% da DCL nacional e 16,2% da RCL.

A redução do índice nacional de endividamento (1,14 para 0,87), -23,4%, se deve aos menores endividamentos em todas as regiões.

A Paraíba se sobressai na Região Nordeste, com um GRE de apenas 0,00, quando era 0,11 em 2020. Sua dívida em dezembro de 2021, é R\$ -1,6 bilhão, quer dizer, o estado tinha em caixa recursos acima de sua DCL. Na área de atuação do BNB, o mesmo aconteceu com o Espírito Santo, que também tem um nível de endividamento zerado, pelas mesmas razões que a Paraíba.

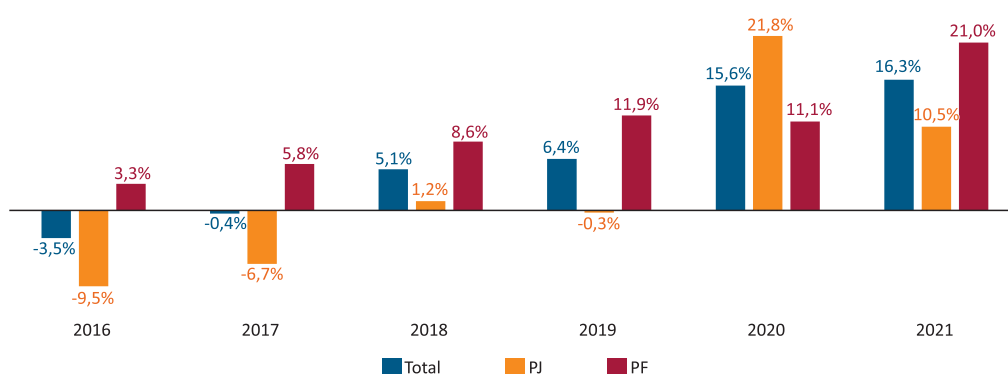
Em todo o País, o endividamento das capitais é muito menor que o dos estados. Se todos os municípios possuem uma gestão similar à das capitais, pode-se atribuir que o maior endividamento é do governo estadual, sobretudo pelos investimentos de maior porte, a exemplo de infraestrutura e saúde.

Em 2020, o endividamento das capitais nordestinas era 24,8% do endividamento dos estados. Em 2021, passou a ser 29,1%. No País, a relação caiu de 27,1% para 22,4%, sinalizando que em algumas capitais nordestinas a relação aumentou, principalmente na Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Mesmo assim, o índice de endividamento das capitais da Região equivale a 50,0% do índice nacional. Recife era a capital nordestina que tinha o maior endividamento em 2020 (0,30), seguida por Fortaleza (0,25). Em 2021, a situação inverteu-se, Fortaleza passa a ter o endividamento maior que Recife (0,27 para 0,22). Vale destacar a piora da situação de Natal, que assumiu o maior endividamento em 2021, saiu de 0,14 (2020) para 0,32 (2021), um aumento de +125,0%. A razão foi o aumento de +142,8% em sua DCL (de R\$ 347,2 milhões para R\$ 843,2 milhões), quando sua RCL cresceu apenas +8,0%.

10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no final de 2021, alcançou a marca de R\$ 4,6 trilhões de reais, o que representa crescimento de 16,3%, quando comparado com o ano anterior. A expansão do crédito no Brasil foi influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da pandemia, especialmente as micro, pequenas e médias empresas.

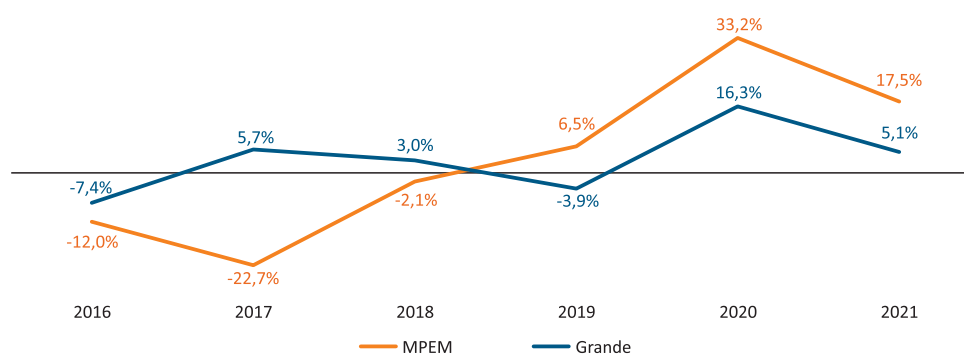
Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).

No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentem os efeitos econômicos do atual cenário desafiador, apresentaram aceleração no saldo de crédito em 17,5% em 2021, na mesma base de comparação.

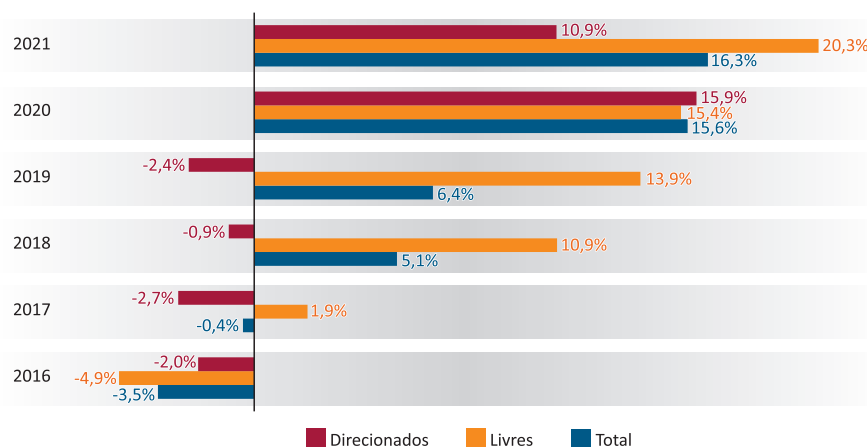
Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).

Entre as fontes de recursos, embora contemplem aquisição de bens, os recursos livres, essencialmente, são voltados principalmente para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, apresentaram crescimento de 20,3% em 2021. Os recursos direcionados, que são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários, destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito, e evidentemente, também são recursos destinados para minimizar os efeitos da pandemia; cresceram 10,9% na mesma base de comparação.

Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, em 2021, foram de R\$ 4,8 trilhões, representando crescimento de 18,2%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado está relacionado, em grande medida, com o avanço de 22,7% das contratações de crédito para a pessoa física. As concessões de crédito destinadas a pessoa jurídica apresentaram crescimento de 13,4%.

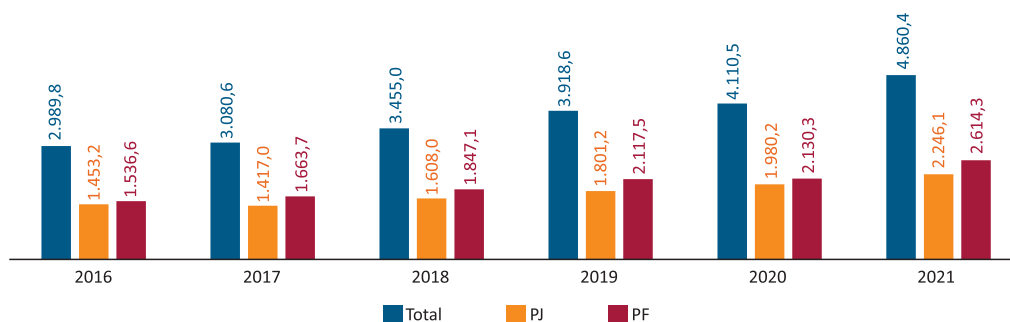
Sob a ótica das origens, nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, foi contratado o montante de R\$ 4,3 trilhões de janeiro a dezembro de 2021, o que representa crescimento de 19,7%, quando comparado ao mesmo período de 2020.

Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o *funding* dos recursos livres, destacam-se em termos de volume de recursos concedidos, as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 660,5 bilhões), antecipação de cartão de crédito (R\$ 257,1 bilhões) e Cheque Especial (R\$ 200,3 bilhões). Somente estas três modalidades de crédito, sob o amparo dos créditos livres, representam mais da metade dos recursos concedidos em 2021.

Entre as modalidades de crédito que apresentaram melhor performance na concessão de crédito, em termos de crescimento, também sob o amparo dos recursos livres, no ano de 2021, podem-se destacar: Financiamento à Importação (68,6%), Desconto de Duplicatas e Recebíveis (61,8%) e Aquisição de Veículos (49,9%).

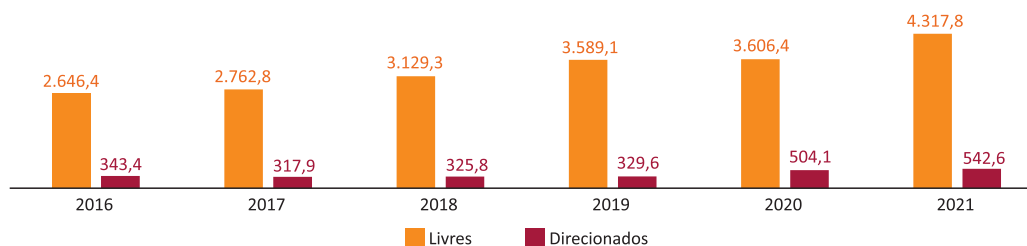
Nos recursos direcionados, foram concedidos créditos, no ano de 2021, no montante de R\$ 542,5 bilhões, o que é um avanço de 7,6%, em comparação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 4 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – 2016 a 2021.



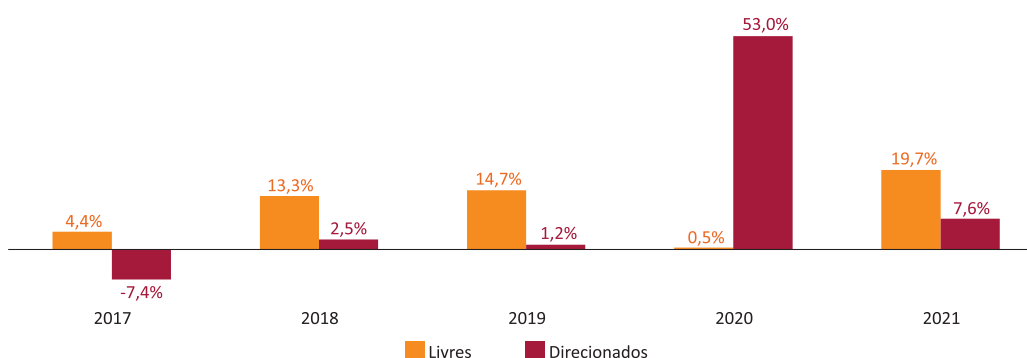
Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Gráfico 5 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – 2016 a 2021.



Fonte: Banco Central (2022).
Elaboração: BNB/Etene (2022).

Gráfico 6 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – 2017 a 2021



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022)

Tabela 1 – Recursos Livres - Pessoa Jurídica – Contratações (R\$ milhões) – 2021 - Por Modalidade

Modalidade	Part. (%)	Valor	Crescimento (%)
Desconto de Duplicata e Recebíveis	31,7%	660.562	61,8%
Antecipação de Cartão de Crédito	12,3%	257.175	19,9%
Cheque Especial	9,6%	200.320	19,5%
ACC	7,5%	156.282	28,2%
Capital de Giro Superior a 365 Dias	7,5%	156.028	-30,6%
Conta Garantida	6,0%	124.396	-4,4%
Cartão de Crédito - Rotativo	5,2%	109.041	17,9%
Capital de Giro Até 365 Dias	3,5%	72.337	-36,9%
Financiamento A Exportação	3,4%	70.702	19,3%
Arrendamento de Veículos	3,3%	69.685	49,9%
Outros Créditos Livres	2,9%	60.629	23,7%
Aquisição de Veículos	2,6%	53.727	56,4%
Capital de Giro - Rotativo	0,8%	16.630	-41,0%
Aquisição de Outros Bens	0,8%	15.957	31,4%
Cartão de Crédito - Parcelado	0,7%	15.277	1,9%
Comprar	0,6%	11.629	31,3%
Financiamento A Importação	0,5%	10.094	68,6%
Desconto de Cheques	0,5%	9.636	15,9%
Vendor	0,4%	7.729	47,5%
Repasse Externo	0,1%	2.839	-53,8%
Cartão de Crédito - À vista	0,1%	1.951	8,3%
Arrendamento de Outros Bens	0,0%	988	36,8%
Total	100,0%	2.083.614	

Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022)

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

O saldo de crédito no Nordeste superou pela primeira vez na história a marca do R\$ 600 bilhões no final de 2021. A dinâmica de crescimento no crédito de 18,9% em 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, foi a maior dos últimos 10 anos.

Neste cenário, o saldo das operações de crédito do Nordeste encerrou o ano de 2021 com R\$ 613,5 bilhões, com empréstimos e financiamentos destinados às famílias, representando 69,7% do total, cabendo a parcela restante (30,3%) às empresas.

O destaque no crescimento foi a pessoa física, na medida em que o saldo de crédito avançou 21,9% em 2021 e encerrou o ano com R\$ 427,5 bilhões. O crescimento do saldo de crédito da pessoa física está em aceleração pelo 15º mês consecutivo. As pessoas físicas buscaram recursos, sobretudo, para mitigar as dificuldades no orçamento familiar.

Entre os estados da área de atuação do BNB, no ano passado, todos apresentam avanço superior à média nacional (+16,3%), com exceção do Ceará, que cresceu 15,5%. No montante total de crédito, os destaques no Nordeste são: Bahia (R\$ 166,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 101,9 bilhões) e Ceará (R\$ 100,6 bilhões).

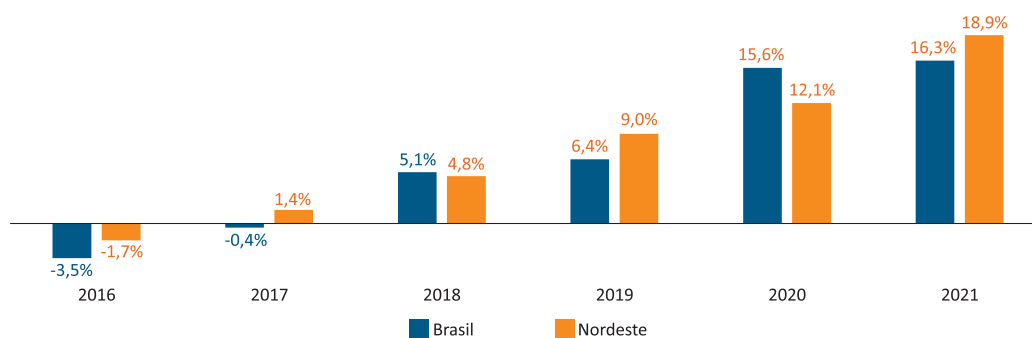
A liderança no avanço do crédito é no Piauí (+26,9%), principalmente em razão do apetite de crédito das pessoas jurídicas piauienses, que cresceu em ritmo superior a 34,5% no ano passado, e atingiu a marca de R\$ 12,0 bilhões somente no segmento empresarial.

No Nordeste, cabe ressaltar o crescimento de 12,5% do saldo de crédito das pessoas jurídicas, que foram, de alguma forma, impactadas pelos efeitos da Covid-19, e demandaram crédito para equilibrar o fluxo de caixa, sobretudo para pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas e insumos.

As renegociações e reescalonamentos também contribuem para a elevação do saldo de crédito, haja vista postergação dos reembolsos das operações contratadas de empréstimos e financiamentos.

Sob a ótica regional, o Nordeste (+18,9%) figura em 2º lugar no crescimento do volume de crédito, cabendo à Região Norte (+27,5%) a liderança na expansão de recursos disponibilizados em operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Gráfico 7 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Nordestino – Crescimento % - 2016 a 2021



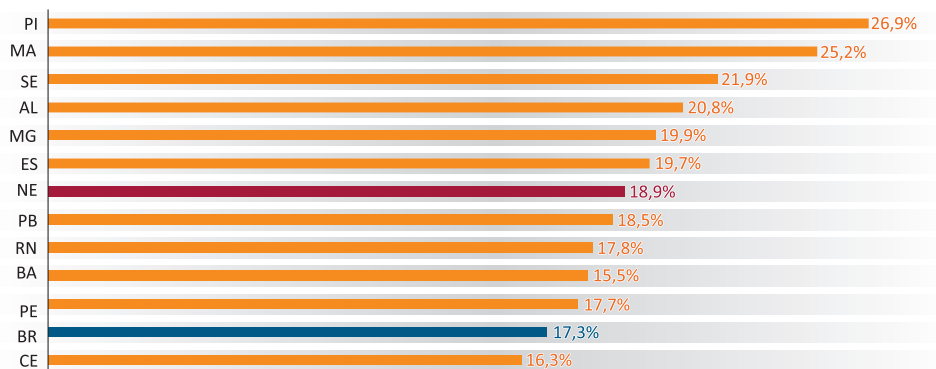
Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022)

Tabela 2 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Regiões –% - 2016 a 2021

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	-3,5%	-0,4%	5,1%	6,4%	15,6%	16,3%
Nordeste	-1,7%	1,4%	4,8%	9,0%	12,1%	18,9%
Sudeste	-4,8%	-1,9%	4,0%	4,1%	15,6%	14,9%
Norte	-2,2%	2,4%	7,7%	13,2%	17,9%	27,5%
Sul	-0,5%	2,1%	8,6%	8,7%	19,1%	15,4%
Centro Oeste	-0,8%	3,1%	8,9%	10,0%	17,3%	17,4%

Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Gráfico 8 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Dezembro de 2021



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). Estatísticas. Séries Temporais (SGS). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 12 Abril 2022.

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, 2020, com os dados de dezembro de 2019 (os dados de 2020 só saem no final de 2022), deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na região Nordeste, 61,4% ganham até dois salários mínimos. Este percentual cai para 49,3% no País como um todo. A ampliação do limite para três salários mínimos, apresenta que 73,3% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 66,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios por Faixa de Remuneração – Rais 2019

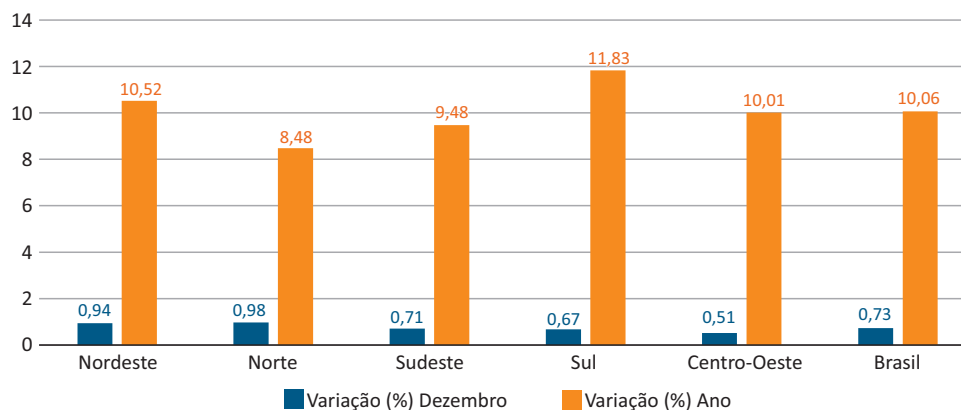
Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	7,7	44,6	15,1	67,4
Nordeste	11,1	50,3	11,9	73,3
Sudeste	4,4	41,6	18,3	64,3
Sul	4,9	41,0	21,0	66,9
Centro-Oeste	5,8	41,7	15,4	62,9
Brasil	6,0	43,3	17,2	66,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Rais 2020, Ministério da Economia. Nota: SM – salário mínimo.

Inflação em Dezembro:

A inflação do Nordeste, medida pelo IPCA, registrou +0,94% no mês de dezembro, perdendo apenas para a Região Norte (+0,98%). No ano chegou a +10,52%, só perdendo para a Região Sul (+11,83%). O Nordeste teve IPCA maior, tanto em 2020, quanto em 2021.

Gráfico 1 – IPCA nas Regiões Brasileiras – dezembro 2021 e Ano - %



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

A inflação no mês (+0,94%), é bastante dispersa entre as capitais nordestinas pesquisadas, Fortaleza (+0,55%) a Recife (+1,05%). Os três grupos com maiores impactos, que respondem por 59,8% do índice regional são **Alimentação e bebidas, Transportes e Saúde e cuidados pessoais**. Ao acrescentar o grupo Vestuário, eles passam a responder por 72,6% do total do índice. Olhando as variações entre as capitais da Região, a responsabilidade desses grupos vai de 63,6%, em Recife, a 87,9%, em São Luís.

Tabela 1 – IPCA Dezembro 2021 – Região e Capitais Nordestinas Pesquisadas – Índice Geral (%) e Impactos dos Grupos (Pontos Percentuais)

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste
Índice Geral¹	0,55	1,05	1,04	0,92	0,94	0,94
Alimentação e Bebidas	0,25	0,15	0,32	0,31	0,32	0,28
Habitação	0,07	0,14	0,10	0,05	-0,02	0,09
Artigos de Residência	0,06	0,11	0,08	0,07	0,05	0,08
Vestuário	0,01	0,17	0,15	0,15	0,11	0,12
Transportes	0,04	0,14	0,21	0,02	0,17	0,14
Saúde e Cuidados Pessoais	0,06	0,21	0,11	0,18	0,22	0,14
Despesas Pessoais	0,03	0,08	0,05	0,10	0,02	0,05
Educação	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Comunicação	0,02	0,04	0,00	0,04	0,05	0,02

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. 1. Variação %. As variações nos grupos, são os impactos em pontos percentuais (p.p.), cuja soma dá a variação no índice geral da capital ou Região.

No mês em questão, **Alimentação e bebidas** foi mais influenciada pelo subgrupo Alimentação no domicílio (+1,4%), que no Alimentação fora do domicílio (+0,5%). No primeiro, as principais variações são do café moído (+7,7%), banana prata (+6,8%), açúcar cristal (+4,2%) e tubérculos, raízes e legumes (+3,6%). Em alimentação fora do domicílio, os destaques são refrigerantes e água mineral (+0,8%) e refeição (+0,7%).

Em **Transportes**, as principais variações são de passagem aérea (+9,0%), transporte por aplicação (+8,3%) e ônibus interestadual (+3,9%). No grupo **Saúde e cuidados pessoais**, sobressai a variação em higiene pessoal (+3,1%). Roupas (+2,4%) e calçados (+2,6%), são as principais variações em **Vestuário**.

Inflação no Ano

A diferença do IPCA, entre 2020 e 2021 (5,5 p.p. – BR e 5,4 p.p – NE) é maior que o limite superior da meta Copom (5,25% - 2021).

Os impactos dos grupos **Alimentação e bebidas**, **Habitação e Transportes**, somam 78,7% do IPCA BR e 77,4% do IPCA NE, em 2021. Desses 77,4%, 65,3% são Alimentação dentro do domicílio, Gás butano, energia elétrica residencial e Gasolina.

Alimentação e bebidas são preços livres, Habitação e Transportes, nos itens mais importantes, são preços administrados.

Em 2020, Alimentação e bebidas, representou 61,0% do IPCA BR e 62,9% do IPCA NE. Em 2021, o processo de dispersão dos preços em todos os grupos foi muito maior. O grupo Alimentação e bebidas, em 2021 passou a representar apenas 16,7% do IPCA BR e 20,9% do IPCA NE, quer dizer, 62,0% do IPCA BR, na maioria, são dos preços administrados de Habitação e Transportes, e 58,1% do IPCA NE.

Em 2020, o grupo Vestuário teve contribuição negativa no IPCA. Em 2021, a situação se inverteu, a contribuição foi positiva, 4,5% do IPCA BR, e 5,0% do IPCA NE.

Tabela 2 – Impactos no IPCA – Nordeste e Brasil (pontos percentuais)

IPCA - Grupo Pesquisado	2020		2021		2021 - 2020	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	4,52	5,10	10,06	10,52	5,54	5,42
Alimentação e Bebidas	2,76	3,21	1,68	2,19	-1,08	-1,02
Habitação	0,81	1,00	2,05	2,01	1,24	1,01
Artigos de Residência	0,23	0,17	0,46	0,53	0,23	0,36
Vestuário	-0,05	-0,15	0,45	0,55	0,50	0,70

IPCA - Grupo Pesquisado	2020		2021		2021 - 2020	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Transportes	0,21	0,26	4,19	3,94	3,98	3,68
Saúde e Cuidados Pessoais	0,20	0,26	0,49	0,56	0,29	0,30
Despesas Pessoais	0,11	0,12	0,49	0,38	0,38	0,26
Educação	0,07	0,05	0,17	0,31	0,10	0,25
Comunicação	0,20	0,19	0,08	0,05	-0,12	-0,14

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

A Tabela 3 apresenta as inflações, por Estado nordestino e Região (%) e os impactos dos grupos do IPCA (pontos percentuais), no ano.

Tabela 3 – IPCA 2021 – Região e Capitais Nordestinas Pesquisadas – Índice Geral (%) e Impactos dos Grupos (Pontos Percentuais)

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral¹	10,63	10,42	10,78	10,14	9,91	10,52
Alimentação e Bebidas	2,26	2,14	2,25	1,88	2,15	2,19
Habitação	2,33	1,94	1,90	1,58	2,29	2,01
Artigos de Residência	0,45	0,47	0,63	0,36	0,56	0,53
Vestuário	0,62	0,48	0,57	0,57	0,39	0,55
Transportes	3,70	4,07	4,10	3,90	3,61	3,94
Saúde e Cuidados Pessoais	0,48	0,52	0,65	0,71	0,40	0,56
Despesas Pessoais	0,32	0,49	0,39	0,43	0,21	0,38
Educação	0,47	0,20	0,29	0,57	0,20	0,31
Comunicação	0,01	0,10	0,01	0,14	0,11	0,05

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. 1. Variação %. As variações nos grupos, são os impactos em pontos percentuais (p.p.), cuja soma dá a variação no índice geral da capital ou Região.

Na análise das variações dentro dos três principais grupos, na Região, em **Alimentação e bebidas**, os destaques no subgrupo alimentação no domicílio (+12,3%) são: café moído (+56,1%), açúcar refinado e cristal (+35,5%), aves e ovos (+23,5%), tomate (+13,3%) e enlatados e conservas (+13,0%). Cabe destacar a deflação no arroz (-14,5%). Refeição (+6,7%) é a principal variação no subgrupo alimentação fora do domicílio.

No grupo **Habitação** (+13,4%), os destaques são gás butano (+34,3%) e energia elétrica residencial (+18,5%). Os combustíveis são responsáveis pelas principais variações em **Transportes** (+22,5%): gasolina (+48,7%), etanol (+34,8%) e óleo diesel (+50,3%).

Destaca-se a seguir, os quatro grupos com principais impactos no índice anual das capitais nordestinas:

Fortaleza (+10,6%): **Alimentação e bebidas** (+9,5%): Alimentação no domicílio (+10,1%) – café moído (+56,3%), açúcar refinado (+44,9%), tubérculos, raízes e legumes (+15,8%), enlatados e conservas (+14,4%) e aves e ovos (+10,0%). Alimentação fora do domicílio (+7,6%): lanche (+10,7%) e refrigerante água mineral (+10,6%); **Habitação** (+13,6%): gás butano (+35,2%) e energia elétrica residencial (+17,5%); **Transportes** (+20,1%): transporte por aplicativo (+20,2%), gasolina (+47,3%), óleo diesel (+50,4%) e gás veicular (+37,6%); **Vestuário** (+13,7%): roupas (+16,0%) e joias e bijuterias (+14,1%).

Recife (+10,4%): **Alimentação e bebidas** (+9,2%): Alimentação no domicílio (10,6%) – café moído (+58,0%), açúcar cristal (+34,5%), aves e ovos (+23,6%), enlatados e conservas (+16,7%) e leite e derivados e óleo e derivados (+15,5%, cada). Alimentação fora do domicílio (+5,6%) – refrigerante e água mineral (+9,5%) e refeição (+6,0%); **Habitação** (+13,2%): gás butano (+31,2%) e energia elétrica residencial (+17,9%); **Transportes** (+21,9%): gasolina (+46,1%), etanol (+49,0%) e óleo diesel (+49,9%); **Saúde e cuidados pessoais** (+3,8%): produtos farmacêuticos (+9,0%).

Salvador (+10,8%): Alimentação e bebidas (10,1%): Alimentação no domicílio (+12,3%) – café moído (+52,1%), açúcar refinado e cristal (+42,0%), aves e ovos (+22,9%), manteiga (+18,5%), banana prata (17,5%) e farinha, féculas e massas (+15,4%). Alimentação fora do domicílio (+4,1%) – refeição (+7,6%), cerveja (+8,1%) e sorvete (+10,2%); **Habitação (+13,0%):** gás butano (+34,6%) e energia elétrica residencial (+18,8%); **Transportes (+22,5%):** gasolina (+52,1%) e etanol (+59,6%); **Saúde e cuidados pessoais (+4,5%):** produtos farmacêuticos (+10,0%) e serviços médicos e dentários (+6,8%).

Aracaju (+10,1%): Alimentação e bebidas (8,6%): Alimentação no domicílio (+10,7%) – café moído (+60,8%), açúcar cristal (+31,9%), aves e ovos (+26,0%), tomate (+25,7%), leite em pó (+18,9%) e banana prata (+13,5%). Alimentação fora do domicílio (+3,4%) – doces (+8,0%) e sorvete (+7,9%); **Habitação (+11,6%):** gás butano (+26,5%) e energia elétrica residencial (+21,0%); **Transportes (21,9%):** passagem aérea (+28,7%), automóvel novo (+21,6%), gasolina (+45,4%) e óleo diesel (+48,2%); **Saúde e cuidados pessoais (+4,6%):** produtos farmacêuticos (+10,8%).

São Luís (+9,9%): Alimentação e bebidas (+8,6%): Alimentação no domicílio (+8,5%) – café moído (+62,5%), açúcar cristal (+40,8%), tomate (+38,1%), feijão mulatinho (+25,9%), aves e ovos (+ 24,8%) e banana prata (+21,6%). Alimentação fora do domicílio (+8,9%): lanche (+14,2%); **Habitação (14,9%):** gás butano (44,3%) e energia elétrica residencial (+19,3%); **Transportes (20,5%):** gasolina (+47,5%) e óleo diesel (+51,4%); **Artigos de residência (12,0%):** mobiliário (+16,1%), cama, mesa e banho (+16,8%) e eletrodomésticos e equipamentos (+12,8%).

12 Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais 2019), 49,3% dos trabalhadores cadastrados ganham até dois salários mínimos, no Brasil, e 61,4%, no Nordeste. Vê-se, então a importância dos gastos com alimentos básicos para esse extrato da população.

Evolução de 2020 para 2021

A variação da Cesta Básica em 2021, foi muito menor que no ano anterior. Ela representa apenas 38,4% da variação de 2020, na Cesta Nacional, e 37,0% na Cesta nordestina.

Tabela 1 – Impactos na Cesta Básica – Nordeste e Brasil – Pontos Percentuais

Cesta Básica	2020		2021		2021 - 2020	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	23,5	25,6	9,0	9,5	-14,5	-16,1
Carne	5,0	5,7	3,9	3,2	-1,1	-2,6
Pão	1,1	1,4	0,9	1,0	-0,2	-0,4
Banana	2,2	0,9	0,0	0,2	-2,2	-0,8
Tomate	5,0	8,0	2,5	2,6	-2,6	-5,4
Leite	1,6	1,6	0,1	0,1	-1,5	-1,5
Manteiga	0,5	0,5	0,8	0,8	0,3	0,4
Feijão	2,4	1,9	-0,2	0,0	-2,6	-1,9
Arroz, Farinha e Batata	4,0	3,5	-0,9	-0,2	-5,0	-3,7
Açúcar, Café e Óleo	1,7	2,0	2,0	1,8	0,4	-0,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

Em 2020, a variação da Cesta Brasil superou o IPCA Brasil em 19,0 p.p., enquanto a relação para a Cesta nordestina foi de 20,5 p.p., sinal que 2020 foi mais prejudicial para as classes menos abastadas. Em 2021, a situação se inverteu, O IPCA superou a variação da Cesta básica, em torno de 1,0 p.p., na Região e País.

No Nordeste, apenas quatro grupos de produtos aumentaram suas participações na variação da Cesta Básica, entre 2020 e 2021. As participações em 2021 são: carne (33,3%), pão (10,8%), manteiga (8,8%) e açúcar, café e óleo (18,9%). Em conjunto, representam 71,6% da variação total na Cesta Básica.

Evolução em 2021

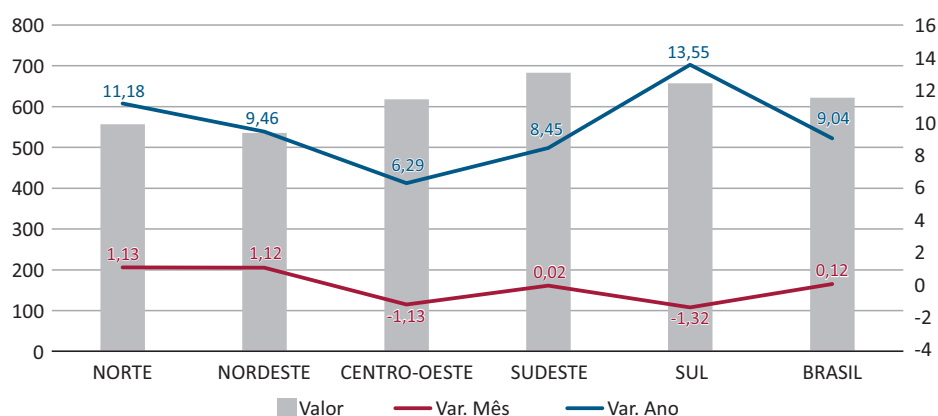
Das oito capitais com variação positiva, em dezembro, cinco são do Nordeste. Fortaleza foi a única capital nordestina com variação negativa (-0,2%). Salvador teve a maior variação do mês (+2,4%), seguido por Natal (+1,7%) e Recife (+1,5%).

No ano, Natal (+15,4%) e Recife (+13,4%) ocupam as segunda e terceira posições. Aracaju (+5,5%) tem a segunda menor variação.

No contexto inflacionário, o IPCA do Nordeste variou em 2021, +10,9% no subgrupo Alimentação no domicílio, 1,4 p.p. acima da variação da Cesta nordestina (+9,5%). A variação é benéfica, para as famílias menos abastadas, que ganham até três salários mínimos (73,3% dos trabalhadores, Rais 2019), em que o custo com a alimentação básica é preponderante. Cabe alertar que 80% dos gastos, das famílias mais pobres, são para os bens essenciais (energia e alimentos estão entre eles). Gás de botijão cresceu, em 2021, +34,3% no Nordeste, e energia, +18,5%.

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

Gráfico 1 – Valor (R\$) da cesta básica e variações (%) – Dezembro e Ano - Brasil e Regiões - 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

Em 2021, a cesta básica nordestina ocupou o terceiro lugar em maior variação. O Centro-Oeste (+6,3%) e o Sudeste (+8,5%), têm as menores variações. Comparando as variações dos produtos da cesta básica da Região, com a média nacional, pode-se destacar: No Brasil, a carne, o tomate e o grupo café, açúcar e óleo, respondem por 93,1% do total da variação da cesta básica. Na Região, estes grupos respondem por 79,6%. Essa diferença é explicada porque, no Brasil, quatro itens sofreram redução em seu valor, comparado com dezembro de 2020 (feijão, arroz, batata e banana), gerando um impacto negativo de -1,3 p.p.. No Nordeste, o único impacto negativo veio do arroz (-0,4 p.p.).

Cesta Básica na Região Nordeste

Fortaleza é a única capital nordestina pesquisada, que teve redução em sua cesta em dezembro (-0,2%). Contudo, é a cesta mais cara da Região (R\$ 579,05), acima 8,2% da média regional (R\$ 535,29), 4,0% acima da média da Região Norte (R\$ 556,87) e 21,1% da cesta de menor valor na Região, Aracaju (R\$ 478,04).

Tabela 2 – Cesta Básica do Nordeste e Capitais da Região – dezembro de 2021 – Valor (R\$ 1,00) e variação no mês e no ano (%)

Capitais/Região	Valor	% - Mês	% - Ano
FORTALEZA	579,05	(0,2)	8,2
ARACAJU	478,04	1,0	5,5
JOÃO PESSOA	510,81	0,4	7,5
NATAL	529,52	1,6	15,4
RECIFE	532,37	1,5	13,4
SALVADOR	518,20	2,4	8,2
NORDESTE	535,29	1,1	9,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

Variação no ano

Na Região Nordeste, apenas três itens são responsáveis por 79,6% da variação na cesta básica, em 2021: carne (impacto de +3,3 p.p.), tomate (impacto de +2,6 p.p.) e o grupo açúcar, café e óleo (impacto de +1,8 p.p.). O grupo arroz e farinha, é o único com impacto negativo no ano, na Região (-0,2 p.p.). Cabe destacar que apenas em Recife este grupo teve impacto positivo (+0,1 p.p.). A seguir, destaca-se as principais variações nas capitais nordestinas pesquisadas.

Em todas as capitais pesquisadas na Região, os itens carne, tomate e o grupo açúcar, café e óleo têm variações bastante representativas. Apenas em Salvador, a variação foi menor que 70,0% da variação total da cesta básica. As participações na variação total foram: Aracaju (+92,0%), Fortaleza (87,7%), João Pessoa

BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2021

(92,3%), Natal (84,5%), Recife (73,7%) e Salvador (62,5%). Nesta capital, ocorreram os maiores impactos do pão (+1,7 p.p.) e da manteiga (+1,0 p.p.).

Todas as capitais tiveram impactos negativos de alguns itens. Os principais foram: Aracaju (banana, -0,6 p.p., e arroz e farinha, -0,5 p.p.), Fortaleza (banana, -0,5 p.p.), João Pessoa (banana, -0,8 p.p., e arroz e farinha, -0,5 p.p.), Natal (pão, -0,4 p.p.), Recife (leite, -0,4 p.p.) e Salvador (banana, -0,5 p.p.).

Tabela 3 – Variação em 2021 (índice geral - %) e Impactos dos Produtos (pontos percentuais – p.p.)

Cesta Básica - Nordeste	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	5,49	8,25	7,50	15,42	13,42	8,17	9,46	9,04
Carne (p.p.)	1,9	2,3	2,8	3,6	4,8	2,7	3,1	4,1
Pão (p.p.)	1,2	1,0	1,3	-0,4	0,2	1,7	1,0	0,9
Banana (p.p.)	-0,6	-0,5	-0,8	2,5	2,7	-0,5	0,2	-0,0
Tomate (p.p.)	1,4	3,4	2,1	7,8	3,3	0,2	2,6	2,0
Leite (p.p.)	-0,0	0,1	0,3	0,2	-0,4	0,3	0,1	0,1
Manteiga (p.p.)	0,6	0,9	0,3	0,4	0,9	1,0	0,8	0,8
Feijão (p.p.)	-0,2	-0,2	-0,1	-0,2	-0,0	0,5	0,0	-0,2
Arroz, Farinha e batata (p.p.) ¹	-0,5	-0,3	-0,5	-0,1	0,1	-0,0	-0,2	-1,0
Açúcar, Café e Óleo (p.p.)	1,8	1,6	2,0	1,7	1,8	2,2	1,8	2,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

1. Só existe variação da batata no Brasil.